Edição Porto • Ano XXXI • n.º 10.940 • 1,30€ • Terça-feira, 7 de Março de 2020 • **Director:** Manuel Carvalho **Adjuntos:** Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro **Directora de Arte:** Sónia Matos

Público

MIGUEL FERASO CABRAL

Eurogrupo avança com mínimos e adia "coronabonds"

Ventiladores doados a Lisboa não saem da capital • Lar de Aveiro com 15 mortes esperou duas semanas por testes • Entrevista: "Ainda não se sabe se os curados ficam imunes" • Boris Johnson internado nos cuidados intensivos

Destaque, 2 a 17 e Editorial
Acompanhe em publico.pt/coronavirus

Clubes de futebol preparam pedidos de *layoff* para jogadores

Desporto, 38/39

Elisa Ferreira desmente Governo nos fundos europeus para o Metro

Comissária europeia diz que dinheiro não usado nunca seria desperdiçado **p22**

SEF no aeroporto de Lisboa vai ter "mudanças profundas"

Ministro Eduardo Cabrita ficou chocado com morte de cidadão ucraniano **p24**

Corrida à Casa Branca arrasta-se feita de dúvidas e adiamentos

Wisconsin travou votação presencial nas primárias de hoje. É o 16.º estado **p28/29**

ISNN-0872-1556

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Eurogrupo tenta mínimos e adia "coronabonds"

Para não colocar em causa a existência de uma resposta de emergência, fazem-se concessões para chegar a um acordo em relação a linhas de crédito mais baratas e simples. A discussão da mutualização de dívida fica para a fase de recuperação

Sérgio Aníbal e Rita Siza, Bruxelas

O Eurogrupo deverá hoje discutir e possivelmente chegar a um acordo para um pacote de medidas de apoio à economia no valor de cerca de meio bilião de euros, incluindo a possibilidade de os países recorrerem a uma linha de crédito do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) para conseguir financiamento mais barato, com condições reduzidas. É o mínimo denominador comum que é possível encontrar, neste momento, entre Norte e Sul. Já a discussão, bem mais difícil, de medidas mais ambiciosas como a emissão de dívida comum ou a criação de um fundo de apoio às economias, como o proposto pela França, deverá ficar adiada para mais tarde, quando se tentar definir aquilo a que já se chama o "novo Plano Marshall".

Passada uma semana e meia desde que os líderes da zona euro foram incapazes de chegar a um entendimento sobre a resposta comum à crise, devolvendo a bola ao Eurogrupo e dando-lhe 15 dias para apresentar as suas propostas, as posições das diversas capitais pouco mudaram. O que poderá ter acontecido, espera-se, é um ligeiro acerto de posições na direcção de um mínimo denominador comum que permita avançar para aquilo que já antes estava em cima da mesa.

Numa entrevista publicada este fim-de-semana em órgãos de comunicação social da Alemanha, Holanda, Itália, França e Espanha, o presidente do Eurogrupo, Mário Centeno, afirmou "pressentir a existência de um acordo amplo" relativamente a um pacote de três medidas que irá ser debatido na reunião de hoje: a abertura de uma linha de crédito no MEE num valor equivalente a 2% do PIB (240 mil milhões de euros no total da zona euro), um reforço de 200 mil milhões de euros das verbas que podem ser accionadas pelo Banco Europeu de Investimentos para projectos e uma garantia de 100 mil milhões de euros para os sistema de protecção ao emprego dos diversos países. "Estas três medidas constituem uma rede de segurança de cerca de meio bilião de euros", disse Centeno.

Há 11 dias, o que falhou foi um acordo em relação à linha de crédito do MEE, porque alguns países do Norte insistiam na imposição de condições aos que recorressem à linha de crédito, algo que os países do Sul se recusavam a aceitar, e também porque vários Estados-membros, incluindo Itália, França, Espanha e Portugal, consideram ser preciso ir bem mais longe, avançando para uma verdadeira mutualização da dívida pública através da emissão de "coronabonds".

Não precisaremos de nenhuma *troika*, mas sim de ajudas rápidas e direccionadas

Heiko Maas e Olaf Scholz
Ministros alemães dos Negócios Estrangeiros e das Finanças

Para evitar agora um novo falhanço, houve concessões, mesmo que ligeiras. Por um lado, os países do Norte, em particular a Alemanha, tornaram mais claro que as condições de acesso à linha de crédito serão muito leves. Num artigo de opinião publicado esta segunda-feira em órgãos de comunicação social de países do Sul da Europa – incluindo o PÚBLICO, em Portugal – os ministros alemães das Finanças e dos Negócios Estrangeiros recusaram qualquer semelhança entre estes empréstimos e aqueles que foram concedidos na anterior crise. "Não precisaremos de nenhuma *troika*, nem de fiscalizadores ou de uma comissão que desenvolva programas de reformas para um determinado país, mas sim de ajudas rápidas e direccionadas".

Por outro lado, a sul, os Governos parecem estar conformados com a ideia de que os "coronabonds" ou qualquer medida desse tipo vai ter de esperar mais um pouco, deixando essa batalha – onde será muito mais difícil conseguir concessões a norte – para o momento em que se estiver a definir que plano de recuperação económica tem a zona euro para apresentar.

Num artigo de opinião publicado no domingo, o presidente do Governo de Espanha, Pedro Sánchez, insistia na necessidade de se avançar para a mutualização de dívida, mas assinalava que, embora "insuficiente a médio prazo", o MEE "pode ser útil numa primeira fase para injectar liquidez nas economias europeias através de uma linha de crédito, sempre que esta seja universal e não condicional".

Mário Centeno, na entrevista do fim-de-semana, explicou a lógica por trás destes aparentes sinais de cedência: "Nesta discussão, não podemos colocar em causa ou desaproveitar a nossa capacidade para chegar a um consenso relativamente à emergência, com as três medidas. Mas iremos acelerar o nosso debate relativamente a um plano de recuperação". O que falta saber é se Holanda e Itália, os países que mais têm colocado difi-

YVES HERMAN/REUTERS

Mário Centeno vai tentar o consenso possível em torno de uma rede de apoios de emergência para as economias europeias

Por um despertar colectivo

Opinião

Nascida das ruínas da Segunda Guerra Mundial, a União Europeia construiu-se graças à vontade de mulheres e de homens que escolheram enfrentar as dificuldades num espírito solidário, com a feroz determinação no coração de construírem um destino comum.

Em contextos históricos muitas vezes difíceis, a seguir a uma guerra ou no fim de uma ditadura, os nossos jornais, ao participarem na defesa dos valores democráticos e de um espaço de liberdade único no Mundo, acompanharam o renascimento de um continente.

A divisão e a ausência de solidariedade entre Estados ameaçam hoje esta conquista, no momento em que ela é mais necessária. Confrontada com uma pandemia que a afecta de forma dolorosa, a União Europeia tem um encontro marcado com a História.

A escolha é entre, por um lado, a divisão e o egoísmo, que, face a esta pandemia, seriam totalmente incompreensíveis para as opiniões públicas, e, por outro, a solidariedade entre os povos e a reafirmação robusta do nosso destino comum.

Numa altura em que os ministros e chefes do Estado europeus se reúnem esta semana, lançamos hoje um apelo solene a todos os Governos nacionais para que participem num despertar colectivo.

A crise que atravessamos coloca a União Europeia perante uma ameaça existencial. Ela ainda poderá vir a ser uma oportunidade histórica, se os dirigentes dos nossos países entenderem, juntos, a dimensão dos enormes desafios que nos esperam.

Uma estratégia comum é vital, nas áreas da saúde e da economia, para que os países não saiam enfraquecidos desta crise de uma forma que se prolongue no tempo.

Pois nenhum país estará em condições de, sozinho, lhe fazer face.

O momento é para um despertar colectivo!

Berliner Morgenpost **(Alemanha),** ***Braunschweiger Zeitung*** **(Alemanha),** ***El País*** **(Espanha),** ***Gazeta Wyborcza*** **(Polónia),** ***Hamburger Abendblatt*** **(Alemanha),** ***Jutarnji List*** **(Croácia),** ***L'Eco di Bergamo*** **(Itália),** ***Le Quotidien*** **(Luxemburgo),** ***Le Soir*** **(Bélgica),** ***Ouest-France*** **(França),** ***Público*** **(Portugal),** ***Tageblatt*** **(Luxemburgo)**

culdades à obtenção de um acordo, vão agora, também eles, fazer as suas concessões.

Financiar o Plano Marshall

O que é certo é que, mesmo com um acordo hoje, será neste plano de recuperação, a que muitos se referem como "novo Plano Marshall", que irá ser travada a próxima batalha em torno de uma mutualização da dívida mais ambiciosa do que linhas de crédito do MEE.

A questão está em saber que dimensão e como é que irá ser financiado esse plano. E aqui, se o ponto de partida para esta discussão ainda é, em larga medida, de divisão Norte-Sul, o cenário é agora um pouco mais complexo, multiplicando-se os sinais de que, em países como a Alemanha e a Holanda, as opiniões começam a estar divididas sobre o tema.

Vários economistas alemães têm vindo a mostrar o seu apoio a uma partilha dos custos da crise como a forma de a zona euro enfrentar este desafio sem arriscar um novo cenário de fragmentação. E, em Bruxelas, é também evidente um reforço da corrente pró-"coronabonds". Vários comissários europeus manifestaram o seu apoio à ideia de uma emissão conjunta de dívida para responder à emergência económica provocada pela pandemia. Nos últimos dias, foram vários os responsáveis que assinalaram a natureza "simétrica" e "externa" da crise do coronavírus para considerar "impossível" ou "inviável" o recurso aos mesmos instrumentos criados há uma década para debelar a crise do euro.

A crise actual não tem nada a ver com riscos morais ou nos mercados. O vírus não é um membro da zona euro

Margrethe Vestager
Vice-presidente da Comissão

Esta segunda-feira, a vice-presidente executiva e responsável pela pasta da Concorrência, Margrethe Vestager, juntou a sua voz à dos seus colegas Paolo Gentiloni (Economia), Thierry Breton (Mercado Interno) e Elisa Ferreira (Coesão e Reformas), que reclamam por um instrumento financeiro comum dos países da UE.

"Na UE, somos todos vizinhos, e o que os vizinhos fazem é ajudar sempre que é preciso. Se os países da UE não provarem que são capazes de se ajudar mutuamente, a crise vai durar mais tempo e ter consequências muito mais severas", comparou a vice-presidente executiva numa entrevista concedida a vários meios europeus. "Não podemos permitir que o debate de ideias para o financiamento da recuperação nos volte a dividir e afastar. A crise actual não tem nada a ver com riscos morais ou nos mercados financeiros. O vírus não é um membro da zona euro", sublinhou Margrethe Vestager.

Mas esse é um debate em que a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, claramente não se quer envolver. Ontem, o seu porta-voz, Eric Mamer, esclareceu que as declarações dos comissários que defenderam a mutualização da dívida devem ser interpretadas como opiniões pessoais e não como manifestações da política do executivo — de momento, a posição da Comissão continua a ser de que os Estados-membros devem avaliar "todas as opções possíveis, no quadro dos tratados" para desenhar a sua resposta à crise.

Além disso, para a presidente, "a melhor fórmula de activar os investimentos maciços que serão necessários é através de um novo quadro financeiro plurianual robusto e ambicioso, um verdadeiro Plano Marshall", isto é, o financiamento deste plano de recuperação viria, antes do mais, de um reforço do orçamento da UE.

Do Parlamento Europeu também surge pressão na direcção da mutualização da dívida. Ontem, o grupo dos Verdes avançou uma proposta para a "rápida emissão de 'coronabonds' para cobrir os custos imediatos relacionados com a crise do coronavírus, estabilizar a economia e apoiar a recuperação da UE". Já a bancada dos Socialistas & Democratas divulgou um caderno de encargos, que prevê a activação de uma linha de crédito do MEE, para que os países possam aceder ao financiamento a taxas interessantes e sem qualquer condicionalidade macroeconómica associada, mas também inclui a emissão de "coronabonds" garantidos por um programa de compra do Banco Central Europeu.

Neste cenário, e naquilo que Mário Centeno classifica como solução "intermédia" para a resposta da zona euro na fase de recuperação, Emmanuel Macron prepara-se para apresentar uma proposta de criação de um fundo, com verbas totais equivalentes a 3% do PIB da zona euro, que seria financiado através da emissão de dívida garantida pelos Estados-membros. Seria uma forma de financiar o esforço de recuperação sem recorrer de forma aberta aos "coronabonds", que entretanto se tornaram uma "linha vermelha" para algumas capitais.

sergio.anibal@publico.pt
rsiza@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Diário da pandemia

Indulto "natalício" será "pascal"
O Presidente da República está a aguardar que o Governo lhe faça chegar as propostas de indulto previsto no decreto de renovação do estado de emergência, entendendo que se trata de um "indulto antecipado", que "em vez de acontecer na época do Natal acontece na época pascal".

Governo alarga apoio aos recibos verdes com grandes quebras

Benefício passa a ter dois escalões. Agora, o apoio pode ir até aos 635 euros para quem tem rendimentos mais altos. Sócios gerentes sem trabalhadores também são abrangidos

Pedro Crisóstomo

Três semanas depois de um primeiro diploma, o Governo decidiu alterar as regras do apoio extraordinário aos trabalhadores independentes que estejam a ressentir-se na actividade devido à crise da covid-19. Além de abranger quem enfrenta uma "paragem total" da actividade, a "bóia de salvação" vai passar a abarcar também quem esteja a enfrentar grandes quebras na facturação.

O apoio financeiro beneficiará quem registe uma redução de pelo menos 40%, anunciou a ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, no final da reunião da Concertação Social, que se realizou ontem por videoconferência.

Apesar de este recurso financeiro se chamar – desde que foi lançado em meados de Março – "apoio extraordinário à redução da actividade de económica de trabalhador independente", a norma só se aplicava aos trabalhadores independentes que estejam "em situação comprovada de paragem total da sua actividade ou da actividade do respectivo sector, em consequência do surto de covid-19". Uma diferença que deixou alguns trabalhadores a recibos verdes a sentirem-se desapoiados pelo Governo, porque, embora apresentassem quebras muito significativas, mas não uma paragem absoluta, ficavam de fora, mesmo que essas quebras fossem de 80% ou 90% (nalguns casos por estarem a registar neste momento rendimentos de trabalhos pelos quais só estão a ser pagos agora, embora os serviços já tenham sido prestados antes da propagação do novo coronavírus).

É a esse problema que o Governo vem agora dar resposta. E há mais novidades incluídas no novo diploma que o Governo concluiu e enviou ontem para Belém para ser promulgado pelo Presidente da República. Quem também passa a contar com este benefício da Segurança Social são os sócios gerentes sem trabalhadores por conta de outrem que tenham uma facturação até 60 mil euros, grupo que estava excluído, pois também não pode requerer o acesso ao *layoff*.

Dois tectos

O valor dos pagamentos deste apoio à redução da actividade também foi revisto, passando a existir dois escalões. Até agora, o apoio correspondia ao valor da remuneração registada como base de incidência contributiva, mas tinha um limite máximo de 438,81 euros, ou seja, o equivalente ao valor de um indexante dos apoios sociais (IAS).
Para quem declare até um IAS e meio (658,22 euros), a Segurança Social paga até àquele limite de 438,81 euros. Se o nível de rendimentos for superior, o trabalhador recebe dois terços do valor, mas com um tecto equivalente a um salário mínimo nacional (o que significa que o valor máximo será de 635 euros).

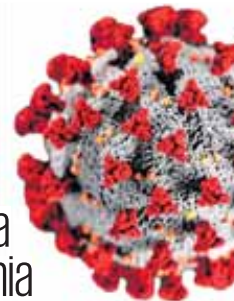
A alteração foi decidida para dar resposta a situações relatadas ao Governo e identificadas pelos parceiros sociais, justificou a ministra do Trabalho em conferência de imprensa, depois de ter apresentado as mudanças às centrais sindicais e às confederações patronais, um fórum onde também esteve presente o ministro da Economia.

Confrontada com o facto de os trabalhadores que abriram actividade há menos de um ano estarem de fora dos apoios (por estarem isentos das contribuições sociais), Ana Mendes Godinho confirmou que assim é, ou seja, que é condição ter feito os descontos para a Segurança Social.

O regime dos trabalhadores independentes abrange, por exemplo, quem passa recibos verdes pelos serviços prestados, quem tenha actividade profissional comercial e industrial, os empresários em nome individual com rendimentos da actividade comercial e industrial, os donos de estabelecimento individual de responsabilidade limitada ou os produtores agrícolas que realizem exploração agrícola.

Até domingo, e desde que o requerimento foi disponibilizado a 1 de Abril, a Segurança Social recebeu mais de 100 mil pedidos a este apoio. Há em Portugal perto de 315 mil trabalhadores independentes que têm exclusivamente rendimentos do trabalho independente.

O Governo já recebeu pedidos de *layoff* de 33 mil empresas. Estas sociedades têm 566 mil trabalhadores (mas ainda não se sabe se este será o número total de trabalhadores abrangidos pela suspensão dos contratos ou pela redução do horário, pois alguns poderão não ser colocados neste regime), revelou a ministra.

pedro.crisostomo@publico.pt

Marcelo Rebelo de Sousa vai receber esta terça-feira o presidente da APB

Marcelo sai "motivado" da reunião com a banca

O Presidente da República saiu "motivado" da reunião que teve ontem à tarde, durante mais de duas horas, com os banqueiros responsáveis pelas sete maiores instituições financeiras do país, em que ouviu "em pormenor o que cada um está a fazer e vai fazer" para ajudar a economia e a sociedade.

"Há um estado de espírito de grande mobilização [da banca] para ajudar a economia e a sociedade, porque o nosso tecido empresarial é composto por milhares de pequenas e médias empresas e milhares de trabalhadores", afirmou o chefe de Estado.

Essa mobilização da banca vai revelar-se não apenas na execução das medidas tomadas pelo Governo, mas também "nas iniciativas próprias, banco a banco, completando as medidas do Governo", revelou Marcelo Rebelo de Sousa.

Sem adiantar quais as medidas em concreto que estão a ser preparadas pela banca, o chefe de Estado explicou, no entanto, que essas iniciativas passam pela "actividade bancária e por propostas feitas ou a fazer ao Governo", em particular no domínio fiscal e na recapitalização das empresas.

Moratória nas comunicações
A Anacom propôs ao Governo "a criação de um regime legal, excepcional e temporário" que tenha "regras mais flexíveis" para os casos de "denúncia e redução de contratos com períodos de fidelização" e que impeça cortes nos serviços de comunicaçõess por falta de pagamento.

-4%

A economia portuguesa deverá ter uma quebra entre 4% e 8% do PIB em 2020, segundo o ISEG

Menos compras, mais conservas
As vendas nos super e hipermercados cresceram 7% entre 16 e 22 de Março, um abrandamento face à semana anterior, enquanto as vendas de conservas aumentaram 79% na semana de declaração do estado de emergência, segundo a consultora Nielsen.

ANTÓNIO COTRIM/LUSA

, Faria de Oliveira, e o governador do BdP, Carlos Costa

e fala em novas medidas

"A banca portuguesa está a acompanhar de forma muito atenta a situação do país e já começou a dar resposta aos processos pendentes previstos" pelo Governo, afirmou, sublinhando que gostou de ouvir as "sugestões muito concretas para a vida dos portugueses".

Aparentemente, de fora das preocupações do Presidente da República ficou o tema do pagamento de dividendo relativos ao exercício de 2019 aos accionistas por parte dos bancos com sede em Portugal. O que se compreende, depois de tudo apontar para que o BPI, o único que manteve a proposta viva, se preparar para recuar na entrega dos 117 milhões de euros ao espanhol CaixaBank. E passar, assim, a alinhar com a prática que está a ser seguida pelo resto do sector, que cancelou a remuneração aos investidores que tinham antes anunciado.

Recorde-se que, no fim-de-semana, Marcelo Rebelo de Sousa veio abordar publicamente a necessidade de todos os bancos reterem dividendos. Uma iniciativa que se inscreve na agenda mediática do Presidente da República, que tem estado a ser marcada pelos temas associados ao envolvimento do sector financeiro. **L.B/C.F.**

Compras *online*: menos bilhetes e apostas, mais comida, tecnologia e entretenimento

Cristina Ferreira

Pelos dados mais recentes das mudanças de hábitos dos portugueses, a pandemia do novo coronavírus está a fazer mais pela transformação digital em Portugal do que todas as medidas tomadas para promover a "terceira revolução industrial".

Na semana entre 30 de Março e 3 de Abril, que apanhou o anúncio do Governo de que o país ia entrar num segundo período do estado de emergência reforçado, a SIBS, que gere a rede Multibanco (usada por 95% dos portugueses), registou um aumento à volta de 18% nas compras *online* de serviços e de produtos. A informação compara com os dados da semana anterior e deve ser observada com uma salvaguarda: a generalidade dos portugueses recebeu os vencimentos ao longo das duas últimas semanas.

À medida que o tempo de confinamento vai passando, na SIBS apuram-se as informações que vão ajudar a perceber como é que os portugueses se estão a comportar dentro das suas casas, desde que foram anunciadas as primeiras medidas do Governo de combate ao contágio pela covid-19 (no início de Março).

Em Fevereiro, e antes de serem decretadas as medidas de confinamento da população às suas habitações, as quatro rubricas que mais pesavam na estrutura do consumo *online* (em termos relativos) desapareceram: transportes (passes, bilhetes intermodais); bilhética (bilhetes para concertos, cinema, teatro); alojamento local e hotéis; jogo de apostas desportivas. Em conjunto, as quatro rubricas colapsaram 80%.

Em contrapartida, a importância de outras disparou: a restauração (para entregas, sobretudo), que antes da crise tinha um peso de 6% no bolo geral, passou para 12%; os produtos alimentares, bebidas e tabaco estavam em 0,5% e estão agora em mais de 2%; o comércio de retalho não especializado (Amazon, EchoDot, Alibaba, AliExpress, *sites* que vendem de tudo um pouco) subiu de 5% para 9%.

Uma análise pormenorizada das decisões de consumo dos portugueses via *online* possibilita saber mais: na semana passada, a componente que mais cresceu no cálculo total foi a venda de equipamentos tecnológicos e através do Google.

Já as compras (na hora), inscritas como *over-the-top* (OTT), ou seja, as aplicações de Internet (Netflix, HBO, Apple TV), aumentaram de 2,9% para 4,5%.

Peso do MB Way aumenta

Em declarações ao PÚBLICO, Madalena Tomé, presidente da SIBS (empresa detida pelos principais bancos portugueses com uma rede 15 mil postos), observou que já "é possível identificar alterações" nos hábitos de consumo dos portugueses quando usam os cartões, ainda que possam ser de natureza temporária.

"Em reflexo das medidas seguidas pelo Governo registou-se uma acentuada quebra do número de transacções, nesta última semana, superior a 50%, em comparação com as anteriores à covid-19", o que foi "acompanhado de uma concentração de compras em super e hipermercados e em farmácias e parafarmácias, sectores que passaram a representar mais de metade (54%) das compras efectuadas em Portugal, e de um aumento do valor médio das compras (+21%)". Valores que reportam à semana de 26 de Março.

Por seu turno, "o peso das compras com MB Way aumentou, registando uma evolução que permite destacar a conveniência da utilização do MB Way para as compras, uma vez que permite que todos os pagamentos sejam efectuados "sem contacto" com o terminal de pagamento, qualquer que seja o montante".

Para Madalena Tomé, a adesão ao MB Way resulta de ser uma solução fácil de fazer pagamentos, "não só no *online*, onde continua a ser uma das formas mais seguras, mas também em loja, nos casos em que é necessária deslocação, porque é integralmente sem contacto, nem com numerário nem com o terminal, qualquer que seja o montante".

Madalena Tomé acredita que a "alteração será estruturante e vai perdurar no tempo, com o *e-commerce* a aumentar nas últimas semanas". O número total de transacções em *e-commerce* decresceu apenas 30% neste período (face aos 50% de queda no comércio presencial), o que foi compensado por um ligeiro crescimento do valor médio (+8%).

cferreira@publico.pt

DANIEL ROCHA

Compras *online* evoluíram de acordo com o novo modo de vida

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Metro de Lisboa controla temperatura à entrada
O Metropolitano de Lisboa passou a controlar a temperatura dos prestadores de serviços, inclusive fornecedores, empreiteiros e visitantes, à entrada das instalações, medida que pode ser alargada aos trabalhadores, no âmbito do combate à covid-19.

ADRIANO MIRANDA

Manga comprida e sapatos à porta. O que deve fazer quando sai e regressa a casa

País tinha ontem 11.730 casos positivos. DGS cria manual que explica o que fazer quando se sai e entra em casa e medidas a tomar em situação de isolamento

Ana Maia

Portugal tinha ontem 11.730 casos positivos. São mais 452 que no dia anterior, o que corresponde a um crescimento de 4% e que transforma esta percentagem na menor registada até agora. Outro sinal positivo são os internamentos - 1099 pessoas estando 270 destas nos cuidados intensivos -, cujo aumento é também pequeno. O número de doentes de covid-19 recuperados também subiu: passaram de 75, no domingo, para 140, ontem. Segundo o boletim epidemiológico da Direcção-Geral da Saúde (DGS), contabilizam-se 311 mortes, mais 16 que no domingo.

Na conferência de imprensa de ontem, a capacidade de realização de testes voltou a estar na ordem do dia. O secretário de Estado da Saúde, António Lacerda Sales, disse que desde o dia 1 de Março já foram feitos mais de 110 mil testes de diagnóstico e que a capacidade instalada é de 11 mil testes por dia. A directora-geral da Saúde, Graça Freitas, reforçou que "a principal preocupação em Portugal é testar pessoas que manifestam qualquer tipo de sintomas mesmo que sejam muito ligeiros".

Também a questão do uso generalizado de máscaras tem sido muito debatida. A DGS já pediu um parecer sobre esta matéria, mas será preciso esperar mais alguns dias para ter uma resposta sobre o uso mais alargado deste equipamento.

Independentemente do uso mais alargado de material como luvas ou máscaras e da aparente mensagem positiva que os números parecem dar, nas conferências de imprensa realizadas diariamente no Ministério da Saúde mantém-se o tom de cautela. E sobretudo o apelo à continuidade das medidas de isolamento e distanciamento social, que se sabem que podem ser um travão na disseminação da infecção pelo novo coronavírus.

Mas o que é o distanciamento social? Que cuidados se devem ter quando se chega a casa? Ou quando convivemos no mesmo espaço com alguém doente? A DGS criou um manual que responde a todas estas questões e que começa logo por explicar que medidas como "o isolamento e o distanciamento social são essenciais em saúde pública, especialmente utilizadas em resposta a uma epidemia".

"São das medidas mais efectivas para quebrar cadeias de transmissão, e por isso utilizadas pelas autoridades de saúde para minimizar a transmissão da covid-19", reforça o documento, a que o PÚBLICO teve acesso.

É essencial manter pelo menos uma distância de dois metros das outras pessoas e lavar frequentemente as mãos

No que diz respeito ao distanciamento social, algumas das "medidas a adoptar para reduzir a interacção social entre pessoas" têm sido várias vezes repetidas. Manter pelo menos uma distância de dois metros das outras pessoas, lavar frequentemente as mãos com sabão, espirrar ou tossir para o braço e se possível estar em teletrabalho.

Mas quando tem de sair de casa, evite tocar na cara e usar transportes públicos se não precisar. A DGS aconselha o uso de manga comprida e de cabelo apanhado. E quem tem indicação para usar máscara, deve colocá-la antes de sair. Use lenços de papel para cobrir os dedos quando toca em algum objecto e opte por não pagar em dinheiro.

O regresso a casa também implica regras de protecção. Recomenda a DGS que não toque em nada antes de lavar as mãos, que deixe os sapatos à porta, assim como as chaves e carteira dentro de uma caixa junto à entrada. Deve limpar o telemóvel com toalhitas humedecidas em álcool ou as usadas para bebés e se possível tome banho ou lave as partes expostas. Se foi passear o cão à rua, limpe-lhe as patas antes de entrar em casa. A roupa que foi à rua deve ser colocada dentro de um saco e lavada se possível a mais de 60º. Antes de arrumar os produtos que comprou, limpe-os com lixívia.

Igualmente importantes são as regras em situação de isolamento, indicadas para doentes infectados ou que tenham estado em contacto com casos positivos. "O tempo que deve permanecer em isolamento ser-lhe-á comunicado pela autoridade de saúde ou clínico que o acompanha, sendo importante que siga esta indicação até ao fim do período indicado, mesmo que não tenha qualquer sintoma", clarifica o manual.

A pessoa deve ficar isolada num quarto e se possível ter uma casa de banho só para si. Quando tiver de sair, usar uma máscara. E quando a casa de banho é partilhada, deve ser o último a tomar banho e a seguir o espaço deve ser limpo. As superfícies devem ser desinfectadas com regularidade e as divisões arejadas regularmente para promover a circulação do ar.

Há outros cuidados a ter em casa. "A roupa, roupa de cama e toalhas devem ser lavadas na máquina, na maior temperatura possível (acima de 60º), utilizando detergente de máquina" e "se possível utilizar máquina de secar a roupa e ferro na maior temperatura permitida pelas roupas". Fica ainda a indicação de que deve "evitar sacudir a roupa de cama enrolando-a no sentido de dentro para fora, fazendo um 'embrulho'". As mãos devem ser lavadas a seguir. Também não devem ser partilhados talheres, toadas e outros objectos.

Se surgirem sintomas, a primeira regra é ligar para o SNS24. A DGS deixa ainda o esclarecimento de como justificar as faltas no trabalho. Se tiver covid-19, "o médico irá emitir o Certificado de Incapacidade Temporária para o trabalho (Internamento e prolongamento para o período que estiver no domicílio em isolamento)". Se tiver sido classificado pelas autoridades de saúde como tendo contactado com um caso positivo, "a autoridade de saúde da sua área de residência, emitirá a declaração para efeitos de isolamento profiláctico", para ser enviado à entidade empregadora.

amaia@publico.pt

Ovar defende que mais empresas possam laborar
O presidente da Câmara de Ovar, Salvador Malheiro, defende que a permissão dada ontem a oito empresas para laborarem, apesar do cerco sanitário imposto ao concelho, deve ser alargada a pequenas empresas. "Tem que existir justiça para com todos."

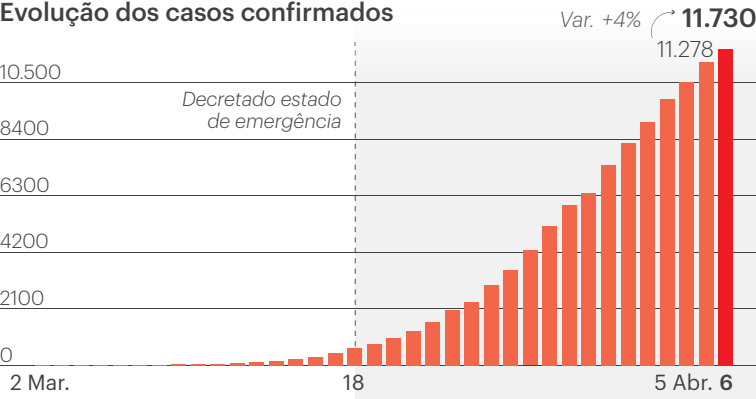
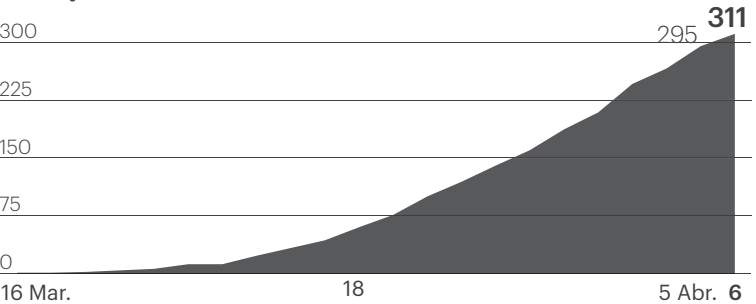
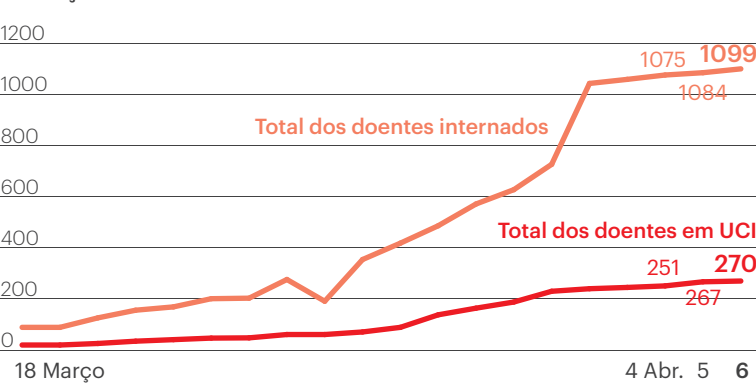
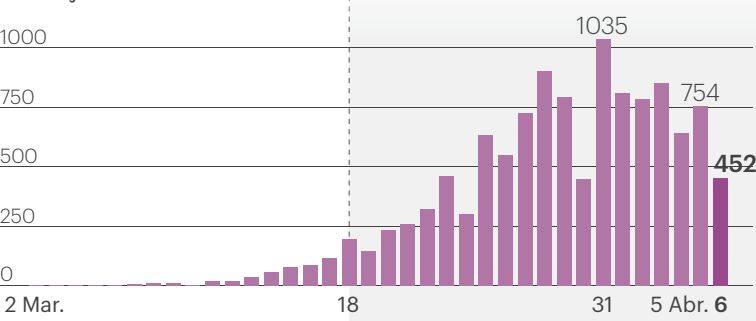
22
Desde sexta-feira foram detidas 22 pessoas por desobediência, incluindo violação do confinamento obrigatório

13 de Maio sem peregrinos
O Santuário de Fátima anunciou que a Peregrinação Internacional Aniversária de Maio não terá presença física de peregrinos. Mas vão realizar-se "as principais celebrações". Na noite do dia 12 de Maio será recitado o rosário, com o lucernário, e a 13 será celebrada a missa internacional.

AMP quer fundo de emergência
A Área Metropolitana do Porto pretende criar um Fundo de Emergência Metropolitano de 1,5 milhões de euros para adquirir equipamentos, produtos e serviços que ajudem no combate à pandemia e que possam ser entregues a "instituições da rede social, de saúde ou outros".

Situação em Portugal

Dados de 6 Abril às 13h

Evolução dos casos confirmados

Evolução do número de mortos

Evolução dos internamentos

Evolução dos novos casos

Fonte: DGS PÚBLICO

Doentes temem transferência de serviço do Curry Cabral. Administração mantém decisão

Patrícia Carvalho

No Santa Marta está a ser preparada uma sala adicional para a realização de transplantes, assegura o centro hospitalar

NUNO FERREIRA SANTOS

Há equipamento que não vai ser transferido do Curry Cabral

A petição foi colocada *online* na madrugada de ontem e ao início da tarde já tinha sido assinada por mais de 900 pessoas. Todas com um objectivo comum: a de que os doentes "de risco, entre eles os oncológicos e os imunodeprimidos como os transplantados" continuem a receber todos os cuidados necessários e que o Centro Hepato-bílico-pancreático e de Transplantação (CHBPT) do Hospital Curry Cabral "seja integralmente preservado e a sua actividade mantida".

Lançada pelo Grupo de Transplantados do Hospital Curry Cabral, a petição foi motivada pelo anúncio de que o hospital iria tornar-se um espaço exclusivamente dedicado ao tratamento de pessoas com covid-19. Como o PÚBLICO já noticiou, esta mudança vai implicar a transferência de quatro serviços desta unidade do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central (CHULC) para outros hospitais do grupo, incluindo o CHBPT, que deverá passar a funcionar, temporariamente, no Hospital de Santa Marta. Esta decisão está a preocupar alguns clínicos deste serviço, até porque muita da tecnologia de ponta que ajudou a tornar este serviço um centro de referência não poderá sair do Curry Cabral.

A petição agora lançada indica que também os utentes estão preocupados com a decisão que os responsáveis do CHULC já garantiram que é para manter. No texto da petição lê-se que o Curry Cabral e o seu centro de referência na área do tratamento e transplante hepático, renal ou pancreático "é a segunda casa para tantos transplantados de todo o país, e os seus profissionais altamente qualificados são a sua segunda família". E os peticionários deixam claro o que pretendem: "Os recursos humanos e tecnológicos do centro de transplante do Hospital Curry Cabral têm de ser preservados e mantidos de forma integrada."

À Lusa, um dos elementos do grupo responsável pela petição admite que este pode apelar directamente aos diferentes grupos parlamentares, caso o documento actual, dirigido ao Presidente da República, ao primeiro-ministro, às autoridades de Saúde e à administração do CHULC, não tenha qualquer resposta. "Tudo o resto parece que não existe, mas existem transplantes renais, transplantes hepáticos e também o tratamento dos cancros que também se fazem naquele hospital e não os podemos esquecer", disse Teresa Custódio.

Num comunicado enviado ao PÚBLICO, o CHULC garante que as transferências de serviços previstas são para manter, assim como o prazo já avançado: o final desta semana. E garante que "mantém toda a sua actividade assistencial de acordo com as orientações estabelecidas pela DGS [Direcção-Geral da Saúde], de forma a garantir a defesa da saúde de todos os cidadãos que a ele recorrem".

No caso da transferência do CHBPT para Santa Marta, o centro hospitalar argumenta que "a transferência do transplante hepático nesta fase decorre da necessidade de garantir aos doentes a máxima segurança." Para tal, assegura-se no comunicado, esta unidade "assume um conjunto de regras excepcionalmente rigorosas e uma sala adicional para a realização de transplantação será terminada até ao final desta semana". O CHULC diz ainda que "a mudança de equipamentos e reorganização de equipas já está a decorrer com normalidade".

Sobre o equipamento de ponta que não poderá ser levado para Santa Marta, incluindo um aparelho de cirurgia robótica, o CHULC confirma que este está "temporariamente suspenso", mas não por impossibilidade de transferência para outro espaço. Segundo o hospital, a paragem deste equipamento prende-se com "recomendações de várias sociedades nacionais e internacionais (Sociedade Portuguesa de Cirurgia e American College of Surgeons, por exemplo), que recomendam a não-utilização de laparoscopia durante a pandemia de covid-19". Além do centro de transplantes, e tal como o PÚBLICO já indicara, vão sair do Curry Cabral os serviços de Medicina Física e Reabilitação para o Hospital de Santo António dos Capuchos, e os serviços de Ortopedia e Cirurgia Geral para o São José.

patricia.carvalho@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

"Ainda não sabemos se a pessoa recuperada é completamente imune ao vírus"

Akiko Iwasaki Passaportes de imunidade e máscaras alternativas foram alguns dos temas discutidos com a virologista da Universidade de Yale. Ela, porém, não usa protecção facial, porque simplesmente não vai a lado nenhum

Entrevista
Isabel Salema

A virologista Akiko Iwasaki diz que ainda sabemos muito pouco sobre a resposta imunitária do vírus SARS CoV-2, mas se liderasse um Projecto Manhattan para acabar com a pandemia, como o que uniu os cientistas à volta da bomba atómica, investiria muito dinheiro a tentar perceber que tipo de anticorpos consegue provocar imunidade e proteger-nos da doença, explicou numa entrevista ao PÚBLICO feita antes de uma conferência *online* da Fundação Gulbenkian dedicada à crise da covid-19. Iwasaki, investigadora da Universidade de Yale, foi ontem um dos oradores, entre outros especialistas de políticas públicas, como Stewart Cole, director do Instituto Pasteur, e Durão Barroso, ex-presidente da Comissão Europeia, encerrou. Há 15 dias, num artigo sobre a sazonalidade das doenças respiratórias na revista *Annual Review of Virology*, uma equipa liderada pela investigadora japonesa procurou demonstrar a importância da relação entre a temperatura e a humidade do ar na transmissão por via aérea de doenças como a gripe, o que poderá ser relevante também para a covid-19. Iwasaki mostra que há um "ponto de equilíbrio" na humidade relativa do ar, entre 40% e 60%, que dificulta a transmissão do vírus através de partículas suspensas no ar nos ratinhos em laboratório.

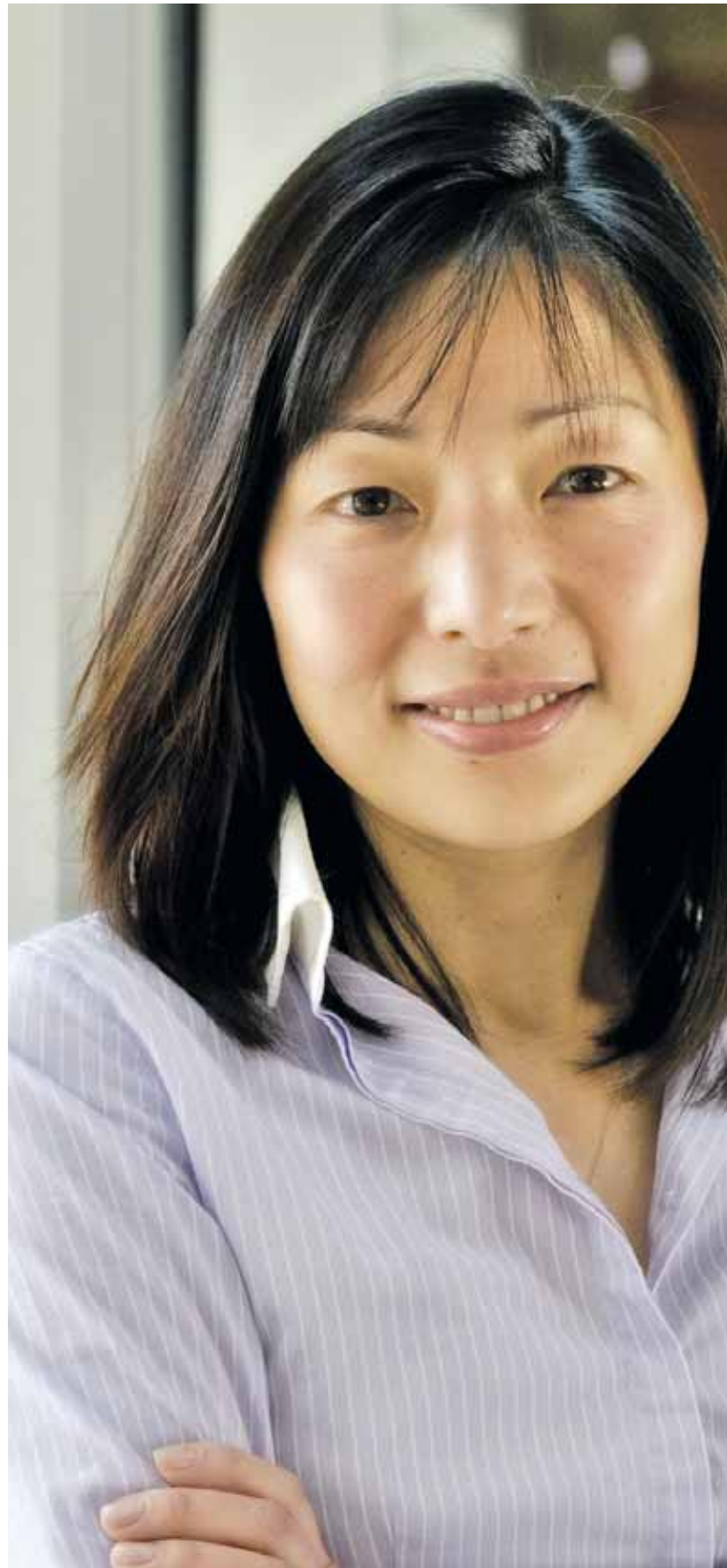
Quanto aos "passaportes de imunidade", como Akiko Iwasaki lhes chamou na conferência – que o Governo português quer lançar para permitir pensar o regresso à normalidade –, a virologista alerta para os riscos: "Podemos medir os anticorpos, mas isso não significa que a pessoa esteja protegida."

Já sabemos se os doentes que recuperam têm imunidade? Há alguns dados científicos que nos permitam pensar que isso acontece?
As pessoas que foram infectadas e recuperam desenvolvem, de facto, uma resposta imunitária. A prova disso é que se medirmos os níveis de anticorpos no sangue a maioria tem anticorpos elevados para o coronavírus. Também podemos medir o sangue das pessoas suspeitas de terem tido covid-19 e que recuperaram. Leva cerca de 14 dias a desenvolver uma boa resposta de anticorpos e é melhor esperar esse período para começar a medi-los.

Durante quanto tempo é que estes níveis de anticorpos estão presentes? Semanas, meses, isso será tempo suficiente para criar uma imunidade de grupo natural na comunidade?
Não temos provas ainda, porque o vírus é tão novo. Mas diria que confiar apenas nessa imunidade de grupo não é uma abordagem muito boa, porque há pessoas que são muito mais vulneráveis, como as que têm doenças prévias ou a população mais velha.

Sabemos se as pessoas têm imunidade três meses depois?
Não sabemos. Podemos medir os anticorpos, mas isso não significa que a pessoa esteja protegida.

A reinfecção é, então, possível?
A reinfecção foi observada em alguns casos. Mas neste momento é difícil saber se era verdadeiramente uma reinfecção ou alguém que tinha um pequeno reservatório de vírus algures que se tornou activo outra vez. Não temos actualmente provas muito fortes de que a reinfecção esteja mesmo a acontecer.

Mas se a reinfecção for possível, então a imunidade de grupo não é nem uma opção para acabar com a pandemia?
Seria óptimo ter uma vacina, é muito melhor do que confiar na imunidade de grupo. De facto, ainda não sabemos se a pessoa recuperada é completamente imune ao vírus. Espera-se que a vacina possa induzir uma

Sem uma vacina ou um antiviral, este vírus não vai desaparecer

DR

imunidade muito melhor do que a infecção natural.

Do ponto de vista de uma virologista, como é que o SARS CoV-1 e o SARS CoV-2 são diferentes?

O vírus SARS de 2003 também era muito infeccioso e, na verdade, mais letal do que este. Mas foram capazes de o conter com medidas de saúde pública muito fortes, enquanto em relação a este vírus já é demasiado tarde para o conter, só podemos mitigar os seus efeitos. Neste momento, o SARS CoV-2 está por todo o lado. Este vírus tem um período de incubação muito longo: as pessoas não se sentem ainda doentes, mas são um ponto activo [de contaminação] e podem transmiti-lo. Essa é a razão por que este vírus é tão difícil de conter, porque não sabemos quem está infectado até passarem alguns dias.

Os casos assintomáticos são muito infecciosos? Têm uma carga viral diferente dos das pessoas doentes?

Ainda não é muito claro, porque ainda não testámos muitas pessoas assintomáticas para ficar a conhecer a sua carga viral. Mas se compararmos os casos leves da covid-19 com os casos mais graves parece haver uma pequena diferença na carga viral.

A diferença da carga viral é importante para o desenvolvimento da doença?

Especula-se que quanto mais vírus temos, mais provável é termos sintomas, mas se olharmos para as pessoas que estão muito doentes a carga viral só por si não é capaz de prever se a pessoa vai ficar muito doente ou não. Penso que o que conta nesta doença é sobretudo a resposta imunitária do hospedeiro ao vírus.

Podemos esperar que o vírus desacelere no Verão?

Não sei. Se olharmos para outros vírus como o da gripe, ele espalha-se muito mais devagar durante o Verão. Espero que o vírus aéreo diminua, mas ainda temos outras formas de infecção: o contacto directo ou tocarmos em superfícies contaminadas.

Quão fortes são as provas de que o vírus se transmite através dos aerossóis, as partículas finíssimas em suspensão no ar?

Não percebo porque é que as pessoas acham que este vírus não é transmitido pela via aerossol. A maioria dos vírus respiratórios torna-se aerossolizado. Há um estudo feito no Nebraska em que os investigadores mediram o ARN viral [material genético] nas salas com doentes e nos corredores exteriores do ar e detectaram ARN viral nos dois sítios, indicando que havia ARN viral no ar.

A humidade do ar é muito importante para retardar a transmissão?

Uma humidade muito baixa, diria 20%, é a condição para que o vírus se possa estabilizar no ar. Já com uma humidade acima dos 50% o vírus fica instável. No que diz respeito ao fluxo do vírus no ar, a humidade é muito importante.

Pensa que poderemos ter um segundo surto no próximo Inverno?

Penso que sim. Se não tivermos nenhuma vacina ou tratamento, pode haver um novo surto deste vírus no Inverno. Sem humidade [nos ambientes climatizados], sem vacina, é muito provável que o vírus regresse no Inverno. Nós podemos mesmo ter um nível alto de infecção durante todo o ano, mas no Inverno pode ser pior.

Quanto é que este surto vai durar? Um ano, dois?

Pode durar muito tempo, porque nós não temos nenhuma imunidade pré-existente. A não ser que haja suficientes pessoas vacinadas e que tenham recuperado e sejam resistentes ao vírus, este vírus não há-de desaparecer.

As crianças estão a reagir melhor: é por não terem tido contacto com algum coronavírus anterior ou porque o seu sistema imunitário é mais plástico?

É nitidamente a última situação, porque toda a gente está exposta ao coronavírus da vulgar constipação, mesmo as crianças, mas há muito pouca reacção cruzada entre esse coronavírus e o SARS CoV-2.

Como é que está a correr o desenvolvimento da vacina?

Os testes clínicos já começaram para algumas candidatas. Mas vai levar um ano ou dois para ter a certeza de que a vacina funciona e se se segura.

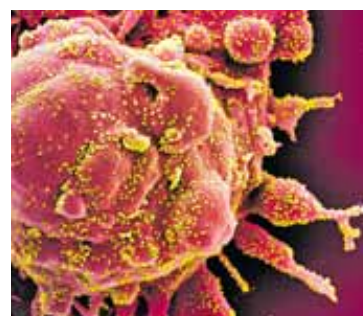
Quais são as principais questões imunológicas no desenvolvimento da vacina?

A questão mais importante é se a vacina consegue induzir anticorpos protectores, porque eles tanto podem proteger-nos, como prejudicar-nos, se forem o tipo errado de anticorpos.

Criaram em Yale uma *task force* de investigadores à volta da covid-19, mas se pudesse liderar uma espécie de Projecto Manhattan, como o que houve na II Guerra Mundial à volta da bomba atómica, quais é que seriam as suas prioridades na investigação do SARS CoV-2?

Seria o que acabei de dizer sobre os anticorpos. Eu investiria muito dinheiro a tentar perceber que tipo de anticorpos é que nos protege contra o vírus – porque se conseguirmos identificar um anticorpo protector podemos acabar com esta pandemia.

Qual é que pode ser a importância dos antivirais, se não tivermos a vacina? Acha que vão chegar primeiro do que a vacina na luta contra a doença?

Espero que sim. Se os antivirais conseguirem chegar antes da vacina, podemos levantar um pouco as medidas de distanciamento social.

Não sabemos simplesmente se os anticorpos sozinhos vão ser capazes de nos proteger de uma reinfecção pelo vírus

Assistimos a muitas mudanças de políticas de saúde pública, como as que mencionou nos EUA, mas também no Reino Unido. Porque é que este vírus provoca tantas abordagens diferentes e tanta confusão?

Porque há muitas mensagens contraditórias. Os governos têm de liderar, tomar decisões rápidas e comunicar essas decisões às pessoas. Isso não está a acontecer em sítios como a América. Alguns países como a China foram muito rápidos, pondo cidades de quarentena. Essa é a razão para a China ter tão poucos casos, quando comparada com países como os EUA. O problema é que os virologistas e os epidemiologistas deviam estar mesmo a influenciar os políticos, mas muitos não os ouvem.

Na sua opinião, então, o que é que devemos fazer?

Por agora o distanciamento social é a única forma de combater esta infecção. Temos de ter uma abordagem conjunta para desenvolver essa protecção – uma ordem para ficar em casa em todo o lado.

Tem uma ideia de quanto tempo vai durar? É uma pergunta de um milhão de dólares...

Sem uma vacina ou um antiviral, este vírus não vai desaparecer.

Voltando ao início, podemos esperar que algum tipo de teste de anticorpos permita a algumas pessoas circular primeiro?

Isso é posto como hipótese em países como o Reino Unido [e Portugal]. Não tenho a certeza se um teste de anticorpos é suficiente para saber quem está protegido. Ainda não conhecemos a resposta imunitária deste vírus. Não sabemos simplesmente se os anticorpos sozinhos vão ser capazes de nos proteger de uma reinfecção pelo vírus.

Usa uma máscara protectora?

Não, porque não vou a lado nenhum, mas, se fosse, usava.

Se não usarmos as máscaras cirúrgicas, que são necessárias nos hospitais, que tipo de material é melhor?

Qualquer coisa que permita fazer múltiplas camadas de tecido é bom e melhor do que nada.

isabel.salema@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

CDS questiona ministra
Após o apelo da ministra da Saúde aos lares, para acolherem utentes infectados mas sem sintomas de covid-19, isolando-os, o CDS quer saber se a solução foi discutida com o sector e se não acha que a medida comporta riscos, uma vez que o caso de cada lar deve ser avaliado.

Mais de metade dos ventiladores que chegaram domingo fica na Grande Lisboa

Oferta de milionária taiwanesa ficou na Área Metropolitana de Lisboa, apesar de o Norte concentrar mais infectados

Mariana Oliveira

Apesar de a região norte concentrar 57% dos casos confirmados de covid-19, mais de metade dos 144 ventiladores que chegaram domingo da China num avião fretado pelo Estado português vão ficar na Grande Lisboa. Isto, porque resultam de uma oferta feita à Câmara Municipal de Lisboa por uma milionária de Taiwan, que possui uma promotora imobiliária especializada em projectos de luxo, a Reformosa, sediada na capital. Por decisão do município de Lisboa, o donativo foi partilhado com as autarquias da Área Metropolitana de Lisboa (AML), tendo cabido ao Ministério da Saúde a distribuição dos ventiladores pelos hospitais da Grande Lisboa.

Isso mesmo foi explicado ao PÚBLICO pela Câmara de Lisboa, numa resposta enviada por escrito. O Ministério da Saúde confirmou a informação, adiantando que três dos ventiladores (máquinas que ajudam os doentes a respirar) foram comprados pela Câmara de Cascais, não sabendo o Governo qual o destino dos equipamentos. No avião fretado pelo Estado português vieram ainda 50 ventiladores oferecidos pela EDP e pela sua principal accionista, a China Three Gorges. Dos 144 ventiladores, apenas 13 foram comprados pelo Estado português, através da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS). Um total de ventiladores bem diferente do que o secretário de Estado da Saúde, António Lacerda Sales, referiu na semana passada, quando indicou que da encomenda de 900 ventiladores feita pela ACSS, 144 iriam chegar ainda essa semana.

Segundo o Ministério da Saúde, a distribuição de 141 ventiladores foi decidida pelo Grupo de Trabalho de Coordenação da Resposta Nacional de Medicina Intensiva à Pandemia Covid-19, que se encontra a trabalhar junto da ACSS. E levou em conta as necessidades expressas pelos diversos hospitais e a respectiva capacidade de aumento de número de camas. O Ministério da Saúde admite, contudo, que houve uma "única restrição" à distribuição e que esta se prendeu "com a vontade do doador" que ofereceu 78 ventiladores "a hospitais da Área Metropolitana de Lisboa".

Sobre esta doação feita pela empresária taiwanesa Ming-Chu Hsu, dona da Reformosa, que tem diversos projectos imobiliários de luxo em Lisboa e em Cascais, a câmara da capital explica: "A intenção de doação foi inicialmente afirmada pela benemérita à Câmara de Lisboa. Por proposta da Câmara de Lisboa, com o acordo imediato da benemérita e dos restantes municípios, a doação foi feita ao conjunto dos 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa." A câmara lisboeta, liderada por Fernando Medina, justifica a decisão com o facto de que "nos 18 municípios da AML residem quase 2,7 milhões de portugueses, cerca de 30% da população nacional".

O Airbus A330-941, fretado à TAP, transportou 20 toneladas de carga médica

Nada diz quanto ao facto de a região norte estar a ser bastante mais afectada pelo novo coronavírus e contabilizar 54% dos mortos por covid-19 no país, um número que, segundo os dados oficiais ontem divulgados, se cifrava nos 311. Os números mostram igualmente que há 270 internados nos cuidados intensivos, as unidades onde são habitualmente acolhidos os doentes que necessitam de ventiladores para respirar. Uma parte significativa destes doentes encontra-se na zona norte. Só o Hospital de S. João, no Porto, tinha ontem 51 internados com covid-19 nos cuidados intensivos.

Para explicar a partilha da oferta com os restantes municípios da área metropolitana, a Câmara de Lisboa sublinha que todos "têm trabalhado de forma unida e coesa desde sempre" com várias realizações concretas e que as 18 autarquias têm uma plataforma de gestão integrada de recursos como máscaras, luvas, refeições e viaturas, entre outros.

SNS distribui 12 ventiladores

Ao contrário do que aconteceu com o Ministério da Saúde, que recusou especificar as unidades hospitalares que vão receber os ventiladores, a Câmara de Lisboa informou que os centros hospitalares da capital (Norte, Centro e Ocidental) vão receber 29 máquinas no conjunto; o Garcia da Horta, em Almada, o Beatriz Ângelo, em Loures, e o Hospital Dr. José Almeida, em Cascais, 15 cada um; e, por fim, que para o Amadora/Sintra vão quatro aparelhos.

A autarquia lisboeta faz questão de sublinhar que "coordenou directamente com a benemérita e com a embaixada portuguesa em Pequim" todo o processo de encomenda e transporte dos ventiladores. "Foi um processo altamente complexo, com encomendas perdidas na última hora para concorrentes muito agressivos, e que exigiu um esforço impressionante da benemérita e da embaixada portuguesa", observou.

A câmara liderada por Fernando Medina garante estar "consciente das necessidades do país" e por isso diz ter decidido "atribuir 12 ventiladores ao SNS para atribuição a qualquer hospital ou hospitais do território nacional (que não na AML), ventiladores esses que se espera cheguem muito em breve".

Ontem, o secretário de Estado da Saúde, António Lacerda Sales, fez questão de abordar este tema na conferência de imprensa diária de balanço da pandemia. "Das doações feitas por vários organismos, referir que já foram entregues e continuarão a ser entregues durante o dia de hoje 144

Material roubado em Espanha
Um empresário de Santiago de Compostela foi detido por ser o presumível autor do roubo de material médico e sanitário de um armazém na Galiza, avaliado em cinco milhões de euros. O objectivo? Vendê-lo em Portugal, acredita a polícia espanhola.

500

A Ordem dos Enfermeiros diz que a contratação de 500 enfermeiros para o SNS não colmata as necessidades

Madeirenses de máscara
O Governo Regional da Madeira decidiu entregar máscaras aos cidadãos do arquipélago. Os equipamentos serão reutilizáveis e podem tornar-se de uso obrigatório, admite o governo regional, quando as restrições de circulação forem aligeiradas.

Marcelo em "grupo de risco"
O chefe de Estado recusou ontem comentar a polémica sobre o uso de máscaras por causa da covid-19 e justificou o facto de usar por vezes essa protecção com a pertença a um "grupo de risco" — "não só pela idade como por circunstâncias respiratórias", explicou.

MÁRIO CRUZ/LUSA

ventiladores a hospitais de todo o país, de norte a sul, de acordo com as necessidades e respeitando a equidade na distribuição", referiu o responsável, acrescentando que estes aparelhos são cruciais numa altura em que aumenta a quantidade de doentes em cuidados intensivos.

Nada disse, contudo, quanto à oferta dos 78 aparelhos. À chegada do avião fretado pelo Estado português, o presidente da Câmara de Lisboa, Fernando Medina, anunciou na TVI que 78 ventiladores seriam atribuídas aos hospitais da Área Metropolitana de Lisboa. E confortava-se com o facto de a oferta "permitir cumprir" a parte de Lisboa "como cidade capital", remetendo os 12 aparelhos "que estão para chegar na próxima semana" para "serem distribuídos por todo o país, ou melhor, pelos locais do país onde eles forem mais necessários neste momento".

mariana.oliveira@publico.pt

Confinamento ao concelho afecta filhos de separados

Os filhos de pais separados que vivam em concelhos diferentes não vão poder mudar de casa entre os dias 9 e 13 de Abril, durante os quais foram estabelecidas regras mais apertadas para conter a propagação do novo coronavírus. As deslocações para cumprimento de partilha de responsabilidades parentais por si só não são consideradas uma excepção às novas restrições previstas para a Páscoa.

"Os cidadãos não podem circular para fora do concelho de residência habitual entre as 0h do dia 9 de Abril e as 24h do dia 13 de Abril, salvo por motivos de saúde ou por outros motivos de urgência imperiosa", lembra fonte oficial da Presidência do Conselho de Ministros.

Esta é a norma geral que está no decreto que prolonga até 17 de Abril o estado de emergência e no qual foi introduzida uma regra nova de confinamento no concelho de residência durante cinco dias por altura da Páscoa. O PÚBLICO quis saber que regra se aplica ao cumprimento de partilha das responsabilidades parentais, se este implicar deslocações com mudança de concelho entre os dias 9 e 13 de Abril.

"No caso de deslocações para o cumprimento de partilha de responsabilidades parentais, as mesmas não são consideradas *per si* situações de excepção", explica a mesma fonte, "salvo se se verificar algum dos anteriores pressupostos (motivo de saúde ou urgência imperiosa, devendo a situação em concreto ser avaliada pelas autoridades)", acrescenta. Isto significa que, tratando-se de uma simples mudança de casa de acordo com o que ficou acordado entre os pais, se esta implicar uma deslocação para outro concelho, ela não poderá ser feita naqueles dias. A nova regra só tem implicações nos casos que implicam mudança de concelho.

Marta Moitinho de Oliveira

DIÁRIO DA QUARENTENA, 21

Diário de um advogado: manter as rotinas e lutar contra a ociosidade física e mental

Paulo Edson Cunha

Levanto-me às 8h30. Procuro notícias do país e do mundo e, enquanto não sei da minha mãe e avó, não descanso o espírito.

Segue-se meia hora de alongamentos, abdominais, seguido naturalmente de um retemperador duche e de um revigorante pequeno-almoço.

Pelas 10h, começo uma visita pelo Citius, pelo *email* institucional, pelo *email* do escritório.

Antes de dar sequência ao expediente do dia (peças processuais, requerimentos, ofícios, cartas, respostas a *emails*, institucionais ou pedidos de clientes) inicio uma visita ao escritório onde exerço com uma colega e uma solicitadora.

Feito o passeio higiénico ao escritório, aonde vou buscar os processos do dia, regresso a casa (a pé, pois dista 15 minutos por esse meio) e inicio o trabalho como se de um dia normal de trabalho se tratasse.

Tenho verificado que os meus clientes me abordam muito sobre contratos de trabalho, de empreitadas, de arrendamento, mas sobretudo sobre o cumprimento dos acordos de responsabilidades parentais, que não estão preparados para estas situações de excepção e exigem muito bom senso, que nem sempre existe.

As consultas, normalmente pequenas dúvidas, passaram a ser dadas por telefone, Facebook ou *email*.

Os advogados, ao contrário de outras actividades, quando não trabalham, não têm clientes, ou quando estes não pagam, não têm qualquer apoio social. Neste momento, a maioria dos advogados fica privada em termos de oficiosas (que eu não faço), ou de clientes (temos os escritório fechados e os clientes não têm dinheiro) ou até sem diligências (logo, o fim dos processos fica adiado; logo, os honorários também), mas as nossas despesas fixas mantêm-se – as rendas dos escritórios, Internet, electricidade, funcionários, impostos, compromissos anteriormente assumidos, etc.) e não teremos qualquer ajuda, nem sequer para quando ficamos em casa a acompanhar os filhos, como qualquer trabalhador ou até os outros profissionais liberais têm.

Pior, enquanto todos os sectores da sociedade têm permitido uma moratória para pagar a sua segurança social, a nossa caixa de previdência (CPAS) não o tem permitido, logo, temos de pagar um mínimo de 251 euros/mês sem qualquer perdão, suspensão ou interesse na nossa situação. E há milhares de colegas estrangulados com prestações em atraso e em situação muito precária, por isso era importante a direcção da CPAS ser sensível ao nosso momento e dar-nos uma moratória, o período de carência de pelo menos três meses, sob pena de acabar com a carreira de muitos advogados. Eu estou à vontade porque quero realçar que tenho as minhas quotas pagas, mas estou a liderar um movimento juntamente com oito advogados do Seixal, ao qual se juntaram centenas de solicitadores e agentes de execução, em que apelamos a todos os colegas que não paguem mais (só assim negociarão connosco). Deixo-vos o endereço electrónico: *https://www.facebook.com/groups/678562539558073/*, e convido todos os advogados, solicitadores e agentes de execução a aderirem.

Os meus clientes abordam-me muito sobre o cumprimento dos acordos de responsabilidades parentais, que não estão preparados para estas situações de excepção e exigem muito bom senso, que nem sempre existe

Estamos a preparar outras formas de luta, para além do não-pagamento em massa, como intentarmos uma intimação judicial, para além de estarmos a preparar uma assembleia extraordinária da própria CPAS.

No dia que vos estou a descrever ainda fui atender um cliente que precisava de um reconhecimento presencial para celebrar um negócio, mas foi muito estranho. Respeitámos uma distância entre nós nos cumprimentos e depois atendi-o, com ele na recepção e eu no gabinete.

Advogado

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Cinco secretários de Estado serão coordenadores regionais na crise

São José Almeida

A coordenação será feita por membros do Governo com proximidade a cada região e a divisão tem por referência as NUTS 2

Eduardo Pinheiro, João Paulo Rebelo, Duarte Cordeiro, Jorge Seguro Sanches e José Apolinário são os cinco secretários de Estado que vão assegurar a coordenação a nível regional do combate à pandemia da covid-19, soube o PÚBLICO.

A figura das "autoridades que coordenam a execução da declaração do estado de emergência no território continental, a nível local", está prevista no despacho de execução do segundo período do estado de emergência, em vigor. Ontem, o primeiro-ministro assinou o despacho que atribui a cinco secretários de Estado do Governo a competência para desempenharem essa função. A coordenação será feita de acordo com a divisão geográfica das NUTS 2 do Continente: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

Assim, a coordenação regional do Norte será desempenhada pelo secretário de Estado da Mobilidade, Eduardo Pinheiro; a do Centro pelo secretário de Estado do Desporto, João Paulo Rebelo; a de Lisboa e Vale do Tejo pelo secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Duarte Cordeiro; a do Alentejo pelo secretário de Estado da Defesa Nacional, Jorge Seguro Sanches; e a do Algarve pelo secretário de Estado das Pescas, José Apolinário.

De acordo com as informações a que o PÚBLICO teve acesso, a escolha destes nomes teve dois pressupostos. Primeiro, são pessoas que têm relação de proximidade com as respectivas regiões que vão coordenar. Todos eles desempenharam funções de Estado ou de direcção intermédia do PS nessas suas regiões.

Duarte Cordeiro, por exemplo, foi vereador na Câmara de Lisboa e preside à federação da área urbana de Lisboa. José Apolinário liderou a federação do Algarve e foi presidente da Câmara de Faro. Eduardo Pereira foi presidente da Câmara de Matosinhos e desempenhou vários cargos de gestão nesse município e no Grande Porto. João Paulo Rebelo foi vereador eleito à Câmara de Viseu. Jorge Seguro Sanches foi presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano.

Em segundo lugar, não integram a "linha da frente" do Governo para o combate à pandemia. Daí que não tenham sido escolhidos secretários de Estado do Ministério da Saúde ou da Economia.

DANIEL ROCHA

Duarte Cordeiro fará a coordenação regional de Lisboa e Vale do Tejo

Agilizar a resposta

A decisão de escolher secretários de Estado para a tarefa deve-se à percepção de que nomear novos nomes poderia gerar ruído e até incompreensão. Além de que, por integrarem já o Governo, estão dentro das práticas do poder executivo.

O objectivo desta medida é implementar uma coordenação horizontal de todas as entidades e serviços desconcentrados do Estado que, em cada região, estão envolvidos no combate durante o período de crise, garantindo uma resposta ágil às necessidades – por exemplo, a ligação entre os serviços de saúde e os lares. Outra tarefa destes coordenadores é assegurar a articulação entre as autarquias e as entidades do sector social.

Embora exerçam a autoridade do Estado na coordenação do combate à pandemia, estes coordenadores não são equiparáveis aos antigos governadores civis, até porque os cinco secretários de Estado só desempenharão esta função enquanto ela for necessária.

Estas nomeações obedecem, segundo o despacho de execução do segundo estado de emergência, aos termos do n.º 4 do artigo 20.º da Lei n.º 44/86, que regulamenta o estado de emergência. Este diploma estabelece que compete ao Governo, "sem prejuízo das suas atribuições, nomear as autoridades que coordenam a execução da declaração do estado de emergência no território continental, a nível local".

Isto "sem embargo de, em situações de calamidade pública, a coordenação mencionada ser assegurada pelos comandantes operacionais distritais de operações de socorro, na área da respectiva jurisdição".

sao.jose.almeida@publico.pt

PSD pede reforço de linhas de crédito, prazo alargado para pagar ao fisco e desconto no IMI

Sofia Rodrigues

O PSD propõe um reforço nas linhas de crédito de apoio às empresas de 10 mil milhões de euros, o adiamento de pagamentos fiscais (IVA, IRC e TSU) e isenções de comissões bancárias para as pequenas empresas, a redução do IMI para empresas e famílias, bem como a possibilidade de as empresas decretarem um período de férias aos trabalhadores nesta fase da crise. São 12 medidas que Rui Rio apresentou como "contributos" do PSD para atenuar a crise em resultado da covid-19 e que serão entregues em mão, amanhã, ao primeiro-ministro. Só "uma ou duas" serão concretizadas em projectos de lei, porque o líder do PSD se recusa a "atirar dezenas de propostas" para cima da mesa. Sobre a reunião do Presidente da República com os representantes dos principais bancos, Rui Rio disse ser "um abanão" para "não caírem na tentação de lucrar".

Entre as propostas apresentadas por Rui Rio está o alargamento das linhas de crédito às empresas e empresários em nome individual para um valor na ordem dos 10 mil milhões de euros (três mil milhões como anunciou o Governo "não chegam"), a fixação da garantia do Estado de 90% nos créditos concedidos e o aumento do montante máximo de empréstimo por empresa (nas microempresas passaria de 50 mil para 100 mil euros, por exemplo).

PSD pede "equilíbrio" na atenção a dar à banca e às empresas

O PSD propõe ainda que as empresas que tenham dívidas fiscais e pretendam aceder a estas linhas de crédito "possam regularizar o montante de imposto, ficando o valor dos juros e coimas para pagamento no prazo de seis meses". Do pacote de medidas consta ainda a isenção das microempresas de comissões de gestão ou acompanhamento e de Imposto do Selo nestas linhas de crédito.

O líder do PSD referiu ainda a necessidade de alterar o regime das moratórias dos créditos à habitação para que os juros não se capitalizem na dívida, sendo pagos após o final da moratória em 12 prestações sem juros.

Quanto à reunião de ontem entre o Presidente da República e banqueiros, Rui Rio sublinhou que a intenção do PSD "é disciplinar", e "não de forma alguma pôr em causa a banca", defendendo um "equilíbrio" entre o que a "banca precisa e as empresas precisam".

Rui Rio considerou a reunião uma iniciativa "muito louvável" de Marcelo Rebelo de Sousa e admitiu que "a banca já está sensível, já percebeu" o seu papel, acrescentando que é preciso que seja "coerente no terreno". "A reunião é mais um abanão na banca, para não caírem na tentação de lucrar, mas ajudar as empresas dentro da sua sustentabilidade financeira", afirmou o líder social-democrata em conferência de imprensa, na sede do PSD-Porto.

Entre as medidas destinadas às empresas, o PSD defende uma simplificação das regras do *layoff*, passando o Estado a pagar directamente os salários, em vez de reembolsar as empresas.

srodrigues@publico.pt

Quanto mais cedo tivéssemos despistado os casos, maior era a probabilidade de baixar o contágio

Ribau Esteves
Presidente da Câmara de Aveiro

Lar da Misericórdia de Aveiro com 15 mortes esperou duas semanas por *kits* de testes

Presidente da Câmara de Aveiro diz que não há zaragatoas. "Quanto mais tarde chegarmos aos dois lares de Aveiro e dos municípios vizinhos, mais nos arriscamos a ter números como os da Misericórdia"

José Volta e Pinto

Quinze utentes de um lar da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro morreram vítima de covid-19. Há nesta instituição 77 utentes infectados. Os números foram confirmados pelo presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Ribau Esteves.

O autarca adiantou ainda que há também 22 funcionários infectados neste lar que se situa no Complexo Social da Moita, em Oliveirinha.

Os 15 óbitos do lar da Misericórdia de Aveiro registaram-se "ao longo dos dias", e apenas alguns dos doentes morreram no hospital. Os restantes faleceram na instituição, que tem "uma ala autónoma" para os casos positivos registados, com circuitos e equipas próprias, e onde está a ser tratada a maioria dos utentes.

"Os casos mais delicados" vão ao hospital, disse Ribau Esteves, que adiantou que, neste momento, não há nenhum utente nem funcionário a necessitar de cuidados intensivos. Os casos foram despistados na semana passada, quando os 105 idosos e os funcionários do lar foram sujeitos a testes que já tinham sido pedidos "pelo menos duas semanas" antes, disse Ribau Esteves ao PÚBLICO.

O presidente lamentou a demora, entendendo que a situação verificada no lar, a mais grave registada no município, podia ter sido evitada. "Quanto mais cedo tivéssemos despistado os casos, maior era a probabilidade de baixar o contágio", afirmou. Dos testes feitos no lar, 99 foram positivos, mais de 75% dos testados, uma percentagem que seria menor, caso a encomenda tivesse chegado mais cedo, considerou Ribau Esteves.

Os números do lar da Misericórdia "são muito pesados", mas o presidente da câmara alertou para uma questão "mais grave" que continua por resolver no município, dado o risco de situações semelhantes noutras instituições do concelho.

Ribau Esteves revelou que estava prevista para ontem a realização de 76 testes noutros dois lares de Aveiro. Foram cancelados. O mesmo aconteceu com os que deveriam ter sido feitos noutros cinco lares de municípios da região – Ílhavo, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Murtosa e Sever do Vouga. Isto, explicou, porque o hospital está à espera de zaragatoas. "O *stock* do nosso hospital chegou a zero. O tal camião que era para ter chegado faz quinta-feira 15 dias não veio. O penúltimo fornecedor de zaragatoas fui eu, que arranjei 500 em Lisboa e, na semana passada, foi a própria presidente [do hospital] a arranjar outras 500", explicou o autarca, caracterizando a situação como "dramática".

"Quanto mais tarde chegarmos aos dois lares de Aveiro e dos municípios vizinhos, que já têm casos positivos, mais nos arriscamos a ter números como os da Misericórdia. Ninguém quer isso, é preciso agir depressa", avisou Ribau Esteves.

Duas mortes em Ílhavo

Em Ílhavo, mais dois utentes do Lar de S. José que estavam infectados morreram ontem, elevando o total de óbitos por covid-19 na instituição para quatro.

Dos 53 utentes, 39 tiveram um resultado positivo nos testes. Os que não estão infectados já foram transferidos no sábado para uma antiga unidade residencial de Ílhavo, enquanto os restantes permanecem no lar, noticiou a Lusa.

E em Viana do Castelo, o presidente da direcção do centro social e paroquial de Darque, o padre Xavier Moreira, criticou também a "demora" na realização dos testes à covid-19. O pároco confirmou à Lusa que 30 dos 41 utentes e três dos 40 funcionários tiveram testes com resultado positivo.

Além do lar, o Centro Paroquial de Promoção Social e Cultural de Darque ainda conta com uma unidade de cuidados continuados de média e longa duração, com 32 utentes e 52 funcionários que vão ser testados entre hoje e amanhã. "O problema disto é não existirem testes para toda a gente", lamentou o padre.

jose.volta.pinto@publico.pt

DANIEL ROCHA

As queixas de que faltam testes para utentes dos lares têm -se repetido

Deputados questionam ministra

Os deputados do PSD eleitos pelo distrito de Viana do Castelo questionaram ontem a ministra do Trabalho e da Segurança Social, Ana Mendes Godinho, sobre "os critérios para priorizar" os testes à covid-19, defendendo a sua realização "imediata" em lares da região.

Numa pergunta dirigida à governante, os deputados Emília Cerqueira, Jorge Salgueiro Mendes e Eduardo Teixeira querem saber quais foram os critérios que "priorizaram os distritos de Lisboa, Aveiro, Évora em detrimento dos distritos do Norte onde se verifica maior número de casos de infecção". No documento, citado pela Lusa, consideram ainda "imperioso que os lares de idosos e as unidades de cuidados continuados integrados sejam considerados prioritários no combate à pandemia".

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Dever especial de protecção

Opinião
Luís de Sousa

No desenrolar desta pandemia perguntamo-nos muitas vezes o que é o Estado e o que é o sentido de comunidade que lhe dá vida.

Não sei se o Estado é um meio para atingir a felicidade do indivíduo, ou se a felicidade do indivíduo é assegurada pelo Estado ou se a felicidade do indivíduo e do Estado são não apenas uma só. Não consigo discernir qual o elo e sentido desta relação perante a impotência a que os factos nos sujeitam. Procuro apenas reconfortar-me na ideia, ou fé, de que o Estado, através das suas múltiplas instituições, contingentes, recursos e autoridade, protegerá os indefesos, porque os demais saberão cuidar de si.

A Constituição consagra uma função de protecção contra ameaças externas à comunidade, contra ameaças à vida, liberdade e dignidade dos indivíduos, quanto aos direitos políticos, cívicos e sociais que animam o governo dessa comunidade. Em condições normais de governo, acreditamos que esta articulação de direitos é inspiradora porque estabelece um horizonte de liberdades e de garantias na nossa relação com o Estado e uns com os outros, ainda que saibamos que a sua efectivação, sobretudo em matéria de direitos sociais, ficará sempre aquém das expectativas. Vivemos num engano consentido, mas referendado, o que nos permite sempre (ainda que com informação assimétrica) gratificar os que melhor fazem ou que melhores intenções têm de fazer. Porém, é em momentos como este que o direito constitucional se esvazia do seu conteúdo inspirador e o desencanto instala-se.

No seu Artigo 72.º, a CRP consagra o direito à terceira idade: "As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social." Com o decretar do estado de emergência pelo Presidente da República, o Artigo 4.º do Decreto n.º 2-A/2020, que procede à sua regulamentação e execução, estabelece um "*Dever especial de protecção*" para os maiores de 70 anos, os imunodeprimidos e os portadores de doença crónica, que por regra também são idosos. O isolamento social passa a ser entendido como uma medida necessária para assegurar a sua saúde e sobrevivência. O direito (individual) à terceira idade converteu-se num dever "comunitário" de protecção deste grupo de risco, ou seja, uma responsabilidade de todos nós. Se se tratasse de um dever individual, estaríamos a falar de autoprotecção e deixaríamos os indefesos entregues ao seu próprio bom senso e responsabilidade.
Não foi esse o sentido dado pelo decreto do Presidente da República, também ele um cidadão em risco, ou pela subsequente regulamentação do Governo.

Permitir que pessoa idosa se desloque ao supermercado ou à farmácia para compra de bens essenciais ou medicação é colocar em xeque o "dever especial de protecção" que nos compete assegurar enquanto comunidade. Nesse sentido, as centenas de iniciativas individuais e comunitárias que têm surgido, entre vizinhos, para assegurar as compras e os abastecimentos das pessoas mais vulneráveis são não só uma resposta humanitária instintiva de entreajuda mas uma forma de dar cumprimento, no terreno, às medidas de emergência decretadas pelo Estado. Infelizmente, essas redes informais de apoio comunitário só são viáveis nas cidades onde há voluntários suficientes entre a população de menor risco. Em inúmeras localidades no Portugal profundo, onde as forças vivas da sociedade (associações, ONG, grupos de cidadãos) escasseiam e o défice de capacidade de resposta se faz sentir, os idosos e outras pessoas em risco acrescido de contrair o vírus continuam a ter de tratar de si mesmos, saindo de casa para os abastecimentos essenciais e expondo-se aos perigos de contágio e propagação da doença. A maioria da população do interior do país é idosa. Uma boa parte dessa tem os filhos e netos à distância, nas cidades do litoral.

Juntas de freguesia, câmaras municipais, protecção civil têm actuado no sentido de fazer chegar a essas pessoas o apoio logístico necessário. Os recursos são escassos, a informação também e por vezes não estão organizados da forma mais eficaz, por inexperiência, por desconhecimento. Impera a boa vontade, mas infelizmente não chega. Neste quadro legal de estado de emergência, o Governo deveria mobilizar as Forças Armadas, sobretudo os contingentes que têm participado em acções de ajuda humanitária e que estão mais aptos neste tipo de cenários, para saírem das casernas e, com o mesmo sentido de responsabilidade democrática de 1974, assistirem as autoridades e comunidades locais a assegurar o dever de protecção especial a quem dele necessita. Escusado relembrar que o *dever especial de protecção* se estende também a outros grupos de indefesos. É importante que se potenciem todos os recursos do Estado e da sociedade para alavancar o esforço louvável que as comunidades locais têm vindo a desenvolver. Todos juntos, por uma só causa.

Investigador do Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa

Quem morre no hospital é tratado como se tivesse covid-19. Funerárias pedem mais regras

Susana Pinheiro

Os doentes que morrem nos hospitais, mesmo que a causa não seja covid-19, "estão a ser todos tratados da mesma forma": corpo colocado em duplo saco e sem roupa pelos enfermeiros, condicionado, numa urna fechada, sem os familiares poderem despedir-se. À partida, são todos suspeitos. "Não sabemos se as pessoas, que morreram por enfarte ou por outra causa, estão infectadas, porque não lhes estamos a fazer testes", explica Ana Rita Cavaco, bastonária da Ordem dos Enfermeiros (OE), ao PÚBLICO. Embora muitas agências funerárias estejam a generalizar estes procedimentos para impedir a propagação da pandemia, nem todas o estão a fazer, por isso, pedem recomendações mais precisas e testes para os agentes funerários.

A Direcção-Geral da Saúde (DGS) recomenda que "não deve haver lugar à preparação do corpo de pessoas infectadas ou suspeitas de covid-19 pelas agências funerárias, dado que já foi preparado (limpo e seco) pela equipa de saúde/autópsia". Recomenda ainda o mínimo manuseamento e a cremação dos corpos e determina que, em caso de enterro, as urnas não sejam abertas. "Antes da covid-19, o corpo era preparado, vestido, e apresentado na urna, na igreja ou capela, para velório", mas agora não é assim por causa do risco de contágio, descreve Carlos Almeida, presidente Associação Nacional de Empresas Lutosas (ANEL).

A urna é fechada e transportada para o cemitério ou crematório, onde apenas cinco ou dez pessoas podem assistir a uma breve cerimónia. A representante dos enfermeiros concorda que "as medidas da DGS são necessárias para conter a propagação do vírus", mas considera-as "desumanas". No entanto, nem todos os agentes funerários seguem os mesmos passos, alerta Vítor Cristão, vice-presidente da Associação dos Agentes Funerários de Portugal (AAFP). Ao todo, existem cerca de seis mil profissionais no país.

O presidente da ANEL acrescenta que, no caso de morte no domicílio, também deixou de ser feito o tratamento do corpo. "Vamos todos equipados com roupa, luvas e máscara de protecção individual porque a pessoa pode estar infectada e ninguém saber", justifica Carlos Almeida. Vítor Cristão queixa-se de que os profissionais de última linha – os agentes funerários, os coveiros, etc. – estão a ser esquecidos.

Para haver normas gerais no sector, a AAFP vai solicitar à DGS que, tendo em conta o risco de contágio, alargue a todos os óbitos os procedimentos que são exclusivos para pessoas que morreram vítimas de coronavírus.

Contactada, fonte da DGS afirma que o organismo já se reuniu com os agentes funerários e que as recomendações serão "actualizadas".

DGS garante que vai actualizar as recomendações dadas às funerárias

mil empresas já recorreram ao *layoff* em Portugal

Layoff já chegou à comunicação social

O impacto da covid-19 está a levar os media, confrontados com quebras brutais de receitas, a recorrer ao *layoff*. *A Bola* suspende funções a 50 trabalhadores e o *Jornal Económico* reduz horários e salários em 25%

Joana Amaral Cardoso e Luís Miguel Queirós

O jornal *A Bola*, o mais antigo periódico desportivo português, vai enviar 50 trabalhadores para *layoff* na sequência da perda de receitas provocada pela pandemia da covid-19, confirmou ao PÚBLICO a presidente do Sindicato dos Jornalistas, Sofia Branco. A medida foi comunicada aos trabalhadores, mas ainda não foi formalizada, e afectará apenas a redacção do Porto. A ele junta-se um *layoff* simplificado e redução de horário no *Jornal Económico*, sendo estas as primeiras grandes consequências laborais visíveis da actual crise nos media na semana em que se espera do Governo um pacote de medidas para fazer face à quebra brutal no sector.

O director d'*A Bola*, Vítor Serpa, confirmou ao PÚBLICO que existe a intenção de recorrer ao *layoff* para "fazer face a esta situação absolutamente inesperada, única" e de duração imprevisível, sublinhando que "a principal preocupação é encontrar procedimentos que assegurem tanto quanto possível o essencial, que é a manutenção dos postos de trabalho". E recorda que "*A Bola* sempre se orgulhou de ser o único jornal desportivo que nunca fez um despedimento colectivo".

Com "o desporto no congelador há dois meses, o fecho de muitos postos de venda, e a crise que a imprensa já atravessava",o director d'*A Bola* espera que "o Governo perceba que tem de haver um apoio generalizado, como aquele que estará já a ser negociado", mas avisa que os jornais, que dependem também das vendas em papel, "que caíram desamparadamente", exigem soluções específicas.

Segundo Sofia Branco, dos trabalhadores afectados por este *layoff*, 28 são jornalistas, grupo que inclui todos os fotojornalistas da redacção do Porto.

A direcção do jornal, disse ainda a presidente do Sindicato dos Jornalistas, "já deu indicação aos trabalhadores de que vão para *layoff*". O parecer que o sindicato tem de emitir à aplicação do *layoff* "é que não está devidamente fundamentado, por não terem sido apresentados nem os números nem os documentos necessários para o sustentar", precisa. "Não estamos a dizer que não há uma razão, mas os números que sustentam as quebras não nos foram apresentados."

O caso d'*A Bola*, que como os restantes desportivos está a sofrer o embate das medidas de contenção do novo coronavírus com especial violência, desde logo pela interrupção das provas desportivas no país, pode ser a ponta do icebergue num sector que há semanas pede a intervenção do Governo.

25% no horário e no salário

Outro caso em que o *layoff* já foi mesmo accionado é o do *Jornal Económico* (propriedade da empresa Megafin SA), que esta segunda-feira à noite anunciou no seu site ter adoptado a "semana de trabalho de quatro dias" para enfrentar a crise causada pela pandemia. "A decisão de recorrer ao *layoff* simplificado previsto nas medidas de apoio às empresas afectadas pela crise da covid-19", escreve o jornal, uma decisão que "permite assegurar a qualidade editorial e a manutenção dos postos de trabalho dos cerca de 40 profissionais".

Observando que "o investimento publicitário caiu cerca de 50% desde o início da pandemia" e que, até ao momento, "o Governo não avançou quaisquer medidas de apoio ao setor", o *Jornal Económico* adianta que a decisão de recorrer ao *layoff* foi comunicada ontem pela administração do jornal. O PÚBLICO apurou ainda que uma parte dos funcionários administrativos e quatro jornalistas ficaram em *layoff* total.

O Sindicato dos Jornalistas tem ainda recebido "indicações de dezenas

VASCO NEVES

A Bola foi fundada em Janeiro de 1945

de publicações e rádios da imprensa local e regional de que ou suspendem a actividade ou estão a dispensar trabalhadores", um cenário que se repete de norte a sul e que pode envolver dispensas ou *layoff*, diz Sofia Branco. Nas últimas semanas, "houve já uma dúzia de publicações que suspenderam a edição em papel; metade delas não tinham edição digital e pararam mesmo", adiantou ao PÚBLICO João Palmeiro, presidente da Associação Portuguesa de Imprensa (API).

Palmeiro prevê que "nas revistas mensais [moda, economia, automóveis, entre outras] vamos assistir à suspensão de várias publicações já no final de Abril". E aí, antecipa, haverá casos de *layoff*. "A nível nacional há sinais de que alguns grandes grupos poderão optar pelo *layoff*, que são basicamente os que estavam com dificuldades antes da pandemia", adianta ainda Sofia Branco.

Dezenas de publicações e rádios locais suspendem a actividade ou dispensam pessoal

O PÚBLICO contactou a Media Capital e a Cofina sobre o impacto da crise e possível recurso a *layoff* ou à dispensa de trabalhadores, mas não obteve ainda resposta. Fonte oficial do grupo Impresa, por seu turno, diz ao PÚBLICO não estar "a equacionar, à presente data, o recurso a instrumentos como o *layoff* nem a despedimentos colectivos", mas admite a necessidade de "reduzir custos" face à "queda brutal de receitas". A Impresa diz que endereçará "em primeiro lugar outras rubricas orçamentais".

Já Afonso Camões, administrador do Global Media Group (que inclui desde o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias* até à rádio TSF e gráficas), diz que estão a trabalhar "com cada uma das direcções de cada uma das empresas do grupo"; "aplicar a mesma receita a todas era um erro nesta altura". Questionado sobre se ponderam recorrer ao *layoff* ou à dispensa de colaboradores, Camões diz que há muitos cenários em cima da mesa. "Estamos a encarar essa hipótese, sim", salvaguardando que nada está decidido e que a vontade é "manter postos de trabalho" e "procurar a sustentabilidade da empresa" face a quebras de receitas na ordem dos 70% no sector.

Tal como João Palmeiro, Camões acha que o modelo de *layoff* simplificado criado no âmbito das medidas para combater os efeitos económicos da covid-19 "não serve para o sector" dos media. "Suspendemos a produção e deixamos de existir", argumenta.

Medidas esta semana

Luís Nazaré, director executivo da Plataforma de Media Privados (que reúne Global, PÚBLICO, Cofina, Impresa, Media Capital e Renascença), considera "naturalíssimo que todos [os grupos de media] estejam a fazer as suas contas e a equacionar os diferentes cenários". Sobre dispensas ou *layoffs*, diz não saber de medidas concretas das empresas que integram a entidade. "Todos estão a tentar preservar o mais possível os postos de trabalho, mas isso vale o que vale perante a realidade que temos", afirma o representante desta plataforma, que já enviou ao Governo um pacote de propostas para apoio ao sector.

A ministra da Cultura prometeu anunciar esta semana medidas para o sector. João Palmeiro diz que, da parte da API, a principal preocupação é que, sabendo que haverá apoios, estes cheguem num curto prazo de tempo".

O Sindicato dos Jornalistas teme que, "à semelhança de outros sectores, metade dos pedidos venham a ser um aproveitamento para justificar reduções de pessoal", e frisa a importância da fiscalização e da presença da Autoridade das Condições para o Trabalho no terreno. Para já, diz Sofia Branco, "há sinais de que alguns grupos e empresas não aguentarão durante" a própria pandemia; "toda a imprensa escrita é mais vulnerável, mas as rádios [também] estão numa situação muito complicada com as quebras de publicidade, e o mesmo acontece na televisão".

joana.cardoso@publico.pt
lmqueiros@publico.pt

França prestes a passar barreira dos 100 mil casos
Com cerca de 9000 mortes devido à covid-19, um número que subiu por se lhe terem somado as mortes ocorridas nos lares de idosos, França está prestes a chegar a 100 mil casos da doença. Tinha ontem 98.010 infecções pelo novo coronavírus.

"Nos primeiros dias, infectámos muitas pessoas – eu inclusive"

Confinamento obrigatório, números assustadores de infectados e mortos. A pandemia faz os espanhóis viverem dias de agonia. "Não conseguimos pensar muito no futuro, pois iríamos enlouquecer", há quem diga

Ricardo Cabral Fernandes

Para os espanhóis confinados em casa há quase um mês, as conferências diárias das autoridades de Saúde são um ritual macabro. Ouvem-se os números de infectados, de mortos e de recuperados – mais 637 mortos, foi anunciado ontem, o número mais baixo em duas semanas; 13.055 mortos ao todo; 40.437 recuperados, mais de 135 mil infectados, quase 60 mil hospitalizados.

O pico está a passar? Não há, nem poderia haver, certezas, ou uma data para o regresso à normalidade. O cansaço do isolamento começa a instalar-se e aumenta a preocupação sobre o que vem a seguir: uma das piores crises económicas que economistas e Governos dão como certa.

"Os números são assustadores. A incerteza sobre o fim, ou sobre o início do fim, causa um desespero… No princípio, [o isolamento] era de uma semana ou 15 dias, e agora se calhar são dois meses", diz ao PÚBLICO Ana Rebelo, portuguesa especialista em comércio *online* residente em Madrid. "Já há cansaço por estarmos em casa e [nota-se] um decréscimo no ânimo geral. O que afecta o ânimo das pessoas é já não serem apenas casos desconhecidos que se vêem na televisão, já todos conhecem pessoas que foram infectadas e que morreram."

Espanha é o segundo país mais atingido (só fica atrás dos EUA) pela pandemia de coronavírus. Nenhum Governo europeu estava preparado para esta crise, apesar do exemplo da China desde Dezembro. Em Espanha, como noutros países, tem faltado material médico (luvas, máscaras, toucas, batas e ventiladores). "Espanha aproximou-se de Itália muito depressa e não estávamos preparados", diz Jose Angel, psicólogo clínico de 36 anos residente em Badajoz.

Os profissionais de saúde não estavam prontos para enfrentar um vírus sobre o qual sabiam muito pouco. Por isso, na primeira fase, muitos ficaram infectados e infectaram outras pessoas. "Médicos, enfermeiros e auxiliares agiram sem as precauções necessárias. Nos primeiros dias, infectámos muitas pessoas – eu inclusive – e, quando começámos a cair que nem moscas, começámos a tomar todas as precauções: a usar o equipamento adequado, a fazer o distanciamento, a desinfecção e o isolamento dos pacientes de covid-19. Agora já não contagiamos", diz Cony Gracia, médica de 61 anos que está em casa por ter sido infectada.

Erro caro

Durante semanas, os espanhóis foram sendo confrontados com números galopantes de mortos. Trancados em casa, sentiram-se impotentes, temendo pela vida dos mais próximos. "Não tenho ânimo para nada. Começo a ler um livro, mas não consigo ler por muito tempo, fico cansada", diz Rosa Teresa, cozinheira de 61 anos num hospital em Ávila, a noroeste de Madrid. "Leio é muita informação noticiosa, mas põe-me ainda mais nervosa", admite.

"Os *media* estão a bombardear a sociedade com o que se passou aqui e acolá e isso está a semear o medo. O medo faz-nos ficar mais alerta, mas não é bom, deixamos de pensar", comenta Raquel, de 21 anos, estudante de Política e Relações Públicas.

No início, o coronavírus não foi levado muito a sério em Valência, disse Álvaro Zarzuela, de 37 anos, proprietário de uma loja. Mas as constantes notícias e a declaração do estado de emergência pelo Governo (renovado até 26 de Abril) mostraram que a situação era grave, era para ser levada a sério, apesar de alguns continuarem a desrespeitar a quarentena.

A descontracção inicial foi um erro que muitos pagaram caro em Ávila, acrescenta Rosa Teresa. "Vivemos numa cidade pequena, mas temos muitos mortos [69 em 638 casos até sábado]. Nos primeiros dias, muitas pessoas desrespeitaram a quarentena", diz, contando que foi mandada para casa depois de uma colega ter ficado infectada. Sem poder trabalhar à distância, a vida de Rosa sofreu um abanão. Por estes dias pouco há que a distraia entre as paredes a que está confinada: dedica-se a cozinhar, a ver televisão e, de quando em quando, vai à farmácia e ao supermercado.

Situação bem diferente vive Joaquín Oliveira, psicólogo de 37 anos. Consegue acompanhar os pacientes a partir de casa, por videoconferência. "Ligo às famílias para saber como estão. Ajudo-as a lidar com a ansiedade por terem problemas económicos e estarem preocupadas com a situação", diz o psicólogo, sublinhando que a sua grande preocupação é se os seus pais ficarem doentes. "Se alguém for para o hospital, não pode ter visitas."

Vizinhos em Madrid: "Já se nota um certo cansaço nas pessoas", diz uma p

Abstrair-se desta realidade é a palavra de ordem. Aproveita-se o confinamento para usufruir da companhia daqueles com quem se partilha casa. "Tenho cozinhado e vivo com a minha namorada. Temos mais tempo para estar juntos", disse Joaquín Oliveira.

A polícia espanhola faz acções de controlo à circulação e quem sai de casa sem uma razão essencial, como ir à farmácia ou supermercado, é multado. "Vivo numa rua principal [em Madrid] e não vi nenhuma acção policial, mas sei que está a haver. Conheço uma pessoa que foi multada em mil euros por estar a visitar pessoas", disse Ana Rebelo, que está grávida de quatro meses.

Álvaro Zarzuela, Esther Martín e o filho, Aníbal, de sete anos, estão a cumprir estritamente o isolamento, tentando ignorar o que se passa para lá da porta da rua. "Não conseguimos pensar muito no futuro, pois iríamos enlouquecer. O exterior está superstressante, mas dentro de casa não. Continuamos a trabalhar *online* e o nosso filho teve aulas pela Internet", diz Esther Martín, sublinhando que "finalmente têm tempo para estar uns com os outros". "Se não fosse a incerteza do nosso negócio, seria maravilhoso."

Teme-se o futuro

O casal é proprietário de uma loja em Valência e a sua maior preocupação é o que vem aí, ultrapassada a crise de saúde. Têm poupanças para aguentar até Junho, mas esperam que o Governo avance com medidas para ajudar a suportar o embate económico. Álvaro salienta que "não estão a fazer nem a perder dinheiro", excepto com a renda da loja. O único trabalhador foi enviado para casa em *layoff* e regressará quando a loja reabrir.

As preocupações de Esther e Álvaro são as mesmas de milhões de espanhóis. Economistas e Governos já dão como certa uma crise económica duríssima, considerando que pode ser a pior desde 1929, por ser a primeira em que a procura e a oferta caem a pique simultaneamente. O desemprego pode bater recordes em todo o mundo. "Há muita preocupação

ortuguesa que mora em Espanha

pelos trabalhadores por conta própria”, comenta Joaquín. Esther tem esperança em que um “novo ambiente” político nasça por se ter “provado que a globalização falhou”.

De acordo com dados de 2019, citados pelo *El Diario*, Espanha tem pelo menos 2,9 milhões de trabalhadores em *part-time*. Muitos não têm direito a subsídio de desemprego.

“As pequenas empresas e os jovens que trabalhavam no turismo deixaram de ter trabalho. Não sei como vão sobreviver. Os meus dois filhos estão na expectativa, terei de ser eu a ajudá-los”, diz a médica Cony Gracia.

A realidade já está a ser dramática para mais de 300 mil espanhóis que ficaram sem trabalho antes de o Governo proibir os despedimentos, um aumento de 9,31% face a Fevereiro, com o *El País* a dizer que é o pior “mês da história”. “Quem perdeu o trabalho vai passar muito mal. Os pobres pagam sempre tudo”, desabafa Cony Gracia. “Espero que haja políticas sociais e que o Governo tenha isto em conta.”

ricardo.fernandes@publico.pt

3900

Com este número de casos, o Japão decidiu declarar o estado de emergência, a partir de hoje, e durante um mês

Moçambique aprova lei para libertar presos

O Parlamento moçambicano aprovou, por consenso, a Lei de Amnistia e Perdão de Penas para condenados a penas inferiores a um ano, para mitigar o risco de propagação da covid-19 nas cadeias sobrelotadas. Há 5302 reclusos que podem sair.

Parlamento polaco rejeita eleições com voto postal

O Parlamento polaco rejeitou a proposta do Partido Lei e Justiça (PiS), no poder, para realizar as eleições presidenciais a 10 de Maio por voto postal. A rejeição vem tornar ainda menos provável uma eleição, enquanto durar a pandemia do novo coronavírus.

Boris Johnson nos cuidados intensivos com covid-19

Maria João Guimarães

O coronavírus traz desafios a líderes infectados ou doentes. O Reino Unido é um dos países que têm plano de contigência

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, foi ontem transferido para os cuidados intensivos depois de os seus sintomas de covid-19 piorarem, anunciou Downing Street.

Horas antes, Johnson, 55 anos, tinha feito uma declaração no Twitter dizendo que estava “bem-disposto” e em contacto com a sua equipa para gerir a crise do novo coronavírus. O seu gabinete dizia que tinha sido admitido num hospital público de Londres a conselho do médico, para observação, devido a “sintomas persistentes” de covid-19.

O diário britânico *The Guardian* diz que Johnson está consciente e que a decisão de o mudar para os cuidados intensivos foi tomada por “precaução”, caso o primeiro-ministro precise de ser ligado ao ventilador.

Na reunião de ontem sobre o coronavírus, Johnson foi substituído pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Dominic Raab, que vai assumir as funções de Johnson a pedido do primeiro-ministro, especificou Downing Street. O Reino Unido não tem regras formais para uma substituição automática de um primeiro-ministro.

Johnson foi o primeiro chefe de Governo a entrar nos cuidados intensivos por covid-19. Mas houve já vários casos suspeitos de infecção.

A chanceler alemã, Angela Merkel, ficou em quarentena depois de um médico que lhe administrara uma vacina contra a pneumonia ter recebido o resultado positivo de um teste para o coronavírus. Merkel continuou a trabalhar, por telefone e videoconferência, chefiando também as reuniões do executivo.

Após três testes negativos e duas semanas em casa, a chanceler terminou a sua quarentena, e apesar de dizer que tinha sido possível fazer o seu trabalho, desabafou: “Fizeram-me falta os contactos pessoais.”

Estes são relevantes em tempo de crise e alguns planos de contingência têm isso em conta: o chanceler austríaco, Sebastian Kurz, tem uma ala na chancelaria pronta para o receber e ao seu círculo mais próximo, se algum tiver de ficar de quarentena.

Tal como Merkel, outros líderes estiveram em contacto com pessoas infectadas, mas não fizeram quarentena: o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o seu homólogo brasileiro, Jair Bolsonaro, que estiveram num jantar em que vários convidados ficaram doentes. Bolsonaro anunciou o resultado negativo de dois testes, mas nunca os mostrou, o que se tornou um foco de especulações.

Johnson foi substituído por Dominic Raab, o ministro dos Negócios Estrangeiros

Também tem provocado especulações a longa ausência de Daniel Ortega, da Nicarágua. Ortega foi visto pela última vez a 12 de Março, numa reunião *online* sobre a pandemia do coronavírus.

A voz sobre o coronavírus tem sido a vice-presidente, e mulher de Ortega, Rosario Murillo. Mas “a ausência de Ortega, combinada com uma política de secretismo, faz com que as pessoas não tenham certeza de nada”, disse Eduardo Enríquez, chefe de redacção do diário *La Prensa*, à BBC. “É em alturas como estas que é preciso uma liderança confiável e aqui esta liderança está ausente.”

mguimaraes@publico.pt

O estado de saúde do primeiro-ministro britânico deteriorou-se

Nova Iorque já pode ter atingido pico das mortes

Hélio Carvalho

O estado de Nova Iorque pode estar a atingir o “início do pico” da pandemia de covid-19, com o número de mortes a estabilizar e a entrar na curva descendente, afirmou ontem o governador, Andrew Cuomo. Morreram 599 pessoas ontem e 594 no domingo, após um pico de 630 no sábado.

Em Nova Iorque, há registo de 4758 óbitos e 130.689 infectados. Os EUA chegaram aos dez mil mortos de covid-19, segundo a Reuters, e são o terceiro país com mais mortes, depois de Itália e Espanha.

Se o número de óbitos não abrandar, há um plano de contingência que prevê enterrar, provisoriamente, as vítimas da covid-19 num parque de Nova Iorque, disse no Twitter o director-geral de Saúde da cidade, Mark Levine. “Em breve vamos começar a fazer enterros temporários. Isto será feito provavelmente usando um parque da cidade para os enterros (sim, leram bem). As valas serão escavadas para dez caixões”, escreveu Levine.

Mas isto não é certo, apesar de este *tweet* ter tido muita atenção, como o próprio Levine diz, num *post* feito mais tarde, sublinha que tal só acontecerá “se a diminuição na taxa de mortalidade não for suficiente”.

Nos EUA na sua totalidade esta será a “semana do pico da morte”. Um relatório de um organismo de supervisão mostra que os hospitais estão a lutar para manter e expandir a capacidade de cuidar de pacientes infectados. “Será o pico dos internamentos, dos cuidados intensivos e, infelizmente, das mortes”, disse ontem o almirante Brett Giroir, médico e membro da equipa da Casa Branca encarregado da questão coronavírus, ao programa da ABC Good Morning, America. Os estados de Nova Iorque, Nova Jérsia, Connecticut e a cidade de Detroit despertam as maiores preocupações.

ESPAÇO PÚBLICO

Marcelo Rebelo de Sousa

Após há dias ter dito que chegou a altura de a banca "retribuir aos portugueses aquilo que fizeram" pelos bancos nos anos da crise, o Presidente auscultou os banqueiros sobre os planos de cada um para ajudar a economia e a sociedade nestes tempos de pandemia e depois na recuperação. São importantes estas démarches de Marcelo junto de um sector determinante para esta fase e que nos últimos anos abusou das comissões para fazer crescer os lucros. (Págs. 4/5) **J.J.M.**

Donald Trump

Como diz João Miguel Tavares na sua crónica na última página desta edição: "Não espanta que os líderes dos países da pandemia estejam com a popularidade tão em alta — quem quereria estar na sua pele?" No caso português, uma sondagem do *Expresso* nos últimas dias de Março confirmava-o em relação a Costa. Nos EUA, apesar da sua gestão desastrosa da situação, Trump também está a capitalizar só porque mudou de atitude em relação à pandemia. (Págs. 28/29) **J.J.M.**

A "regionalização" da covid-19

David Pontes
Editorial

A norma já estava prevista no despacho de execução do segundo período do estado de emergência, onde se determinava que o primeiro-ministro procederia "à nomeação das autoridades que coordenam a execução do estado de emergência no território continental, a nível local". Mas só ontem soubemos de que forma se irá materializar esta intenção, com a nomeação de cinco secretários de Estado, que irão exercer essas tarefas de coordenação a partir da divisão geográfica por NUTS 2, ou seja, Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

Muitos poderão olhar para isto não como uma forma de articulação, sempre necessária, entre as realidades locais e o todo nacional, e vice-versa, mas como uma maneira de o Governo continuar a alimentar a agenda a favor de uma regionalização, cujo próximo momento, recorde-se, seria a eleição dos presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, que se repartem exactamente pelo mapa agora aplicado.

Mas a verdade é que, numa fase em que a união em torno de objectivos comuns é essencial, começavam-se a multiplicar os sinais de um mal-estar latente, por vezes ainda circunscrito a grupos no WhatsApp e às redes sociais, mas que a qualquer momento se pode tornar uma fonte de divisões dispensável. Já se tinha discutido a distribuição geográfica dos testes criados pelo Instituto de Medicina Molecular, os deputados do PS já tinham questionado a razão por que um organismo nacional, a RTP, tinha escolhido um hospital de Lisboa como receptor de uma campanha de angariação de fundos, já tínhamos vivido o episódio, totalmente dispensável, do cerco sanitário ao Porto, e agora, muito provavelmente, iremos começar a discutir a distribuição dos meios que chegam a Portugal, nomeadamente os ventiladores. Não é certo que este tipo de problemas – alguns com explicações bem naturais – não venha a repetir-se, apesar da nomeação destes responsáveis. Mas certamente o seu papel como moderador dos instintos de alguns autarcas ou como tradutores para o poder central das justas aspirações de outros pode servir de almofada para evitar exageros. O inverso também é verdade, na tradução para o terreno do que vem do centro, nomeadamente junto de uma administração pública muito habituada a operar verticalmente, mas pouco habituada a trabalhar com o departamento do lado.

E, mais uma vez, fica provado que a organização do Estado estará incompleta enquanto não for criada uma estrutura intermédia entre o poder local e o poder central. Uma discussão para continuar depois da pandemia.

david.pontes@publico.pt

Coronavírus trava Justiça a fundo e adia 50 mil diligências num mês

As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

Proposta

No cenário actual de pandemia, sou levado a crer que tão cedo não estará disponível uma vacina. Posto isto, e porque seria perigoso que numa data definida toda a população recebesse ordem de saída de suas casas, porque não adoptar um regime de saída faseada, em que seriam definidas áreas circunscritas mediante um número pré-estabelecido de habitantes, com liberdade de circulação dentro dessa área (excepto quem já hoje se desloque para trabalhar) por um período curto de tempo igualmente definido – alguns dias? Duas zonas geograficamente próximas não usufruiriam simultaneamente deste regime. Esse grupo de cidadãos voltaria, ao fim desse período, ao isolamento domiciliário, dando lugar à população de outra área, estendendo-se progressiva e rotativamente este regime a todo o país. Deste modo, e monitorizando estes grupos de população, poder-se-ia conseguir, com redução substancial dos riscos de um contágio alargado, uma aproximação progressiva à tão propalada imunidade de grupo, que poderá ser uma via para um regresso à muito desejada "normalidade".

Luís Nascimento Silva, Lisboa

Agradecimento a Ramalho Eanes

Há muito pelo que devia agradecer a Ramalho Eanes. Muitas das garantias que sempre conheci, o ambiente em que cresci ou a liberdade com que vivo. Naturalmente há muita gente merecedora de elogios e agradecimentos nesta fase, muitos voluntários e trabalhadores, dinamizadores sociais, cuidadores e, especialmente, os profissionais de saúde, mas, se não se importarem, uso este curto espaço para o fazer a Ramalho Eanes. Depois de escutar as palavras com que o general nos falou na quinta-feira, foi impossível não ver o Homem atrás da História. Alma hirta, plenamente humana, serena e pronta. Foi impossível não ver o homem ao serviço do Homem. Pelo exemplo contínuo numa altura em que os exemplos de espírito escasseiam, deixo-lhe o meu muito obrigado.

Pedro Lencastre Monteiro, Porto

Máscara

Em 2004 estive em Tóquio e uma das coisas em que reparei foi que de vez em quando cruzava-me com pessoas a usar máscara na face e luvas. No Japão e noutros países do Oriente, as pessoas doentes, com uma simples gripe ou outro tipo de doença, usam máscara para evitar contaminar os outros. Na Europa não há a "cultura da máscara", a maioria de nós quando tem gripe apenas evita beijinhos e abraços, e acha suficiente. É por não termos o hábito de usar máscara que este novo vírus está a fazer um número enorme de contaminações: basta dizer, por exemplo, que o Japão com 125 milhões de habitantes tem aproximadamente um quinto das mortes de Portugal, que tem apenas dez milhões. As recomendações da DGS, de confinamento, afastamento social e lavagem frequente das mãos são muito importantes, mas podem não ser suficientes, conforme os orientais provam. Sempre que possível e tenham de interagir com público, usem máscara e luvas ou pelo menos um lenço a tapar boca e nariz. Fiquem bem.

Agostinho Vaz, Almada

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores

Tony Evers

Nos EUA, a falta de bom senso na gestão da pandemia não é exclusiva de Trump. No Wisconsin, o governador do estado fez uma tentativa para adiar as primárias do Partido Republicano e do Partido Democrata no Senado estadual, mas os republicanos não deixaram e estava previsto que o voto presencial decorresse hoje. O governador não queria usar os seus poderes de emergência, mas ontem decidiu-se pelo adiamento. Os riscos eram imensos. (Págs. 28/29) **J.J.M.**

Wei Zhao

A realidade diária no Desportivo das Aves agravou-se devido à situação financeira, que se junta ao mau desempenho desportivo na I Liga de Futebol. Há jogadores com vários meses de salários em atraso e um jogador pelo menos, o guarda-redes titular Beunardeau, avança hoje para a rescisão de contrato com a SAD liderada pelo empresário chinês Wei Zhao. O jogador reclama quase 220 mil euros e acusa a SAD de pagar salário a uns por inteiro e a outros não. (Pág. 39) **J.J.M.**

ESCRITO NA PEDRA

Eu posso fazer coisas que tu não podes, tu podes fazer coisas que eu não posso; juntos podemos fazer grandes coisas

Madre Teresa de Calcutá (1910-1997), religiosa

SEM COMENTÁRIOS FESTA DE ANIVERSÁRIO EM TEMPO DE CORONAVÍRUS

ADRIANO MIRANDA

EM PUBLICO.PT

Exercícios de mobilidade para todos

No âmbito do Dia Mundial da Actividade Física, que se celebrou ontem, queremos pôr toda a gente a mexer publico.pt/impar

O novo isolamento: viver sozinho é diferente durante uma pandemia?

Por opção ou para "proteger a família", eles estão sozinhos em casa há semanas publico.pt/p3

Testar conhecimentos de geografia, gastronomia e artes

Saltamos entre continentes, seguimos museus e obras de arte, lembramos gastronomias, ficamos com saudades de muitos destinos. Boa sorte publico.pt/fugas

Os desaparecidos

Miguel Esteves Cardoso
Ainda ontem

Esta história costuma começar assim: de um dia para o outro, reparei que tinham começado a desaparecer certas coisas: nunca muitas de uma vez nem de certeza absoluta. Não, era mais uma desconfiança, uma inquietação: será que falta um pacote de bolachas? Não havia aqui uma garrafa de *gin*? O que é feito do doce de anona que me deu o Zulmir?

Mas no meu caso não foi assim. A reclusão cria uma consciência paranóica dos mantimentos que se tem em casa. Aquela auto-suficiência em palitos La Reine que nos tinha consolado durante o Inverno? Já não existe. O *stock* quase ilimitado de pimentos de Lodosa com que se contava dar um toque de exotismo às latas de grão? Sobra só uma embalagem, caducada e sem D.O.

Surgiu numa confidência, a altas horas da noite. A Maria João chegou-se a mim e disse: "Guardei uma *tablette* Lindt." Não pensei mais no assunto. Até que um dia, indo eu ao armário das iguarias buscar uma dessas *tablettes* para que os nossos cafés não morressem sozinhos, dei com ele esvaziado de chocolate.

"Ah", disse a Maria João, "fui eu que escondi as duas *tablettes* que estavam aí." Repare-se que o verbo já não era "guardar" – era "esconder". E já não era uma só peça – eram duas. Três *in toto*, aliás.

Descobri nos dias seguintes que ela estava a esquilar os víveres de maior interesse. Reconhecia os furtos, mas não divulgava os esconderijos. Nem tão-pouco dava uma ideia da data em que contava devolver as guloseimas ao nosso convívio.

É um esquilar provocado pela simultaneidade de isolação, escassez e bom planeamento.

ESPAÇO PÚBLICO

Hungria: porque não se fala (também) do Conselho?

Paulo Rangel
Palavra e Poder

1. Falamos da gravíssima decisão do Governo húngaro de avançar para um estado de excepção de duração indefinida, restritivo da liberdade de imprensa, quase sem controlo parlamentar. Comecemos pelo princípio e pelo principal. Abaixo, irei, pela enésima vez, à questão do PPE e do PSD. Comecemos, então, por onde se deve começar.

Será que jornalistas, comentadores e utilizadores das redes sociais em geral sabem que, desde Setembro de 2018, foi activado um processo contra a Hungria por violação dos valores fundamentais da União Europeia (Estado de direito e democracia)? E que foi a primeira vez que o célebre processo do art. 7.º do tratado foi aberto? E que foi iniciado por uma expressiva maioria do Parlamento Europeu (com os votos do PSD)?

Uma vez aberto o procedimento de censura, cabe ao Conselho declarar que há um manifesto risco de violação daqueles valores. Para este efeito, não é preciso unanimidade, mas bastam 4/5 dos Estados. E, a partir daí, o Conselho Europeu pode avançar para uma decisão que atesta a violação persistente e grave daqueles valores. Essa, sim, já uma decisão que requer unanimidade (com exclusão do Estado visado). Saberão ainda que, em cima desta decisão, mas já só por maioria de 4/5, podem ser decretadas sanções ao Estado violador (privando-o até do voto)?

2. Estes instrumentos estão nas mãos do Conselho há mais de um ano e meio. Durante todo este tempo, o que fez o Conselho? Que reuniões promoveu, que decisões tomou, que sanções tentou aplicar? Porque esteve literalmente inerte e silente? Alguém ouviu um chefe de governo de esquerda, de centro ou de direita dizer, insinuar ou sugerir algo? E, já que somos portugueses, o que disse até à semana passada António Costa? A passividade e tolerância do Conselho, como dos seus membros a título individual, não merece censura e crítica por parte de quem tão legitimamente se preocupa com a democracia húngara?

Alguns dirão, nada foi feito e nada foi dito porque seria exigida unanimidade, e como a Polónia está a braços com um processo idêntico (movido pela Comissão), a unanimidade nunca poderia ser atingida. Eis um erro, pois para activar o primeiro patamar (risco manifesto de violação) bastam 4/5 dos Estados-membros. Só isso seria um aviso sério e um factor de pressão eficaz. Concentremo-nos no argumento da unanimidade, que é válido para o patamar seguinte. Se 25 ou 26 Estados tivessem votado pela existência de violação grave e persistente, mesmo sem ter a unanimidade exigida, isso não seria uma pressão poderosa – poderosíssima! – sobre o Governo húngaro? Com uma situação dessas, não terminaríamos num impasse! Nenhum governo suportaria a censura assumida por quase todos os seus parceiros...

3. É incompreensível que, com o processo do art. 7.º aberto, não haja uma crítica ao Conselho e aos chefes de executivo por nada terem feito. Eles têm uma capacidade de influência e de pressão incomparável. Basta pensar na censura que, em 2000, foi feita à Áustria quando o chanceler Schüssel fez a coligação com o partido de direita radical de Jörg Haider. À época, não foi preciso nenhum instrumento jurídico formal: bastou a vontade política dos principais líderes europeus. A situação húngara deteriorou-se muito ao longo destes anos, mas nos últimos três é cada vez mais séria. Os Estados-membros têm desde 2018 uma via jurídica nas suas mãos, que recusaram usar. Se não a queriam usar, podiam ao menos actuar politicamente (copiando esse precedente). Fizeram-no? Não. Alguém fala disso? Também não.

> **É incompreensível que, com o art. 7.º aberto, não haja uma crítica ao Conselho Europeu e aos chefes dos executivos por nada terem feito**

4. A par disso, seria bom que o PPE, família política em que, embora suspenso, se integra o Fidezs, tivesse já actuado mais fortemente do que tem feito. Estou à vontade, porque, como aqui expliquei em dezenas de ocasiões, desde 2012, tenho sido altamente crítico e, desde 2016, tenho sustentado a sanção de expulsão. Os votos no Parlamento, de resto, corroboram esta posição constante, tendo o seu cume no já citado voto da activação do art. 7.º.

Na discussão gerada, o ponto mais relevante, e que ninguém refere, é o que se segue: a 4 de Março de 2019, o PSD, pelo punho do seu actual presidente e em carta individual, requereu a abertura do processo tendente à expulsão do Fidezs, activando o art. 9.º dos Estatutos. Embora os representantes do PSD se tenham pronunciado e votado pela expulsão, esse processo levou apenas à suspensão *sine die* do Fidezs, até que houvesse motivos de revisão da mesma. Na passada quarta-feira, o presidente do PPE, Donald Tusk, escreveu *motu proprio* a todos os líderes nacionais, dando conta de que, em face desta anómala declaração de estado de excepção, convocará uma assembleia política para rever a decisão de suspensão, sugerindo que já haverá uma maioria no sentido da expulsão. A "carta dos treze", como é conhecida, visava isto mesmo, mas foi escrita um dia depois. Eis a razão pela qual os líderes dos partidos polaco, irlandês e português, que, em 2019, activaram o dito art. 9.º, entenderam que não faria sentido "tirar o tapete" ao presidente Tusk (que, de resto, é um conhecido antagonista de Viktor Orbán).

5. Convém ademais esconjurar as observações demagógicas e infantis, que fazem de conta que não estamos vinculados a representar o interesse nacional. Do género, "se são críticos, porque não saem do grupo ou dos cargos?". Mal comparado, tinha de se exigir a Costa e a Sánchez que boicotassem as reuniões do Conselho até que Orbán saísse... Ou do tipo, porque falam de outros países, sempre que se fala da Hungria? Porque, por exemplo, não se pode esquecer os assassinatos de jornalistas ligados aos governos da Eslováquia e de Malta!

6. Há um ponto em que sou bastante crítico do Grupo PPE, embora não o tenha visto levantado. Apesar da suspensão no partido, os deputados do Fidezs não estão suspensos no grupo parlamentar. Tenho-me batido por esse imperativo de coerência. E por isso, neste contexto de agravamento, acabo de assinar uma carta, com mais 12 chefes de delegação nacional, a exigir, pelo menos, esse passo.

Eurodeputado (PSD). Escreve à terça-feira
paulo.rangel@europarl.europa.eu

ZOLTAN MATHE/EPA

SIM

PSD e Rui Rio O PSD propôs um pacote de medidas de apoio à economia. Como, aliás, os eurodeputados na esfera europeia. Uma atitude construtiva, que corrige insuficiências óbvias do Governo.

NÃO

Mário Centeno Ao atirar os "*coronabonds*" para as calendas gregas, o presidente do Eurogrupo desiste antes do tempo e faz o jogo daqueles que a Costa repugnam. Governo luso, em que ficamos afinal?

O regresso da macroeconomia. Por um “Plano Draghi” europeu

António Mendonça

A dimensão do financiamento necessário para fazer face à pandemia e à quebra da atividade económica não se compadece com mecanismos tradicionais e limitados

A microeconomia e a “má economia”
Recordo-me, ao longo da década de 90 e antes da crise de 2008-2009, nos debates sobre economia que então se travavam, alguns colegas economistas dizerem que só conheciam duas economias: a microeconomia e a má economia.

Era uma época em que a macroeconomia de inspiração keynesiana tinha caído em desgraça, muito em resultado das crises dos anos 70 e dos anos 80, em que o intervencionismo económico do Estado cedeu o lugar ao liberalismo económico, enquanto referência dominante da teoria económica, na sequência da sua incapacidade de fornecer à política económica instrumentos adequados para combater o fenómeno inflacionário e sobretudo para explicar a coincidência que então se verificou entre recessão e inflação.

A macroeconomia de referência keynesiana viu o seu espaço de influência reduzido, resistindo como pôde nas academias e nalguns espaços da intervenção governamental, mas tornando-se incapaz de se opor, no plano das políticas, à restrição do papel económico do Estado, à liberalização acelerada do comércio internacional e dos movimentos de capitais, à concentração do setor financeiro a nível global, à retração dos direitos sociais, etc., que, entretanto, se afirmou.

A “boa economia” transformou-se em “má economia” e a microeconomia tornou-se a única referência respeitável.

A crise de 2008-2009
A eclosão de uma nova crise de proporções inéditas em 2008-2009 veio, de novo, baralhar tudo.

Os receios de se estar em presença de uma nova crise de proporções e efeitos semelhantes aos da crise de 1929 rapidamente se apossaram dos responsáveis económicos e políticos da altura e as primeiras medidas adotadas foram, claramente, de tipo keynesiano.

OCTAV GANEA/REUTERS

Pensou-se que Keynes estava de volta, dando sentido a um movimento pendular de substituição da referência neoclássica, à semelhança do que tinha acontecido com a teoria keynesiana, na sequência da crise de 1973-1975, mas isso não passou de uma ilusão. Após uma curta recuperação das economias em 2010, rapidamente se regressou à ortodoxia dominante. Sobretudo no espaço da zona euro, com a transformação da crise económica e financeira numa crise de dívidas soberanas que em grande parte tinham sido geradas, precisamente, pelas medidas de resposta à crise que evitaram que ela se tornasse rapidamente numa catástrofe global.

> A inflação é o melhor que poderá acontecer à economia, ante a perspectiva de destruições ‘bíblicas’, ou de uma derrocada total do projeto europeu

A história que se seguiu é do conhecimento geral: políticas pró-cíclicas, tentativa de relançamento através da oferta, com prioridade ao aumento da competitividade, redução de custos, aumento do desemprego, etc., mergulhando a economia numa recessão prolongada de que, verdadeiramente, nunca chegou a sair até aos nossos dias.

No caso da zona euro, não se pode deixar de destacar o papel de Mario Draghi. É inquestionável que se deve à sua ação decidida e despida de preconceitos teóricos a contenção da derrocada da zona euro e da economia europeia, permitindo a frágil recuperação económica que se seguiu à recaída de 2011-2012.

É reconhecida a importância da sua afirmação de 2012 de que tudo seria feito para salvar o euro e como isso serviu de mote para o reforço da chamada política monetária não convencional, que acabou por se transformar numa forma criativa de política económica keynesiana. Não apenas ao exercer bem o seu papel enquanto política monetária, mas ao substituir o papel da própria política orçamental, autocoartada na sua capacidade e eficiência pela aplicação generalizada de medidas restritivas que contribuíram para o prolongamento da recessão.

A macroeconomia estava de volta, ainda que disfarçada de política monetária não convencional e limitada na sua efetividade pela contínua oposição das posições mais ortodoxas, com a Alemanha à cabeça.

Um “Plano Draghi” à escala europeia
E chegamos a 2020 e à ameaça de uma nova crise económica de “proporções bíblicas”, para utilizar a expressão do próprio Draghi no artigo publicado no *Financial Times* de 25 de março.

Está lá tudo o que deve ser feito na situação atual e escrito com a autoridade de alguém a quem se deve o resgate da economia europeia num mar económico encarapelado pelas contínuas posições “repugnantes” de que falava há poucos dias o nosso primeiro-ministro.

A primeira ideia avançada é simples e consiste em assegurar os fluxos de rendimento e o emprego, garantindo a injeção da liquidez necessária na economia e o financiamento de rendimentos à população afetada pela paragem em vários segmentos da atividade económica. Será este fluxo de rendimentos que assegurará o circuito económico e a continuação do funcionamento das empresas e das relações económicas fundamentais que alimentarão a continuação da necessidade de compras e vendas mútuas, do investimento, etc..

Mas há uma segunda ideia que deve ser retida, a de que as economias e as instituições europeias se debatem com a necessidade de repensar o seu papel. Não é possível dar resposta aos problemas e aos desafios que se colocam no presente com as regras e os princípios que se utilizaram até aqui e que demonstraram estar errados.

O que se passou com a última reunião do Conselho Europeu é dramático. O que a Europa menos precisa é que, por causa da insanidade e incompetência dos atuais líderes, se destrua um projeto que demorou décadas a construir e que mais do que nunca se torna necessário para fazer face a um problema que é comum, que afeta todos por igual e que só com o contributo de todos poderá ser invertido.

E não há como fugir à realidade. A dimensão do financiamento necessário para fazer face às necessidades de combate à pandemia e de resposta à quebra da atividade económica não se compadece com mecanismos tradicionais e limitados, como os atualmente existentes, ou com a simples flexibilização das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Os défices e as dívidas irão disparar e o seu financiamento terá de ser a muito longo prazo e coberto pela emissão monetária do BCE, o que, aliás, já está a ser feito há muito tempo, embora por portas e travessas várias. E a inflação é o melhor que poderá acontecer à economia, ante a perspetiva de destruições “bíblicas”, ou de uma derrocada total do projeto europeu.

E, com a consciência de que os contextos são diferentes e, sobretudo, de que não existe atualmente uma liderança internacional à altura do desafio, faz sentido invocar o Plano Marshall. O seu sucesso efetivo deve constituir uma referência para o lançamento de um Plano Europeu de Recuperação Económica que, para incorporar a especificidade da situação atual e a experiência de referência conduzida pelo anterior presidente do BCE, se deveria designar “Plano Draghi”.

O artigo do *Financial Times* é uma lição de macroeconomia aplicada às exigências da situação atual.

Professor catedrático do ISEG – Universidade de Lisboa; presidente do CEsA – Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento; presidente da DRCA da Ordem dos Economistas

POLÍTICA

UE permite reafectar a verba da linha circular do metro de Lisboa

Comissária Elisa Ferreira respondeu a pergunta escrita dos eurodeputados do PCP sobre os 83 milhões de euros de co-financiamento do projecto. Governo tem dito que reafectação é impossível, mas pelos prazos

Comissão Europeia
Sofia Rodrigues

A Comissão Europeia reconhece que "os 83 milhões de euros alocados ao co-financiamento do projecto da linha circular do metropolitano de Lisboa podem, por decisão das autoridades portuguesas, ser reafectados a outros projectos, designadamente de expansão da rede". A posição foi assumida por Elisa Ferreira, a comissária responsável pela Coesão e Reformas, em resposta a uma pergunta escrita enviada pelos eurodeputados do PCP.

Essa realocação de fundos não implicaria "perda de verbas" em projectos "com execução até ao final de 2023", de acordo com um comunicado emitido ontem pelo PCP. Os deputados comunistas no Parlamento Europeu, liderados por João Ferreira, consideram que a resposta da Comissão Europeia "deita por terra as afirmações, falsas, de que o país perderia financiamentos da UE se suspendesse o projecto da linha circular".

O risco da perda de fundos foi referido pelo ministro do Ambiente e Acção Climática, João Pedro Matos Fernandes, quando uma coligação negativa no Parlamento – que envolveu PSD, BE, PCP, PAN e Chega – aprovou uma proposta, no âmbito do Orçamento do Estado (OE) para 2020, para que o Governo procedesse à "suspensão" da Linha Circular do Metropolitano de Lisboa. O ministro afirmou, de facto, que a reafectação não seria possível, mas por uma questão prática: os prazos apertados para a execução da verba.

Em Fevereiro, Matos Fernandes considerou que o adiamento do projecto significaria um "adiamento de três anos" e frisou que "os 83 milhões de euros de fundos comunitários que estavam previstos para a linha circular serão impossíveis de utilizar na expansão do metro, tendo em conta os prazos necessários para um novo projecto e a necessidade de utilizar os fundos até 2023".

Só que o Presidente da República tentou retirar força à norma aprovada. Na promulgação do Orçamento do Estado para 2020, Marcelo Rebelo de Sousa considerou que "a Assembleia da República não suspendeu qualquer decisão administrativa, limitando-se a formular recomendação política".

O Presidente avançou com essa interpretação depois de explicar que, apesar de terem sido levantadas algumas dúvidas em termos de constitucionalidade, nenhuma delas justificou o pedido de fiscalização preventiva ao Tribunal Constitucional. "Nem mesmo aquela que maior debate motivou, a saber, a da eventual violação do princípio da separação e interdependência dos poderes do Estado, na sua dimensão de respeito da reserva de Administração, no caso de alegada deliberação parlamentar suspendendo decisão administrativa sobre a concretização de linha circular do metro de Lisboa".

Baseado neste argumento, o ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, assinou um despacho, publicado na passada sexta-feira, que determina que o "Governo mantém o projecto da Linha Circular do Metropolitano de Lisboa, que o Parlamento suspendeu em Fevereiro".

Segundo o documento, a "concretização do Plano de Expansão da rede do Metropolitano de Lisboa – Prolongamento das Linhas Amarela e Verde Rato-Cais do Sodré é para continuar".

Mas o PCP considera que é "agora ainda mais injustificável que o Governo, afrontando uma decisão da Assembleia da República, adoptada por larguíssima maioria, e o disposto na Lei do Orçamento do Estado, persista na concretização de uma opção errada do ponto de vista da mobilidade e das necessidades das populações".

srodrigues@publico.pt

MIGUEL MANSO

Foi publicado na sexta-feira o despacho do ministro do Ambiente a afirmar que se mantém o projecto da linha circular do metro de Lisboa

Uma ideia com décadas

Setembro de 2009
A então secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, revela que o plano de expansão do metro de Lisboa prevê 30 novas estações e uma linha circular, até 2020, com um custo total de 2,5 mil milhões de euros.

Maio de 2017
Matos Fernandes, ministro do Ambiente, anuncia um investimento de 484,5 milhões de euros para construção e remodelação de estações e aquisição de novas carruagens. Neste plano, a Linha Verde torna-se circular e engloba grande parte da Linha Amarela.

Fevereiro de 2020
Em sede de Orçamento do Estado (OE) para 2020, PSD, Bloco, PCP, PAN e Chega votam a favor da proposta do PAN para suspender o projecto da linha circular, enquanto o CDS e a Iniciativa Liberal se abstêm e o PS vota contra .

Março de 2020
O Presidente da República promulga o OE 2020 e conclui que "a Assembleia da República não suspendeu qualquer decisão administrativa, limitando-se a formular recomendação política dirigida ao Governo".

SOCIEDADE

Alunos do profissional vão mesmo ter acesso especial ao superior este ano

Ensino superior
Samuel Silva

Governo não quer adiar criação da nova modalidade, ainda que a pandemia possa levar a mexidas nos ingressos

NELSON GARRIDO

O regime aprovado pelo Governo prevê que os alunos não tenham que fazer exames nacionais

O calendário de acesso ao ensino superior ainda não é claro, tendo em conta os impactos que as medidas da contenção da covid-19 têm tido sobre todo o sistema educativo, mas o Governo não quer adiar mais a entrada em vigor de um novo regime destinado a alunos que terminam cursos profissionais. A criação de um concurso especial, que tem em conta as especificidades destas formações, vai mesmo avançar no próximo ano lectivo.

O decreto-lei que cria os concursos especiais de ingresso no ensino superior para quem fez um curso profissional – e que se aplica também aos diplomados dos cursos artísticos ou de aprendizagem (ministrados nas escolas profissionais e centros de emprego) – foi publicado em *Diário da República* na quinta-feira. O diploma prevê a entrada em vigor deste novo regime no período de acesso às universidades e politécnicos para o ano lectivo 2020/21. Ou seja, já em Julho, se o calendário estabelecido não vier a sofrer alterações.

Ao PÚBLICO, o gabinete do ministro Manuel Heitor sublinha esta intenção e avança que "a Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES) e a Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES) estão já a desenvolver os mecanismos para esse efeito". As duas entidades têm estado a trabalhar nos regulamentos que vão permitir a implementação dos novos concursos especiais e a pedir às universidades e politécnicos que avancem com a definição dos respectivos regulamentos internos.

O regime agora aprovado pelo Governo prevê que os alunos não tenham que fazer exames nacionais, se optarem por esta via alternativa, respondendo, em seu lugar a provas específicas, que podem ser teóricas ou práticas e têm um peso máximo de 30% na classificação final do aluno. Estas provas são feitas pelas instituições a que se candidatam e a forma como serão realizadas está ainda em discussão.

> **A Comissão Nacional de Acesso e a Direcção-Geral do Ensino Superior estão já a desenvolver os mecanismos**
>
> Gabinete do ministro Manuel Heitor

A CNAES reúne-se hoje e o concurso especial para os alunos do ensino profissional é um dos assuntos em cima da mesa. Aquele organismo vai também debater o impacto que o novo coronavírus pode ter no acesso ao ensino superior no próximo ano lectivo, incluindo no concurso nacional, ao qual concorrem os estudantes do ensino secundário que realizam exames nacionais.

O presidente da CNAES, João Guerreiro, reconhece que o concurso especial para os alunos de cursos profissionais não será implementado "nas melhores condições", tendo em conta a indefinição sobre a forma como será concluído este ano lectivo, mas acredita que existem condições para que avance este ano, tal como defende o Governo.

Para o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, a exequibilidade desta solução vai depender das decisões que venham a ser anunciadas pelo primeiro-ministro no final desta semana sobre a forma como será concluído este ano lectivo, incluindo a realização de exames nacionais e, consequentemente, o acesso ao ensino superior.

Via alternativa

As candidaturas ao novo concurso especial agora criado serão feitas a nível nacional, através do *site* da Direcção-Geral do Ensino Superior. Os estudantes do ensino profissional podem continuar a concorrer ao concurso nacional de acesso, se assim quiserem – tendo, para isso, que fazer os exames nacionais, tal como os estudantes dos cursos gerais. Mas passam também a ter uma via alternativa que não prevê exames nacionais.

Este concurso especial é voluntário. Ou seja, as universidades e politécnicos podem escolher se querem ou não abrir esta via de acesso. Podem concorrer, além dos titulares de um curso profissional, os estudantes de cursos artísticos especializados, de aprendizagem, de educação e formação para jovens e da rede de escolas do Turismo de Portugal.

Nos últimos anos, várias vozes defenderam que as regras especiais para os alunos dos cursos profissionais podem facilitar excessivamente o seu percurso, criando injustiças em relação aos estudantes dos cursos científico-humanísticos, o que tem atrasado a implementação de uma medida que o Governo vinha anunciando desde o início da anterior legislatura.

No final do ano passado, a tutela já tinha antecipado que iria voltar a propor regras de acesso especiais para os alunos do profissional, depois de um relatório da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência ter mostrado que a percentagem destes estudantes que prossegue estudos é ainda minoritária: 82% dos alunos que concluem um curso profissional não seguem para o ensino superior.

samuel.silva@publico.pt

Centro onde foi morto ucraniano será alterado

SEF
Joana Gorjão Henriques

Eduardo Cabrita adiantou que irá haver mudança estrutural no modelo. Três agentes do SEF estão em prisão domiciliária

O ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, disse à TSF que o modelo de funcionamento do Centro de Instalação Temporária do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) no aeroporto de Lisboa terá "mudanças profundas". O ministro não especificou quais, mas as mudanças são motivadas pela morte do ucraniano Ihor Homenyuk naquele local, alegadamente por três inspectores que o agrediram até à morte, segundo o mandado de busca que os constituiu arguidos na semana passada. Os três homens de 42, 43 e 47 anos estão em prisão domiciliária com pulseira electrónica.

Eduardo Cabrita confessou mesmo que este homicídio foi um "murro no estômago": disse que o mais difícil dos últimos dias "foi saber, no meio disto, daquele caso horrível no aeroporto de Lisboa, sobre a morte de um migrante". E garantiu: "As decisões administrativas foram tomadas de imediato e haverá mudanças profundas daquilo que é o funcionamento dessa estrutura para pessoas que são impedidas de entrar no país", disse.

Também na semana passada o primeiro-ministro, António Costa, disse à Rádio Renascença estar "chocado". "Claro que fiquei chocado só com a existência da acusação, mas todos gozam da presunção da inocência", afirmou. "Se foi verdade, é algo de imperdoável e chocante, porque quem exerce poderes de autoridade tem um especial dever de cuidado no exercício desses poderes".

Na sequência deste caso, e depois da detenção dos três inspectores pela PJ, foi demitida a direcção de fronteira de Lisboa do SEF (António Sérgio Henriques era director de fronteiras e Amílcar Vicente subdirector). O MAI anunciou que pediu à Inspecção-Geral da Administração Interna (IGAI) a abertura de um inquérito à direcção e ao funcionamento do CIT e a abertura de processos disciplinares.

jgh@publico.pt

Porto avança com apoio a inquilinos, associações e artistas

Município aprovou um primeiro pacote de medidas que aliviam a pressão sobre parte da população. Artistas vão receber adiantamentos por espectáculos cancelados, que serão reagendados

Pandemia
Abel Coentrão

A Câmara do Porto aprovou ontem um primeiro pacote de apoios municipais, visando, de diversas formas, alguns sectores da população da cidade nesta fase em que o combate ao novo coronavírus está a travar a economia do país. Desde flexibilização e diminuição do pagamento de rendas para quem esteja em *layoff* ou no desemprego ao adiantamento do pagamento a artistas, foram várias as formas encontradas para aliviar a pressão neste momento que, para muitos, é já de crise económica.

A agenda destas reuniões continua a ser dominada pelo tema do momento. E mesmo outros assuntos, como aconteceu com o adiamento de prazos para entrega de propostas num concurso público e com a decisão de não adjudicar a concessão da publicidade nas paragens de autocarro (por quebra no mercado publicitário), acabam por ser “contaminados” pela pandemia de covid-19.

Segundo o comunicado emitido após a reunião, no caso da habitação social foram três as medidas aprovadas para quem esteja a ser afectado por uma quebra de rendimentos “relevante”, com efeitos imediatos, e até 30 de Junho de 2020: a possibilidade de reavaliação do valor das rendas apoiadas, a opção de as pagar até 31 de Julho ou de fazer pagamento faseado, até ao final do ano, das rendas devidas entretanto, e a suspensão de execução fiscal de dívidas. Os inquilinos municipais terão uma linha telefónica directa através da qual poderão pedir um novo cálculo da renda em função das suas condições.

Também os comerciantes que sejam inquilinos municipais e tenham sido afectados por ordens de encerramento ou pelo decréscimo da sua actividade devido à restrição de circulação de pessoas vão ser ajudados. Nesta fase estarão isentos de pagamento das rendas e de outras prestações contratuais devidas pelo uso dos espaços.

Estes comerciantes estão abrangidos ainda por uma outra medida de espectro mais largo: a “isenção das tarifas dos serviços de gestão de resíduos urbanos, abastecimento de água e saneamento de águas residuais para clientes não domésticos, bem como a disponibilização de condições excepcionais de regularização de dívidas aos clientes domésticos e não domésticos”.

No que toca às actividades culturais, para além de garantir que os espectáculos que foram cancelados por causa da pandemia serão, sempre que possível, reagendados, a autarquia aprovou um adiantamento aos artistas na ordem dos 75% do valor contratado. Garante, desta forma, alguma liquidez a pessoas que trabalham, em boa parte dos casos, a recibos verdes, e que nesta fase deixaram de o poder fazer.

Medidas para as associações

Por recomendação da CDU, também as associação vão ser abrangidas num novo pacote de medidas de apoio a debater noutra reunião. Ontem, após alguma discussão, chegou-se a um consenso de que os prazos para execução das actividades previstas para este ano que mereceram contrapartida financeira da Câmara do Porto devem ser alargados, para evitar incumprimentos e a devolução do dinheiro por parte de entidades que perderam, em muitos casos, as suas fontes de financiamento próprio.

O município admite ainda tentar “encontrar um critério para atribuir às associações um subsídio a fundo perdido, a título extraordinário, de forma a ultrapassar as dificuldades de tesouraria, indo assim ao encontro das questões levantadas pelos vereadores Manuel Pizarro, do PS, e Álvaro Almeida, do PSD”, explica o gabinete de imprensa do município. Acrescenta-se que o regulamento do fundo de apoio ao associativismo que será aprovado este ano (para 2021) poderá ser ajustado às necessidades das associações para retoma da sua actividade.

Tentando complementar as iniciativas que vêm sendo aprovadas pelo Governo, e acomodar algumas sugestões da oposição no município, a maioria liderada por Rui Moreira conseguiu o apoio unânime às medidas.

acoentrao@publico.pt

NELSON GARRIDO

Com a cidade vazia, muita gente perdeu trabalho e rendimentos no Porto

Câmara vai fazer testes a sem-abrigo e pessoas com deficiência

Todos os albergues, centros de acolhimento de pessoas em situação de sem abrigo e também os lares residenciais que acolham cidadãos com deficiência vão ter acesso a testes de despiste do novo coronavírus. A iniciativa é da Câmara do Porto, desenvolvida em parceria com os hospitais e centros de saúde da cidade, e abrange também os profissionais destas unidades.

O anúncio foi feito ontem, numa reunião de câmara privada, pelo vereador com a pasta da Habitação e Coesão Social, Fernando Paulo. É um alargamento do projecto já realizado em lares da cidade e que, até domingo, tinha testado 1400 pessoas, entre residentes de 21 lares e funcionários destes espaços. Nos primeiros dois dias de testes, a 29 e 30 de Março, a autarquia congratulava-se por não haver nenhum caso positivo. Na informação agora divulgada não revela se há utentes com o vírus SAR-Cov2.

As pessoas em situação de sem abrigo e cidadãos com deficiência residentes em instituições que tenham um resultado positivo poderão ser transferidos para a Pousada da Juventude ou para o Seminário de Vilar, preparados nos últimos dias para esse efeito com a instalação de 200 camas. A lógica é a mesma seguida nos lares de idosos: as pessoas mudam de espaço, se no local onde moram houver casos positivos e não estiver assegurada a sua segurança.

Este programa de rastreio é feito graças aos cinco mil testes, e também 200 óculos e fatos de protecção doados ao executivo de Rui Moreira pela Fundação Fosun e a Gestifute. O Porto está também a ultimar, no Super Bock Arena — Pavilhão Rosa Mota, um hospital de campanha para receber doentes assintomáticos ou com sintomas ligeiros. O espaço terá 300 camas e pretende funcionar como unidade de retaguarda para os dois grandes hospitais da cidade.

A cedência de 45 ventiladores a esses hospitais — São João (25) e Santo António (20) — foi aprovada, também na reunião de câmara de ontem, por unanimidade. O município do Porto fez a compra ao Governo de Macau pelo preço de 303 mil euros, lê-se no documento ao qual o PÚBLICO teve acesso.

Mariana Correia Pinto

ECONOMIA

Empregadas domésticas — entre viver com patrões ou ver os filhos

Na missão de manter casas limpas, as empregadas domésticas ficam diante de uma escolha difícil: trabalhar e ficar exposta ao vírus ou ficar de quarentena, mas sem dinheiro no fim do mês?

Trabalho
Cristiana Faria Moreira

Nestes últimos tempos, Lena tem recuado muitas vezes a 2008, ao início da última grande crise global. "Aquela crise entrou dentro da nossa casa, entrou dentro dos nossos bolsos, acabou com o nosso casamento." A crise acabou-lhe com a família, como ela diz, e, ultimamente, esse cenário tem-lhe percorrido os pensamentos mais vezes do que gostaria. Por vezes, é como se voltasse a descer degraus na escada social e perdesse novamente a casa que tinha no Estoril perto da praia ou o lugar de destaque que ocupava numa empresa de navegação marítima, antes de ser despedida na sequência da crise de 2008. De repente, é como se se visse novamente sozinha, com os filhos a seu cargo, e sem saber bem o que fazer. Oxalá o desfecho trágico que Lena antecipa em cada família não se venha a concretizar, depois de a economia se libertar do novo coronavírus.

Lena, vamos chamar-lhe assim, tem 39 anos, é moçambicana, mas mora em Portugal há 12 anos. É uma das mulheres que hoje engrossam as fileiras das empregadas domésticas, que, por estes dias, têm uma escolha difícil a fazer: ir trabalhar para a casa dos outros e ficar exposta ao vírus ou seguir as recomendações de quarentena, mesmo que isso signifique que o dinheiro vai faltar no final do mês?

Em tempos de pandemia, estas mulheres – falamos no feminino porque são a maioria – têm a importante missão de manter as casas limpas, eliminar possíveis focos de contágio do inimigo SARS-CoV-2. E Lena acabou por fazer a sua escolha.

Ao contrário de outras empregadas domésticas, Lena trabalha apenas numa casa. Costuma entrar às 7h30 e sair às 14h30, todos os dias, de segunda a sexta-feira. Para evitar os três autocarros que tinha de apanhar desde Mafra até Cascais, em que estaria exposta ao vírus, acabou por fazer a mala e instalar-se na casa dos patrões. "Quando o aviso de estado de emergência saiu, eu tive de fazer uma opção: ou ficar com os filhos ou vir trabalhar."

Entregou os quatro filhos de 16, 15, 8 e 3 anos ao ex-marido. "O que eu mais queria neste momento era estar com os meus filhos. Falei com eles, expliquei-lhes a motivação pela qual estou aqui." Eles perceberam, diz, porque sabem que a mãe é quem paga as contas lá em casa. Com este trabalho, consegue um salário bom, que lhe permite suportar todas as despesas mensais. Por isso, não podia arriscar perdê-lo, mesmo que isso signifique o sacrifício familiar.

"Não trabalho, não ganho"

A relevância da missão de manter as casas dos outros limpas não lhes retira a precariedade do trabalho, que vive, muitas vezes, na informalidade. "O que eu tenho ouvido é que muitas pessoas que trabalham à hora, em três ou mais casas, estão a ser dispensadas. E depois a seguir como é que vai ser?", interroga-se Lena.

E talvez seja essa a pergunta que Eliane Lima mais tem feito nos últimos tempos. "Tinha casas [para limpar] para a semana toda, mas a maioria desmarcou", conta a empregada doméstica de 23 anos, moradora em Almada, com todo o serviço na capital.

Na primeira semana do estado de emergência, só teve trabalho na quarta-feira. Entretanto, os filhos tiveram de ficar em casa porque as aulas foram suspensas. E, assim, ela também teve de ficar.

Eliane trabalha a recibos verdes. "O que eu faço, eu recebo. Se eu não trabalhar, eu não ganho." Tem quatro filhos, a mais nova com sete meses. Tinha voltado a trabalhar no início do ano. Agora, a pandemia veio dar mais um rombo no orçamento, que se agrava pelo facto de o marido trabalhar nas obras, também a recibos verdes. E de a construção ter igualmente parado. "Devido ao decreto [de estado de emergência] o patrão do meu esposo falou que ia parar as obras. E ele é da mesma forma: se ele trabalhar, ele recebe, se não trabalhar, não recebe. Estamos todos em casa."

438,8

Os descontos para a Segurança Social têm por base o valor de 438,81 euros, que corresponde ao valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS) em que o empregador paga 18,9% dos (82,94 euros) e a trabalhadora 9,4% do mesmo valor (41,25 euros)

O cenário de falta de procura, ou de dispensa, das empregadas domésticas é confirmado pela plataforma de recrutamento Donas de Casa. "Há um medo, quer dos empregadores quer das candidatas que estão a concorrer, de entrar ao serviço. São situações um pouco adiadas de ambas as partes", diz Cláudia Areosa, técnica desta plataforma, que abrange todo o território nacional e tem inscritas quase 14 mil empregadas domésticas.

A grande procura nesta platafor-

Muitas empregadas domésticas estão dependentes da boa vontade dos patrões

ADRIANO MIRANDA

ma de recrutamento é mesmo para empregadas domésticas (80%), seguindo-se os cuidadores de idosos, *babysitters*. “Há bastante procura em tempos normais”, nota a técnica. Nas últimas semanas, têm chegado “alguns pedidos de substituição” de empregadas que já estão em regime de quarentena.

“As próprias empregadas que trabalham nas casas estão a refugiar-se e temos alguns pedidos para substituir estas pessoas”, observa. Os pedidos passam, como no caso de Lena, por pedir pessoas que estejam disponíveis para ficarem em permanência na casa dos patrões, evitando assim entradas e saídas. Na última semana, receberam cerca de 15 pedidos. “O ir e vir nos transportes públicos é sempre um risco e as pessoas têm medo.”

A boa vontade dos patrões

No final de Março, o Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas (STAD) revelava temer que os patrões não continuassem a pagar às empregadas domésticas caso as dispensassem. E notava que estas mulheres são uma fatia vulnerável, porque muitas trabalham sem um contrato escrito e sem fazer descontos para a Segurança Social. Numa situação de aperto como esta, isso significa não conseguir qualquer apoio estatal.

A associação de defesa do consumidor (Deco) publicou, recentemente, um guia para estas trabalhadoras. “A tempo inteiro ou apenas algumas horas por semana, todas as empregadas domésticas têm direito a protecção social, o que obriga os empregadores a assumir alguns encargos e outras tantas obrigações administrativas.”

As empregadas domésticas com contrato de trabalho têm um regime contributivo específico. Os descontos para a Segurança Social têm por base o valor de 438,81 euros, que corresponde ao valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS) em que o empregador paga 18,9% dos (82,94 euros) e a trabalhadora 9,4% do mesmo valor (41,25 euros). “Isto é sobretudo para que as contribuições não sejam tão elevadas, porque se o forem, a tendência será para as pessoas não efectuarem os pagamentos e ficar tudo numa situação de ilegalidade”, explica o jurista da Deco Proteste, Nuno Carvalho.

Enquanto trabalhadoras por conta de outrem, as trabalhadoras domésticas terão, assim, “os mesmos direitos excepcionais determinados pelo perigo de contágio com a covid-19: por exemplo, subsídio em caso de isolamento profiláctico ou de assistência a filho menor de 12 anos cujo estabelecimento de ensino tenha sido encerrado”. Esta situação aplica-se nos casos em que existe um contrato e são feitos descontos para a Segurança Social.

No entanto, é frequente que os descontos não sejam feitos sobre o valor real do salário que as trabalhadoras recebem, mas apenas em relação ao valor do IAS, o que significa que o valor de possíveis subsídios, que será calculado tendo em conta as contribuições que entram na Segurança Social, será mais baixo do que o salário real. Perante uma situação de desemprego, as trabalhadoras que optam por este regime estarão desprotegidas e sem acesso ao subsídio de desemprego.

O que eu mais queria neste momento era estar com os meus filhos. Falei com eles, expliquei-lhes a motivação pela qual estou aqui [a viver com os patrões]

Lena (nome fictício)
Empregada doméstica

Há um medo, quer dos empregadores quer das candidatas que estão a concorrer, de entrar ao serviço. São situações um pouco adiadas de ambas as partes

Cláudia Areosa
Donas de Casa

O Governo falou que ia liberar coisas para os trabalhadores independentes. Fui à Segurança Social e falaram que não podiam ajudar, que eu tinha de dar entrada sozinha. Eu nem tenho contabilista. Quem passa os meus recibos sou eu

Eliane Lima
Empregada doméstica

Há ainda casos, como o de Eliane, em que as empregadas se constituem como trabalhadores independentes e “podem ter acesso aos apoios que foram aprovados para os trabalhadores independentes”.

Há ainda os casos das trabalhadoras que não fazem descontos e que, por isso, não podem recorrer a estes subsídios e apoios, pois não há registo da actividade do trabalhador na Segurança Social. “Nesses casos estão completamente desprotegidos. E estarão completamente na mão das suas entidades patronais”, nota Nuno Carvalho.

Eliane tentou aceder a alguns dos apoios que o Governo anunciou, mas responderam-lhe com burocracia. “O Governo falou que ia liberar coisas para os trabalhadores independentes. Fui à Segurança Social e falaram que não me podiam ajudar, que eu tinha de dar entrada sozinha”, conta. Sugeriram-lhe que falasse com o seu contabilista. A resposta saiu-lhe pronta: “Ó minha senhora, eu nem tenho contabilista. Quem passa os meus recibos sou eu.” Sem saber ainda muito bem o que fazer, vai continuar a tentar perceber a burocracia e aquilo a que tem direito.

A suspensão das aulas, o teletrabalho, o adiamento de eventos, a quarentena, um cenário de pandemia que revirou rotinas. Mas, para algumas destas trabalhadoras, a vida segue com aparente normalidade. Continuam a sair de casa todas as madrugadas, a percorrer cidades ainda a dormir, em transportes públicos apinhados.

Outras há que estão dependentes da boa vontade dos patrões, na esperança de firmarem com elas o compromisso de lhes continuarem a pagar as horas (ou pelo menos parte delas) em que estariam a trabalhar, mas dispensando-as para que ninguém corra riscos.

No sábado, Lena ainda pensava que poderia ir ver como estão os filhos. “Mas fico cá para a nossa segurança. São aquelas situações em que temos de fazer opções difíceis.” Ela promete só deixar a casa dos patrões quando a vida voltar ao normal.

cristiana.moreira@publico.pt

Há uma corrida à Casa Branca a arrastar-se em dúvidas

Governador do Wisconsin travou, à última hora, a votação presencial nas primárias de hoje. São já 16 os estados que adiaram as votações

EUA
Alexandre Martins

Ainda não passou um mês desde que o Presidente Donald Trump aceitou cancelar os seus famosos comícios para milhares de pessoas, após muita resistência e só por "excesso de precaução", e nada no mundo está hoje igual àqueles tempos em que a palavra adiamento parecia ter um prazo de validade de apenas 15 dias. Mas há um estado povoado por irredutíveis políticos, junto à fronteira com o Canadá, que ainda resistia aos avisos das autoridades de saúde – numa decisão que já quase ninguém esperava, o governador do Wisconsin adiou, ontem, as eleições primárias que estavam marcadas para hoje, no meio de uma campanha que foi engolida por uma pandemia e que ninguém sabe como vai acabar.

A decisão de manter as mesas de voto a funcionar para as eleições primárias no Wisconsin tinha sido confirmada no sábado de manhã, quando o secretário do Senado estadual, Jeff Renk, abriu e fechou em cinco segundos uma sessão especial convocada um dia antes pelo governador Tony Evers, do Partido Democrata.

A ordem de trabalhos era pressionar a maioria do Partido Republicano a adiar as eleições para Maio ou Junho, como já aconteceu em 15 outros estados e um território norte-americano.

À frente do secretário, nas filas de cadeiras com lugar para 33 senadores estaduais, estavam apenas dois democratas, ambos com luvas calçadas, e nenhum do Partido Republicano, relatou o *Milwaukee Journal Sentinel*. Assunto encerrado: quem ainda não votara por correspondência teria de o fazer pessoalmente hoje.

Num sistema eleitoral muito diferente do português, as consequências de um adiamento são ainda mais imprevisíveis. Uma delas é o cálculo político, que poucos estão dispostos a suspender mesmo em era de crise.

O governador do Partido Democrata defendia o adiamento, mas não quis usar os seus poderes de emergência até ontem, com receio de que o Supremo Tribunal do Wisconsin, carregado de juízes conservadores, desse razão ao Partido Republicano e lhe limitasse o campo de acção para o período pós-pandemia. E o Partido Republicano acusava um político do Partido Democrata, o presidente da Câmara de Milwaukee, Tom Barrett, de ser o grande responsável se a maior cidade do estado não estivesse preparada para as eleições.

Nos últimos dias formaram-se longas filas de automóveis em ruas do Milwaukee e outras cidades do Wisconsin, com os eleitores a receberem boletins de voto entregues por funcionários, protegidos com máscaras e luvas, e a votarem sem sair dos seus lugares. Quando o boletim estivesse preenchido, faziam sinais de luzes e os funcionários iam recolhê-los.

Na semana passada, numa última tentativa para travar as eleições sem pôr em risco os seus poderes de emergência, o governador pediu aos tribunais que adiassem a votação. Mas a resposta do juiz federal William Conley foi tão rápida quanto severa para o comportamento dos políticos do Wisconsin: "Uma consequência desta decisão [de manter o acto eleitoral] pode ser o agravamento da crise de saúde pública no estado. Infelizmente, este tribunal não tem competência para a travar."

Ainda assim, Conley aceitou prolongar o prazo para a entrega de votos por correspondência, até 13 de Abril, e obrigou a comissão de eleições a aceitar esses boletins sem que seja necessário ter a assinatura de uma testemunha. No mesmo dia, o Partido Republicano do Wisconsin recorreu da decisão para o Supremo Tribunal, insistindo em que os resultados deviam ser anunciados amanhã.

Quando já quase ninguém esperava, o governador anunciou que o voto presencial ia mesmo ser adiado, em princípio para 9 de Junho.

Multiplicando estas questões políticas e legais por 50 estados, é fácil perceber o que tem ocupado a direcção nacional do Partido Democrata nas últimas semanas: tentar recuperar algum controlo da situação e recordar aos eleitores que está a decorrer uma campanha para a escolha do próximo Presidente dos Estados Unidos. Uma escolha que foi, afinal, uma das razões de viver do partido desde a eleição de Donald Trump, há quatro anos, e que agora ficou virada ao contrário.

É quase certo que o candidato democrata vai ser Joe Biden, graças a uma série de vitórias em Março sobre o seu único adversário ainda na corrida, o senador Bernie Sanders. Com 1185 delegados conquistados contra 884, Biden está perto de confirmar essa vitória.

As primárias foram adiadas no Wisconsin, em princípio para 9 de Junho. Em baixo, Trump e o ex-vice-presider

CARLOS BARRIA/REUTERS

49%

é a taxa de aprovação do Presidente Donald Trump neste momento. Mas pode subir devido ao efeito "união à volta da bandeira"

NICK OXFORD/REUTERS

te Joe Biden

As sondagens davam a Joe Biden mais uma vitória folgada hoje, com uma diferença que podia chegar a 30 pontos percentuais. Por causa dos vários adiamentos de primárias nas últimas semanas, o antigo vice-presidente dos Estados Unidos não vai poder carimbar a nomeação até ao fim de Abril; agora, se Sanders não desistir até lá, só no início de Junho se conhecerá o adversário de Trump nas eleições de Novembro.

A falta de tempo é o principal obstáculo no caminho do Partido Democrata até à Casa Branca. Com um candidato definido em Junho, em vez de Abril, e com uma convenção nacional adiada de Julho para meados de Agosto, o adversário de Trump terá apenas dois meses e meio para se concentrar numa batalha eleitoral que, não fosse a pandemia da covid-19, estaria a dominar quase por completo a vida nos Estados Unidos.

> **Trump está a ganhar pontos só porque apareceu; esteve muito ausente em Janeiro e Fevereiro**
>
> **Robert P. Jones**
> Fundador do instituto de análise estatística PRRI

Subida de Trump?

Enquanto isso, o Presidente Trump substituiu os comícios com milhares de pessoas, onde mantinha a sua base de apoio com energia suficiente para lhe permitir sonhar com a reeleição, por conferências de imprensa diárias nas televisões, perante milhões de espectadores em todo o país.

Numa eleição que já se adivinhava muito renhida, marcada agora por uma pandemia que pode matar dezenas de milhares de pessoas, num país cada vez mais dividido e durante uma das lideranças mais imprevisíveis de que há memória, é impossível antecipar qual vai ser o resultado final.

Na última semana, uma sondagem do instituto Gallup que registou uma subida da taxa de aprovação de Trump para 49%, igualando o seu máximo desde que chegou à Casa Branca, foi vista como um sinal de que o Presidente norte-americano está lançado para a reeleição. Mas, como é habitual nas sondagens, há números que ficam de fora dos grandes títulos e que podem acabar por falar mais alto.

Para além de 49% ser um recorde muito inferior aos máximos de outros presidentes norte-americanos, é preciso contar com um efeito conhecido como "união à volta da bandeira", que costuma ajudar a popularidade dos presidentes em temos de crise – foi o que aconteceu a George Bush após os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 e a Barack Obama após a morte de Osama bin Laden, por exemplo.

"É isso que estamos a registar", disse ao jornal *Guardian* Robert P. Jones, fundador do instituto de análise estatística PRRI (Public Religion Research Institute). "As pessoas estão a dizer-nos que ele finalmente apareceu e começou a levar a pandemia a sério depois de meses a desvalorizá-la. Trump está a ganhar pontos só porque apareceu; esteve muito ausente em Janeiro e Fevereiro. O verdadeiro teste vai ser: como é que a sua popularidade vai estar daqui a um mês?"

alexandre.martins@publico.pt

O multilateralismo e as crises

Análise
Tiago Moreira de Sá

No pós-Segunda Guerra Mundial houve um conceito que se tornou familiar para todos os que se interessam pelas relações internacionais: multilateralismo. Não que ele tenha sido inventado nessa ocasião, já existia bastante antes, mas foi a pedra basilar de toda a arquitetura do mundo criado pelos norte-americanos a seguir a 1945. Depois do fim da Guerra Fria, o internacionalismo liberal, que se difundiu pelo mundo, levou-o mais longe do que nunca, dando origem às formas multilaterais de governança.

A teoria das relações internacionais ajuda-nos a compreender o conceito. Robert O. Keohane define multilateralismo como "a prática de coordenar políticas nacionais em grupos de três ou mais Estados, através de acordos *ad hoc* ou do uso das instituições", resultando da escolha política soberana e não da imposição de um ator internacional. Ele pode revestir-se de três formas diferentes: acordos *ad hoc*, de carácter temporário, entre vários países que visam a solução de problemas comuns; instituições internacionais, que são acordos multilaterais com conjuntos de regras permanentes, que todos respeitam por terem a perceção de ganhar com elas, prescrevendo comportamentos, limitando ações e moldando expectativas; regimes internacionais, que, segundo Krasner, são um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão, implícitos ou explícitos, em torno dos quais convergem as expectativas dos atores num determinado domínio das relações internacionais.

Este século tem sido marcado pela existência de uma grande crise em cada década. Na de 1990, foi a queda do Muro de Berlim e o fim do mundo comunista. Na seguinte, foi o 11 de setembro e a guerra contra o terrorismo. Depois, o colapso financeiro e a crise do euro. Os anos 2020 começaram com a pandemia do coronavírus. Cada uma teve lógicas próprias, mas todas ficaram marcadas pela forma como foram geridas. Defende-se aqui o argumento de que as crises geridas multilateralmente tiveram muito maior sucesso do que aquelas em que os Estados optaram por fazê-lo unilateralmente, ou bilateralmente.

O primeiro caso é um tratado sobre o multilateralismo. Quase de um dia para o outro, sem que ninguém previsse, sem modelos do passado que pudessem servir de guia, os decisores políticos dos principais países foram obrigados a lidar com o fim do sistema internacional bipolar da Guerra Fria, com o desaparecimento da União Soviética (e da Jugoslávia) e com a reunificação da Alemanha. George H. Bush recusou-se a "dançar sobre as ruínas do Muro de Berlim" e anunciou nas Nações Unidas uma "nova ordem mundial" alicerçada numa "nova parceria das nações", baseada "na consulta, na cooperação e na acção colectiva", especialmente "através de organizações internacionais e regionais", e "unida por princípios, pelo cumprimento da lei". Foi essa visão que pôs em prática quando construiu a mais ampla coligação multilateral existente até à data durante a Guerra do Golfo, ou na fórmula das conversações "dois mais quatro" para tratar do futuro da Alemanha. O Presidente norte-americano resistiu à tentação de tirar unilateralmente partido da "vitória" na Guerra Fria, optando antes por agir bem acompanhado por líderes notáveis como Mikhail Gorbatchov, Helmut Kohl, Margaret Thatcher e François Mitterrand, transformando assim a possível tragédia em glória.

O segundo caso é um tratado sobre o unilateralismo. No dia 11 de setembro de 2001, os EUA e o mundo entraram em choque com o horror dos ataques contra as Torres Gémeas e o Pentágono, levados a cabo por um grupo radical islâmico. Num primeiro momento, "todos foram americanos", tendo-se formado uma vasta coligação internacional de apoio à guerra contra a Al-Qaeda e o terrorismo. Mas a "Doutrina Bush" e a Guerra do Iraque inauguraram uma nova orientação estratégica norte-americana, marcadamente unilateral, revisionista, diminuidora das organizações e do direito internacional, de "coligações de vontade" em vez de "alianças permanentes", de "guerra preventiva" e "mudança de regime pela força". O momento unilateral de George Bush filho acabou em tragédia: o país viu-se envolvido num longo ciclo de guerras periféricas e mal-sucedidas no "Grande Médio Oriente", entrou em declínio relativo e outras potências ascenderam, ou ressurgiram, começando gradualmente a colocar em causa o mundo americano.

REUTERS

A década de 2020 não poderia ter começado de pior maneira. A pandemia deveria ser todo um tratado sobre o multilateralismo

O terceiro caso acabou por ser uma mistura de multilateralismo e unilateralismo. No dia 15 de setembro de 2008, começou o pior *crash* financeiro desde 1929, com o momento simbólico do colapso do Lehman Brothers, seguido de uma "grande recessão". A partir de 2010/2011, começou na Europa a "crise do euro", com os investidores a questionar a capacidade de alguns países da União Europeia de cumprir os seus compromissos na sequência do enorme aumento dos níveis de endividamento público, tendo os juros disparado para níveis incomportáveis. Num primeiro momento, cada Estado foi entregue a si próprio, tendo de gerir unilateralmente a crise, o que quase provocou o fim da zona euro. Porém, num segundo momento, assistiu-se a uma notável concertação de vários países – incluindo todos os membros da UE, os EUA e mesmo, em parte, a China – o que permitiu vencer a crise e evitar a tragédia.

A década de 2020 não poderia ter começado de pior maneira, com a mais grave crise de saúde pública de que várias gerações têm memória e que está a ter um profundo impacto humano e económico. A pandemia do coronavírus deveria ser todo um tratado sobre o multilateralismo. Numa altura em que cresce o antimultilateralismo, é mais claro do que nunca que quase todos os grandes problemas mundiais só podem ser resolvidos multilateralmente: as pandemias, as alterações do clima, a proliferação nuclear, a regulação da globalização, a cibersegurança, o terrorismo, o crime organizado transnacional ,e por aí fora. Infelizmente, ela parece ser até agora um tratado sobre o nacionalismo, estando a ser combatida sobretudo no plano nacional, cada país por si, e até, em alguns casos, uns contra os outros.

Há hoje sinais de que as coisas podem estar a mudar, verificando-se uma crescente concertação entre países para fazer face à crise. Porém, ao contrário do que foi a evolução do multilateralismo nos últimos anos, tal está a acontecer não ao nível das instituições ou regimes internacionais, mas sob a forma de acordos *ad hoc* entre conjuntos de Estados com vista à solução de problemas comuns em domínios específicos. E, tendo em conta a indefinição existente na ordem internacional atual, este pode bem ser o melhor caminho para termos sucesso na luta contra o coronavírus, evitando que tudo acabe em tragédia.

Professor associado da Universidade Nova/investigador integrado do IPRI

Colaboradores de Serralves acusam fundação de os descartar

Mais de 20 membros da equipa estão sem vencimento. Fundação responde que está a cumprir todas as suas obrigações, “bem como todas as regras decretadas no âmbito do estado de emergência”

Serviço educativo
Sérgio C. Andrade

Os colaboradores do Serviço Educativo de Serralves acusam a fundação de os ter descartado e deixado sem vencimento, não os envolvendo, por exemplo, no programa Sole (Serralves *Online* Experience) com que a instituição está a compensar o fecho dos seus espaços desde a segunda semana de Março, no contexto das medidas de combate à propagação da covid-19.

A acusação é feita por um grupo de 23 trabalhadores independentes, que domingo endereçou uma carta aberta a Isabel Pires de Lima, vice-presidente da administração de Serralves, pedindo-lhe que interceda junta da instituição para que esta cumpra as medidas de protecção do tecido cultural sugeridas no *Manifesto em Defesa de um Presente com Futuro*, que a professora universitária e ex-ministra da Cultura subscreveu no passado dia 26 de Março. Neste manifesto, publicado no PÚBLICO, solicita-se aos vários órgãos do poder central e do poder local com tutela sobre o sector, bem como às empresas e às fundações, “que assumam iniciativas para que Portugal e o seu sistema cultural não diminuam de forma drástica”.

Nesta carta aberta — também endereçada ao PÚBLICO —, os colaboradores do Serviço Educativo dizem que a administração de Serralves os deixou “no vazio, contrariando até o que está estabelecido no Decreto n.º 2-A/2020, que regulamenta a aplicação do estado de emergência (…) e que estipula a obrigatoriedade da adopção do regime de teletrabalho, independentemente do vínculo laboral, sempre que as funções em causa o permitam”.

“Nenhuma das actividades *online* propostas até ao momento [pela fundação] foi desenvolvida pelos educadores do Serviço Educativo Artes de Serralves, porque a fundação não deu qualquer resposta à nossa proposta de desenvolvimento de um programa de actividades, à excepção de uma que foi solicitada a uma dupla de educadoras sobre Joan Miró”, escrevem os subscritores da carta aberta, em que explicam que alguns colaboradores foram chamados a adaptar o programa *Sazonalidades* (cinco sessões de oficinas diárias de seis horas durante as férias da Páscoa), para um formato *online* que seria remunerado pelo valor de uma sessão única”, o que consideraram injusto e inaceitável — segundo os signatários, Serralves tinha proposto pagar “40 euros pela concepção de novos conteúdos e execução de um produto a comunicar *online*”.

Os subscritores citam o programa Sole, lançado no final da semana passada, que oferece, no *site* e nas redes sociais, “exposições, filmes, música, livros, programas educativos, deambulações naturais, experiências de aprendizagem”. Na informação disponível sobre este programa, refere-se que “o Serviço Educativo sugere actividades para famílias e põe os seus colaboradores a partilhar conhecimentos que vão da biologia à arte contemporânea”. Mas os colaboradores do Serviço Educativo, todos pagos a recibos verdes, dizem que foram deixados de fora do Sole.

PAULO PIMENTA

Visita guiada para crianças à exposição de Monika Sosnowska

> **Os colaboradores do Serviço Educativo, todos pagos a recibos verdes, dizem que foram deixados de fora do Sole**

Teletrabalho proposto

O PÚBLICO tentou, sem sucesso, obter uma reacção à carta aberta por parte de Isabel Pires de Lima, administradora de Serralves nomeada pelo Estado. Já da parte da fundação, o gabinete de comunicação, numa nota de “esclarecimento”, começa por realçar que “Serralves está a cumprir todas as suas obrigações para com os seus colaboradores, bem como todas as regras decretadas no âmbito do estado de emergência”.

A seguir, nota que “os prestadores de serviços externos não têm vínculo laboral com Serralves, colaborando com várias outras entidades e prestando os seus serviços de acordo com as solicitações e necessidades da fundação e a sua própria disponibilidade”. Lembrando que a suspensão desses serviços decorre do encerramento obrigatório de Serralves, a administração afirma que “o grupo de prestadores de serviços é composto por trabalhadores independentes ou empresas prestadoras de serviços, aos quais o Estado está a garantir medidas de apoio no contexto da crise em que vivemos”.

Os colaboradores confirmam ao PÚBLICO que os contratos de prestação de serviços existem “apenas para actividades desenvolvidas no âmbito dos projectos financiados por fundos europeus”, mas notam que alguns prestam esse serviço “a tempo inteiro e há mais de uma década”.

Já sobre os apoios que o Estado se comprometeu a prestar através da Segurança Social, eles são dirigidos aos trabalhadores independentes que viram a sua actividade totalmente interrompida. Mas os colaboradores de Serralves dizem que nunca foi intenção deles “interromper a actividade, como se pode verificar pelas propostas de teletrabalho” que apresentaram à fundação.

Na carta aberta, os colaboradores do SE anexam a correspondência com Serralves, entre meados de Março e o primeiro dia de Abril, em que enumeram projectos e actividades que conceberam a pedido da fundação, entre os quais o *Sazonalidades*, mas também *Bioblitz*, *Janelas para o Mundo*, em parceria com a edilidade portuense para o presente ano lectivo, e também com a Escola Portuguesa de Macau. A equipa de educadores refere ainda ter proposto várias actividades *online*, sem que Serralves lhes respondesse durante 15 dias.

“Gostaríamos que o conceito de ‘serviços efectivamente prestados’ pudesse, à luz da actual situação global, ser entendido de uma forma em que efectivamente fossem honrados os compromissos profissionais que ditam a nossa relação”, acrescentam os subscritores, reivindicando que o trabalho realizado deveria, “numa perspectiva ética e moral, ser reconhecido pela Fundação de Serralves e nesse sentido serem criadas medidas de compensação financeira aos seus colaboradores”, alguns dos quais chegam a trabalhar na instituição, ainda que sazonalmente, sete dias por semana.

Já esta segunda-feira, o Bloco de Esquerda (BE) acusou também a Fundação de Serralves de “descartar” trabalhadores a recibo verde, e perguntou ao Governo se irá interceder junto da administração. Na plataforma despedimentos.pt, em que este partido denuncia abusos laborais, é referido que mais de 20 trabalhadores do SE de Serralves estão neste momento sem vencimento, depois de a administração ter recusado a realização de actividades à distância e *online*.

Os técnicos externos das exposições, por seu turno, também escreveram uma carta aberta a manifestar “grande empatia e solidariedade” para com os seus colegas. **com Lusa**

sandrade@publico.pt

A Espia, a nova série da RTP, também é sobre fazer ficção histórica de Portugal para o mundo

Televisão
Joana Amaral Cardoso

É o regresso de Daniela Ruah à ficção portuguesa e é uma série de espionagem sobre o Portugal da II Guerra

DR

Daniela Ruah e Maria João Bastos, as personagens femininas no Portugal de 1940

A nova série da RTP1 *A Espia*, que se estreia amanhã às 21h, é uma história de espionagem no Portugal dos anos 1940, da II Guerra Mundial, do volfrâmio e da colmeia de espionagem que zumbia para lá da mão férrea de Oliveira Salazar. É uma das mais importantes produções históricas da estação pública, chega numa altura também ela histórica para o país e nas entrelinhas conta outra história: como se tenta o salto internacional de uma série *made in* Portugal? Alerta de *spoiler*: é preciso engenharia financeira, medições artísticas ao milímetro e um trunfo como Daniela Ruah, que regressa à ficção portuguesa depois de 12 anos nos EUA.

Daniela Ruah é Maria João Mascarenhas, tem como *hobby* a fotografia e trabalha numa transportadora. Lisboa recebe representantes das forças que na Europa se digladiam em surdina por informação e poder. A amiga Rose Lawson (Maria João Bastos) e o engenheiro alemão Siegfried Brenner (Diogo Morgado) colocam-na no centro de um tabuleiro perigoso, e glamoroso, povoado por figuras como o major inglês Richard Thompson (Marco d'Almeida) ou o seleccionador nacional de futebol Cândido de Oliveira (Sisley Dias).

"É uma das séries mais ambiciosas da RTP", diz o produtor Pablo Iraola, da Ukbar Filmes. A partir de uma ideia original da produtora Pandora Cunha Telles, desenvolvem *A Espia* há anos. A produção de época é mais cara, exigente. "Inserimo-nos numa tendência internacional que está a tentar criar histórias inspiradoras", diz Pandora Cunha Telles ao PÚBLICO. A realização é de Jorge Paixão da Costa, com realização adicional de Edgar Pêra e João Maia.

A conversa decorre no ecrã de três computadores, por Lisboa. "Cem por cento da indústria está parada", resume Pablo Iraola. É o mesmo cenário em Los Angeles, onde Daniela Ruah terminou a 11.ª temporada da série *Investigação Criminal: Los Angeles*, na qual trabalha desde 2009. *A Espia* "foi escrita para ela", diz Pandora Cunha Telles.

Daniela Ruah queria voltar a trabalhar em Portugal nos escassos meses de intervalo da sua carreira americana. Ao PÚBLICO, noutro computador em Los Angeles, elogia o projecto. "A Maria João desafiou-me bastante. Fiquei feliz por poder interpretar algo diferente daquilo que faço em *Investigação Criminal*", confessa. O foco redirecciona-se para a aspiração desta série e do que quer muita da ficção televisiva portuguesa em 2020. "*A Espia* está a um nível de qualidade internacional – tenho mesmo muito orgulho no que fizemos e anseio por ouvir a opinião dos espectadores."

"Não sabemos se houve uma espia portuguesa como a Josephine Baker", admite Pandora Cunha Telles. "Quisemos dar à Maria João os contactos certos, o trabalhar numa transportadora, ser fotógrafa, para ela ter os meios para se tornar uma espia", recorda a autora da ideia depois desenvolvida por Rui Cardoso Martins e José de Pina, e que acabaria por ser entregue a uma equipa de escrita formada pelos produtores e por Cláudia Clemente, Raquel Palermo, Snir Wein e Martim Baginha. "Uma sala de argumentistas à americana", explica Pablo Iraola, que se "retroalimentava continuamente" com o que iriam ser os *décors* ou as indicações da consultora histórica Margarida Ramalho.

A participação de Daniela Ruah "claramente dá-nos um perfil internacional", diz Pablo Iraola

A Espia foi uma série de contas, no orçamento e na criação. Na pré-produção, um punhado de séries escolhidas por Pablo Iraola foram analisadas ao milímetro por um profissional em estúdio para esmiuçar segredos: "Temos a mania de dizer que as boas histórias viajam, mas porque é que parecem produtos diferentes?", provoca Pandora. *Peaky Blinders*, *The Crown*, *Ozark*, *The Americans*, *Versailles*, *Manhunt: Unabomber*, *1864* ou *La Peste* foram as escrutinadas.

"Quantos planos, quantas escalas há dentro de uma cena? Qual o tempo mínimo e máximo das cenas? Quantos cortes há numa série? Todas as séries que estão a viajar pelo mundo têm mais ou menos a mesma métrica: em vez de terem 50 cenas por episódio, têm 70 a 80. Mais do que o que fazemos em Portugal. Esta rapidez – número de *décors*, de cenas – dá uma sensação de vertigem", entusiasma-se a produtora. "Gastámos muito dinheiro e três meses de estúdio só para isto", revela Pablo Iraola.

"[A participação de Ruah] claramente dá-nos um perfil internacional", prossegue. É uma ambição da Ukbar e da RTP pensada "desde o *casting*, desde a escrita". "Se os escandinavos conseguiram entrar no negócio internacionalizado de conteúdos há dez anos, falando idiomas ininteligíveis, porque é que Portugal não o conseguiria? O grande desafio é fazê-lo com o orçamento que temos", resume Pablo Iraola.

A Espia conta com cerca de 250 mil euros por episódio, que incluem os contributos da co-produção da RTP e da Ficción Producciones e os apoios do Instituto do Cinema e do Audiovisual e do fundo de turismo e cinema PIC Portugal. Continuam a ser valores escassos em comparação com a produção europeia ou americana, especialmente em projectos de época. A série estará também na RTP Play.

joana.cardoso@publico.pt

Breves

Cinema

ICA apoia Cunha Telles, Jeanne Waltz e Margarida Cardoso

Os realizadores António da Cunha Telles, a realizadora suíça radicada em Portugal Jeanne Waltz e Margarida Cardoso vão receber um total de 1,8 milhões de euros para a produção das suas próximas longas-metragens, revelou o Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA). O financiamento diz respeito ao segundo concurso de apoio para longas-metragens de ficção referente ainda a 2019, e ao qual foram admitidas 22 candidaturas. O apoio será repartido em partes iguais por *Cherchez la Femme*, realização de António da Cunha Telles, *O Vento Assobiando nas Gruas*, de Jeanne Waltz, e *Banzo*, de Margarida Cardoso.

Livros

Edição de *1984* do Clube do Autor já foi retirada das livrarias

A Antígona, detentora dos direitos de publicação de *1984*, de George Orwell, interpôs uma providência cautelar contra o Clube do Autor, que comercializou o mesmo livro, mas a edição foi entretanto retirada. O Clube do Autor começou a comercializar em Março o romance distópico *1984* na colecção Os Livros da Minha Vida, com um prefácio assinado pelo jornalista José Rodrigues dos Santos. Após o diferendo jurídico, a edição do Clube do Autor já não se encontra disponível para venda em livrarias *online*, como a Fnac, a Wook, a Bertrand ou a Almedina, como estava na semana passada, quando o PÚBLICO avançou a notícia da providência cautelar.

Publicita-se a abertura de procedimentos de recrutamento de pessoal para a NOVA School of Business and Economics, aos quais podem candidatar-se indivíduos que reúnam as condições fixadas nos avisos disponíveis no seguinte endereço:

https://www2.novasbe.unl.pt/pt/sobre-nos/junte-se-a-nova-sbe.

Referência n.º NOVASBE/CT-113/2020 – 1 Lugar de Assessor, Consultor, Auditor 4.º grau (m/f) para a área de pré-experiência e em regime contrato de trabalho por tempo indeterminado.

Referência n.º NOVASBE/CT-114/2020 – 1 Lugar de Assistente Técnico 2.º grau (m/f) para a área de pré-experiência e em regime contrato de trabalho a termo resolutivo certo.

O prazo-limite para submissão das candidaturas é de 6 dias úteis a contar da data da publicação do presente anúncio.

Accredited by

Member of

Unidade Técnica de Obras Particulares
Secção Administrativa

Divisão de Urbanismo, Licenciamento e Fiscalização

AVISO N.º 55/2020

Nos termos do n.º 2 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12, na sua atual redação, torna-se público que a Câmara Municipal de Lagos, emitiu em 6/3/2020 o 7.º Aditamento ao alvará de loteamento n.º 9/94, sito em Senhora da Glória, Lagos, da freguesia de São Gonçalo de Lagos, em nome de Rodrigues & Vermelho, SA, contribuinte n.º 501556427, com sede em Lagos, que titula a aprovação da alteração que incide sob o lote n.º 36, inscrito na matriz Predial urbana sob o artigo 5813 da referida freguesia e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagos sob o n.º 2698 da freguesia de São Sebastião (extinta).

A operação de alteração ao loteamento foi aprovada por despacho proferido em 24/10/2019 pelo Sr. Vice-Presidente, na ausência da Senhora Presidente da Câmara, no uso de competência delegada e respeita o disposto no Plano de Urbanização de Lagos.

A alteração consiste na alteração do polígono de implantação do lote 36, de acordo com as plantas síntese e de cedências que constituem os anexos I e II, do referido aditamento.

Lagos, 23 de março de 2020

O Presidente da Câmara,
Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira

CONSELHO DIRETIVO

AVISO

Encerramento administrativo imediato e urgente do estabelecimento de apoio social sem denominação sito na Praça do Sol Nascente, 33 - 1685-180 Famões

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, confirmou o encerramento administrativo imediato e urgente do estabelecimento de apoio social sem denominação, com as seguintes características:

- exercia a atividade de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI);
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funcionava sob a propriedade de Maria Clara Brígida Gonçalves Lopes;
- estava instalado em Praça do Sol Nascente, 33, Bairro Sol Nascente, 1685-180 Famões.

Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP confirmou o encerramento através da Deliberação n.º 66/2020, de 2 de abril de 2020, que ratificou o despacho de 11-02-2020, do Diretor da Unidade LVT. Esta deliberação foi tomada porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo atual e iminente para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

Este aviso deve estar afixado durante 30 dias

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

Lisboa, 2 de abril de 2020

Rui Fiolhais - Presidente

alzheimer
PORTUGAL

Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, especificamente constituída para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país. Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos:

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3 Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa
Telefones: 213 610 460 - Fax : 21 361 04 69 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Doutor Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa
Telefone: 213 609 300 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim», Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia
2765-029 Estoril - Telefone: 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org
Horário de Atendimento: Quartas e sextas, entre as 9h e as 13h
Núcleo do Ribatejo da Alzheimer Portugal: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31 «A, 2080-114 Almeirim
- Telefone: 243 000 087 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Delegação Norte da Alzheimer Portugal: Centro de Dia «Memória de Mim», Rua do Farol Nascente
n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Telefone: 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro da Alzheimer Portugal: Centro de Dia do Marquês, Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal
- Telefone: 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Núcleo de Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, Complexo Social da Quinta da Moita - Oliveirinha 3810 Aveiro, Telefone: 234 940 480
- E-mail: geral.aveiro@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira da Alzheimer Portugal: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional
da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 Funchal, Telefone: 291 772 021 - Fax: 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org

Eng.º
JOSÉ ÁLVARO UBACH CHAVES ROSA

(1935 - 2020)

FALECEU

A sua esposa, filhos e netos cumprem o doloroso dever de participar o óbito.

Jerónimo Martins

JERÓNIMO MARTINS, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta
Rua Actor António Silva, n.º 7, Lisboa
Capital Social de Euro 629.293.220,00
Matricula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC: 500 100 144

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DESCONVOCAÇÃO

A pedido do Conselho de Administração da Sociedade e tendo em consideração, conforme por este evidenciado:

Que, desde 16 de Março de 2020, data em que foi determinado convocar a Assembleia Geral, a situação excepcional ocasionada pela epidemia da doença Covid-19 levou à declaração do Estado de Emergência por Decreto do Presidente da República e à adopção por Decreto do Governo de medidas restritivas da circulação de pessoas;

Que, por Decreto do Presidente da República de ontem, 2 de Abril de 2020, o Estado de Emergência foi prorrogado até 17 de Abril de 2020, abrangendo a data em que deveria realizar-se a Assembleia Geral;

Que, também na data de ontem, o Governo, em execução do Decreto presidencial, decretou novas e mais restritivas medidas de circulação das pessoas, visando reforçar o seu isolamento social e recolhimento domiciliário;

Que, não obstante se ter incentivado os accionistas a exercerem o seu direito de voto por uma das vias alternativas à votação presencial, em especial a votação por correio electrónico se constata que, até ontem, data limite para o efeito, vários accionistas que manifestaram a intenção de participar na Assembleia Geral não declararam pretender fazê-lo por correio electrónico;

Que a situação de calamidade pública que se vive, a nível mundial, torna especialmente difícil aos senhores accionistas e respectivos intermediários financeiros recolher e, quando necessário, formalizar a documentação necessária à credenciação e participação na Assembleia Geral, tendo sido feitos vários apelos a que a mesma não se realizasse na data prevista;

Que, nesta fase, não se torna possível dispor e organizar, em tempo útil, os meios que assegurem o exercício do direito de voto durante a própria reunião através de meios telemáticos nos termos requeridos pela lei;

Que se entende não estarem, assim, reunidas as condições para que a Assembleia Geral possa decorrer em estrita observância dos deveres cominados nos Decretos a que se fez referência.

Determino a desconvocação da Assembleia Geral Anual designada para 16 de Abril de 2020

Oportunamente proceder-se-á à emissão de nova convocatória com vista à realização da Assembleia Geral Anual até ao dia 30 de Junho de 2020, nos termos do art. 18.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de Março.

Lisboa, 3 de Abril de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Abel Bernardino Teixeira Mesquita

FARMÁCIAS

Porto - Serviço Permanente
Campos - R. do Padre Luís Cabral, 943 Foz - Tel. 226180113 **Cortes Pinto** - R. de João Pedro Ribeiro, 841 - Tel. 225021907 **Vila Nova de Gaia - Serviço Permanente** **Avenida** - Av. da República, 294 - Tel. 223754761 **Confiança** (SERZEDO) - R. de S. Mamede, 994 (Serzedo) - Tel. 227620316 **Matosinhos - Serviço Permanente** **Beleza** - RUA Coronel Alberto Laura Moreira Júnior - Rodão, 276 - Tel. 229942969 **Viseu - Serviço Permanente** **Ferrão e Castro** (Vilela) - Vilela - Tel. 232461433 **Coimbra - Serviço Permanente** **Adriana** - Pç. da República, 20/22 - Tel. 239823609 **São Martinho** (S. Martinho do Bispo) - Ladeira S. Martinho, 33 - Tel. 239802420 **Braga - Serviço Permanente** **Pipa** (São João do Souto) - R. do Souto, 10 - Tel. 253262457 **Outras Localidades - Serviço Permanente** **Águeda** - Ala **Aguiar da Beira** - Dornelas , Portugal **Albergaria-a-Velha** - Oliveira (Ribeira de Fráguas) **Alfandega da Fé** - Graça **Alijó** - de Favaios (Favaios) , Espirito Santo Ldª (Sanfins do Douro), Nova Vilar de Maçada (Vilar de Maçada) **Almeida** - Cunha , Moderna (Vilar Formoso) **Amarante** - De Amarante **Anadia** - Óscar Alvim **Arcos de Valdevez** - Torres **Arganil** - Moderna **Armamar** - Batista Ramalho **Arouca** - Gomes de Pinho **Aveiro** - Nova **Baião** - Barbosa (Campelo) , Rocha Barros (Eiriz) **Barcelos** - Lamela **Boticas** - S. Cristovão **Bragança** - Atlântico **Cabeceiras de Basto** - Moutinho **Caminha** - Beirão Rendeiro , Brito (Vila Praia de Âncora) **Cantanhede** - Marialva **Carrazeda de Ansiães** - Veiga **Carregal do Sal** - Rodrigues **Castelo de Paiva** - Central , Pinho Lopes (Oliveira do Arda), Marques Lopes (Santa Maria de Sardoura) **Castro Daire** - Moderna **Celorico da Beira** - Nova (São Pedro) **Celorico de Basto** - Neves Ferreira **Chaves** - Barreiro **Cinfães** - Correia **Condeixa-a-Nova** - Ferreira **Espinho** - De Anta (Anta) **Esposende** - Monteiro **Estarreja** - Leite **Fafe** - Fernandes de Castro **Felgueiras** - J. Reis **Figueira da Foz** - Jardim **Figueira de Castelo Rodrigo** - Moderna **Fornos de Algodres** - Central **Freixo de Espada à Cinta** - Guerra **Góis** - Coroa , Santiago, Frota Carvalho (Vila Nova do Ceira) **Gondomar** - Do Monte (Lugar do Monte) **Gouveia** - Patrício , Central (Melo - Gouveia), Albuquerque (Moimenta da Serra), Martins (Vila Nova de Tazem) **Guarda** - Misericórdia **Guimarães** - Barbosa (São Paio) **Ílhavo** - Morais (Gafanha da Nazaré) **Lamego** - Parente **Lousã** - Torres Padilha (Serpins) **Lousada** - Lopes Caçola **Macedo de Cavaleiros** - Diogo **Maia** - Sousa Torres (Águas Santas) **Mangualde** - Albuquerque , Beirão (Chãs de Tavares) **Manteigas** - Ascensão **Marco de Canavezes** - do Marco **Mealhada** - Miranda, Suc. **Meda** - Pereira **Melgaço** - Vale do Mouro **Mesão Frio** - Ferreira **Mira** - Matilde Soares **Miranda do Corvo** - Antunes , Borges (Semide - Miranda do Corvo) **Miranda do Douro** - Miranda (Mirando do Douro) **Mirandela** - Da Ponte **Mogadouro** - Central **Moimenta da Beira** - Moderna , César (Leomil) **Monção** - Codeço Sucr. **Mondim de Basto** - Nova Mondim **Montalegre** - Canedo **Montemor-o-Velho** - Nuno Álvares **Mortágua** - Gonçalves **Murça** - Nossa Senhora de Fátima **Murtosa** - Júlio Baptista **Nelas** - Albino Pais **Oliveira de Azemeis** - Santos **Oliveira de Frades** - Martinho (Pinheiro de Lafões) **Oliveira do Bairro** - Sanal **Oliveira do Hospital** - Figueira Dinis **Ovar** - Instituto Pereira Zagalo **Paços de Ferreira** - Moderna **Pampilhosa da Serra** - do Zêzere (Dornelas do Zêzere) , Central **Paredes** - Central de Rebordosa (Rebordosa) **Paredes de Coura** - Ribeiro **Penacova** - Penacova **Penafiel** - Oliveira **Penalva do Castelo** - Claro **Penedono** - Rua **Penela** - Penela **Peso da Régua** - Central **Pinhel** - Nova de Pinhel , Da Misericórdia (Alverca da Beira), Moderna (Pínzio) **Ponte da Barca** - Moderna **Ponte de Lima** - Dona Teresa **Póvoa de Lanhoso** - Matos Vieira **Póvoa de Varzim** - A Ver o Mar **Resende** - Nova de Resende (Lugar do Paço) **Ribeira de Pena** - De Cerva (Cerva) , Borges de Figueiredo **Sabrosa** - Macedo Morais , Vieira Barata **Sabugal** - Aldeia Velha (Aldeia Velha) , De S.Miguel (Cerdeira do Coa), Higiene (Souto) **Santa Comba Dão** - Monteiro , Sales Mano (S.João de Areias) **Santa Maria da Feira** - Lima (Lourosa) **Santa Marta de Penaguião** - Santa Eulália (Cumieira) , Douro (Santa Marta Penaguião) **Santo Tirso** - Faria **São João da Madeira** - Central **São João da Pesqueira** - Ferronha e Silva (Ervedosa) **São Pedro do Sul** - Elvira Coelho **Sátão** - Santo André (Lamas) , Andrade **Seia** - Melo , Popular (Loriga), Paranhense (Paranhos da Beira), Neves Rodrigues (Pinhanços), do Alva (Sandomil), De São Romão (São Romão) **Sernancelhe** - Confiança , Mota (Vila da Ponte) **Sever do Vouga** - Martins **Soure** - Jacob **Tábua** - Carvalho **Tabuaço** - Confiança **Tarouca** - Augusta (Salzedas) , Moderna **Terras de Bouro** - Alvim Barroso (Covas) **Tondela** - Horta **Torre de Moncorvo** - Martins **Trancoso** - Misericórdia , Pereira (Vila Franca das Naves) **Trofa** - Maia , Pereira da Costa, Sanches, São Romão (São Romão Coronado) **Vagos** - Tavares **Vale de Cambra** - Matos **Valença** - Central **Valongo** - Vilardell (Campo) **Valpaços** - Almeida Sousa **Viana do Castelo** - Nelsina **Vieira do Minho** - Freitas **Vila do Conde** - Vital **Vila Flor** - Vaz **Vila Nova de Cerveira** - Cerqueira, Suc. , Nova de Cerveira **Vila Nova de Famalicão** - Central **Vila Nova de Foz Côa** - Barreira **Vila Nova de Paiva** - Galénica **Vila Nova de Poiares** - Martins Pedro (S.Miguel de Poiares) , Santo André **Vila Pouca de Aguiar** - Figueiredo **Vila Real** - Seixas **Vila Verde** - Fátima Marques **Vimioso** - Liberal , Ferreira (Argozelo) **Vinhais** - Afonso , de Rebordelo (Rebordelo) **Vizela** - Ferreira (Caldas de Vizela) **Vouzela** - da Torre (Alcofra) , Ana Rodrigues Castro (Campia), Teixeira **Amares** - Mercado (Ferreiros) **Vagos** - Viva **Vouzela** - Vieira

FICAR

CINEMA

Parque Mayer
TVCine Edition, 14h15
O ano é 1933. Portugal depara-se com uma crescente perda de liberdade. Deolinda deixa a sua aldeia natal e chega a Lisboa determinada a tornar-se actriz de teatro no Parque Mayer. Bonita e talentosa, depressa conquista a admiração de todos e é escolhida para protagonizar uma revista do Teatro Maria Vitória. Depois do sucesso de *Call Girl*, *A Bela e o Paparazzo*, *Os Gatos não Têm Vertigens* e *Amor Impossível*, *Parque Mayer* é a quinta parceria entre o realizador António-Pedro Vasconcelos, o produtor Tino Navarro e o argumentista Tiago R. Santos. O elenco inclui Francisco Froes, Daniela Melchior, Diogo Morgado, Miguel Guilherme, Alexandra Lencastre, Carla Maciel, Miguel Borges, Almeno Gonçalves e Tino Navarro.

Um Crime Real
Cinemundo, 14h55
Clint Eastwood é Steve Everett, repórter de um periódico de Oakland, famoso pelos artigos que escreve sobre crimes e pelas revelações que as suas investigações originam. É também mulherengo e viciado na bebida. Um dia, depara-se com uma situação delicada: tem provas que ilibam um condenado à morte. Restam-lhe apenas 24 horas para provar a sua inocência, antes que seja executado. Baseado no romance homónimo de Andrew Klavan, o filme é realizado pelo próprio Eastwood.

Desgraça
RTP1, 23h45
No pós-*apartheid*, numa universidade sul-africana, um lascivo professor é demitido quando o seu envolvimento com uma aluna é revelado. Decide procurar refúgio junto da filha, que vive numa quinta em Eastern Cape. Quando finalmente parece ter encontrado alguma paz, o local é invadido por três homens que o agridem e violam a filha, deixando-a grávida. Ele quer justiça; ela apenas seguir em frente. Realizada por Steve Jacobs, uma história dramática a partir do livro homónimo do nobelizado J. M. Coetzee, com John Malkovich, Jessica Haines e Eriq Ebouaney nos papéis principais.

Final Fantasy (V. Orig.)
AXN, 15h26
Nesta adaptação cinematrográfica do famoso videojogo, os protagonistas são humanos, mas não de carne e osso. A dar voz aos actores virtuais estão Ming-Na, Alec Baldwin, Steve Buscemi, James Woods e Donald Sutherland. No ano de 2065, um meteorito atinge a Terra, libertando uma espécie alienígena que semeia o caos e a destruição. As cidades ficam desertas e os escassos seres humanos que sobreviveram ao impacto são obrigados a barricar-se para conseguirem resistir. Entre eles destaca-se a bela e brilhante doutora Aki Ross, que se torna a última esperança da humanidade.

SÉRIES

Idiotas, Ponto
RTP1, 22h46
Primeiros dois episódios de uma comédia de mal-entendidos, criada por Diogo Lopes. Duarte Grilo, Salvador Sobral e André Nunes dão vida a três amigos com hábitos, formas de estar e perspectivas muito diferentes: o ambicioso e narcisista advogado João, o solteiro e *bon vivant* Rui e o rotineiro contabilista Carlos, respectivamente.

Com os Nervos em Franja
RTP2, 23h27
Estreia. De e com a comediante australiana Sarah Kendall, acompanha a jornada de Sammy, uma mulher habituada a uma vida perfeita e faustosa, na Londres de finais dos anos 1980. Mas o seu mundo está prestes a desabar. Quando o marido morre, descobre que ele, além de lhe ser infiel, lhe escondia o verdadeiro estado das finanças: a bancarrota. Sammy vê-se obrigada a regressar a Newcastle, na sua Austrália natal, a enfrentar o passado e a reintegrar-se no tipo de círculo social a que sempre quis fugir.

INFANTIL

Um Monstro em Paris (V. Port.)
Nos Studios, 8h20
Paris, 1910. Uma terrível criatura espalha o pânico. Emile e Raoul são dois jovens amigos decididos a caçá-la. Acabam por perceber que a criatura é, afinal uma pulga gigante e peluda de coração puro, Francoeur, de quem se tornam amigos. Para a conseguirem ajudar, vão juntar esforços aos de uma bela cantora, um cientista alienado e o seu macaco inteligente mas irascível. Realizado por Bibo Bergeron e com Luc Besson na equipa de produção, uma comédia de animação que teve duas nomeações para os Césares.

Televisão

lazer@publico.pt

Os mais vistos da TV
Domingo, 5

		% Aud.	Share
Isto é Gozar Com Quem...	SIC	19,1	30,0
Jornal da Noite	SIC	16,9	26,7
Primeiro Jornal	SIC	16,0	29,1
Fama Show	SIC	12,7	23,2
Jornal das 8	TVI	12,5	19,7

FONTE: CAEM

Canal	%
RTP1	10,7%
RTP2	1,3
SIC	20
TVI	15
Cabo	36

RTP 1
6.30 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **13.00** Jornal da Tarde **14.30** Cuidado com a Língua! **14.53** Solteira e Boa Rapariga **15.20** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo **19.08** O Preço Certo **19.59** Telejornal **21.00** Especial Estado de Emergência **21.32** Joker **22.20** Fabrico Internacional **22.46** Idiotas, Ponto **23.45** Desgraça **1.45** Europa Minha **2.04** Faz Faísca **2.46** O Sábio **3.28** Televendas **05.59** Manchetes 3

RTP 2
6.32 Repórter África - 2.ª Edição **7.00** Espaço Zig Zag **13.05** Os Daltons **13.20** A Ilha dos Desafios **13.42** Chovem Almôndegas **13.53** Folha de Sala **14.00** Sociedade Civil **14.58** A Fé dos Homens **15.31** Visita Guiada **6.17** O Outro Lado do Paraíso **17.14** Espaço Zig Zag **20.30** Merlí **21.30** Jornal 2 **22.04** Folha de Sala **22.08** Derrubados **22.59** Nada Será como Dante **23.27** Com os Nervos em Franja **0.13** MãePaiFilho **1.12** Sociedade Civil **2.10** E2 - Escola Superior de Comunicação Social **2.37** Euronews **5.48** Os Nossos Dias

SIC
6.00 Edição da Manhã **9.05** Alô Portugal **10.05** O Programa da Cristina **13.00** Primeiro Jornal **14.55** Amor Maior **16.15** Júlia **18.15** Amor à Vida **19.10** Amigos Improváveis Famosos **19.57** Jornal da Noite **21.55** Nazaré **22.30** Terra Brava **23.20** Amor de Mãe **0.20** Passadeira Vermelha **1.50** Amigos Improváveis Famosos **2.40** Alô Portugal **3.35** Televendas

TVI
6.00 Batanetes **7.00** Notícias **8.00** Diário da Manhã **10.12** Você na TV! **13.00** Jornal da Uma **14.55** Destinos Cruzados **16.15** A Tarde É Sua **19.13** Ver p´ra Crer **19.57** Jornal das 8 **21.56** Quer o Destino **22.55** Na Corda Bamba **23.37** Casos da Vida **1.27** 1000 à Hora **2.33** Chicago Fire **3.20** Mar de Paixão **4.06** Saber Amar

TVCINE TOP
9.25 Pronta Para a Luta **11.00** O Mistério da Casa do Relógio **12.50** Captive State - Cercados **14.45** O Primeiro Homem na Lua **17.05** Viúvas **19.15** Melhores Inimigos **21.30** The Beach Bum: A Vida Numa Boa **23.10** Greta - Viúva Solitária **0.55** Tudo o Que Tiveram **2.40** Cinetendinha **2.50** Uma Nação, Um Rei **4.55** Só Eu Posso Imaginar

FOX MOVIES
10.49 As Férias Grandes **12.12** Numa Árvore Empoleirado **13.37** The Best of Benny Hill **15.01** O Ás Vale Mais **16.57** A Colina dos Sarilhos **18.31** Academia de Polícia 3: De Volta aos Treinos **19.51** Academia de Polícia 4: A Patrulha do Cidadão **21.15** Os Cinco Bandoleiros **23.00** Até Mesmo os Anjos Comem Feijões **1.01** O Aeroplano **2.25** O Especialista **4.10** Patriota

CANAL HOLLYWOOD
9.00 Os Românticos **10.35** Doidos à Solta **12.20** Scary Movie 5 - Um Mítico Susto de Filme **13.45** Gremlins, o Pequeno Monstro **15.35** U.S. Marshals - A Perseguição **17.45** Sem Identidade **19.40** Pan: Viagem à Terra do Nunca **21.30** As Viagens de Gulliver **23.00** Sabotagem **0.50** A Saga Viking **2.30** O Candidato da Verdade

AXN
13.06 Mentes Criminosas **13.51** Chicago Fire **15.26** Final Fantasy (VO) **17.13** Transformers **19.36** Transformers - Retaliação **22.05** The Good Doctor **22.57** The Blacklist **0.37** Homem de Aço **2.59** Chicago Fire **4.20** The Brave

AXN MOVIES
14.14 O Segurança do Shopping **15.42** O Coleccionador de Ossos **17.34** The Walk - O Desafio **19.35** 6 Dias **21.15** O Poder e o Impossível **22.57** Gangue em Campo **1.04** A Minha Namorada Tem Amnésia **2.36** O Lado Selvagem **4.56** Como Cães Selvagens

AXN WHITE
13.36 Estranhos Companheiros **15.11** Assassinato Sem Culpa **16.42** Natal em Conway **18.21** Um Dia Perfeito (2006) **19.55** Inesquecível **20.40** Inesquecível **21.25** Pan Am **22.15** O Descomprometido **23.50** Pan Am **0.40** Limites da Loucura **2.21** A Teoria do Big Bang **3.33** Inesquecível **4.18** Young Sheldon **5.54** Inesquecível

FOX
9.21 Hawai Força Especial **10.49** Chicago P.D. **13.54** Investigação Criminal: Los Angeles **15.24** Hawai Força Especial **16.55** C.S.I. Miami **18.53** Investigação Criminal: Los Angeles **20.26** Hawai Força Especial **22.15** Magnum P.I. **23.05** Investigação Criminal: New Orleans **0.00** 12 Desafios **1.57** C.S.I. Miami

FOX LIFE
9.57 Visão Final **11.24** Anatomia de Grey **12.55** The Resident **13.42** Chicago Med **14.25** The Murder Pact **15.55** Nora Roberts: Lua de Sangue **17.34** A Woman Betrayed **19.07** Lei & Ordem: Unidade Especial **20.42** The Resident **21.29** Chicago Med **22.20** Bull **23.10** Bull **0.00** Amber Alert **1.36** Lei & Ordem: Unidade Especial **2.59** The Resident **3.40** Chicago Med **4.23** Rainha do Sul

DISNEY
15.00 Gabby Duran Alien Total **15.25** A Raven Voltou **16.11** Acampamento Kikiwaka **16.57** A Irmã do Meio **17.44** Miraculous - As Aventuras de Ladybug **18.30** Os Green na Cidade Grande **19.15** Gravity Falls **20.06** Sadie Sparks **20.55** Gabby Duran Alien Total

DISCOVERY
17.30 Alasca: A Última Fronteira **19.15** Segredos das Catacumbas **21.00** Expedição ao Passado **2.15** Curiosidades da Terra **3.00** A História do Universo **4.30** Guerra de Propriedades

HISTÓRIA
17.20 Alienígenas **19.28** A Maldição de Oak Island **20.51** Forjado no Fogo **1.02** Jesus: A Sua Vida **2.29** Pablo Escobar: Operação Narco **3.54** Atlântida

ODISSEIA
19.07 Resgate na Praia **19.51** Top 10 Combate **20.36** Engenharia Letal **21.22** A Lua: Caminho para o Universo **22.15** Engenharia Letal **23.00** The Weekly **23.46** Engenharia Letal **1.17** The Weekly **2.02** Engenharia Letal **2.48** Top 10 Combate **3.40** Vr 101 **4.33** Alimentos 3.0 **5.17** A Grande Barreira de Coral com David Attenborough

EM DESTAQUE

Leitura

Revista Cais não sai à rua (mas para ler e ajudar basta clicar)

DR

Pela primeira vez em 25 anos, não há *Cais* nas ruas para ajudar quem precisa. A revista de Abril tem Rui Nabeiro como director-convidado e traz os premiados e as fotografias finalistas do concurso Reflex. Quando a *Cais* lançou o tema para a 13.ª edição do concurso de fotografia *Reflex, Mundo com Futuro*, não pensou que hoje o mundo estaria ainda mais virado do avesso. Desta vez, não vamos encontrar a revista a ser vendida nas ruas por pessoas que dependem desta actividade para pagar a renda da casa, para pagar as contas ou até para adquirir bens alimentares. Assim, está disponível no *site* um *link* para descarregar o PDF da revista, excepcionalmente de dois meses (Abril e Maio). O que a associação está a pedir é que as pessoas que descarreguem a revista enviem um donativo, pelo menos, no valor de dois euros. Quem o fizer estará a contribuir para que o vendedor possa "comer uma refeição, pagar um quarto, pagar o passe ou manter uma boa apresentação", para "a valorização do desempenho do vendedor" e para "apoiar os hábitos de trabalho". **Luís Octávio Costa**

Música

Matosinhos com inéditos em jazz

A caminho dos 23 anos de vida, a Orquestra Jazz de Matosinhos (OJM) tem os músicos em casa, a cumprirem a parte que lhe cabe neste retiro forçado devido à covid-19. Mas como a música não pára, decidiram pôr-se a pesquisar os seus arquivos, para recordar alguns dos momentos mais marcantes do seu percurso. Dessa busca, começaram já a publicar alguns vídeos inéditos no Facebook, Instagram e YouTube. O primeiro foi *Alguém olhará por ti*, de Carlos Bica, com arranjo de Carlos Azevedo, que juntou a OJM a Carlos Bica & Azul. E os seguintes foram os *Mambo* e *Jump*, dois temas do compositor suíço Rolf Liebermann (1910-1999), juntando a OJM, em palco, à Orquestra Nacional do Porto. Haverá mais. **Nuno Pacheco**

Actividade

Tempo para escrever cartas

Numa época em que as distâncias se encurtam no mundo virtual, com jogos, passatempos, leituras e um sem-número de actividades *online* para ocupar o tempo, esta é também uma boa altura para voltar atrás, ao tempo em que se escreviam cartas. A proposta vem dos CTT e da Fundação Portuguesa das Comunicações (FPC), que desafiam jovens entre os nove e os 15 anos a participar no concurso internacional *A Melhor Carta 2020*, promovido pela União Postal Universal. Segundo a nota de imprensa, o objectivo é "sensibilizar os jovens para este género de escrita, incentivando-os a expressar a sua criatividade e a melhorar os seus conhecimentos linguísticos". Os concorrentes deverão escrever uma mensagem em língua portuguesa sobre a sua experiência no mundo em que vivemos. A carta deverá ter entre 500 e 800 palavras, cumprir o novo acordo ortográfico e o formato-base, ou seja, com "data, fórmulas de cortesia e/ou saudação e assinatura". De forma a garantir a imparcialidade do júri, não deverão constar referências a Portugal. O regulamento do concurso está disponível na página da FPC. Os trabalhos devem ser enviados para a fundação até 16 de Abril, por correio ou via *e-mail* (amelhorcarta@fpc.pt). **C.A.M.**

Conversas

Eu Chico em Casa

Assume-se como "o primeiro *talk-show* português em animação". O projecto vem assinado por Francisco Correia, o Chico que empresta o nome ao programa, e apela ao recato social na companhia de doses semanais de entretenimento animado. Porque, lá diz o povo, rir continua a ser o melhor remédio. Os cenários são da responsabilidade de Ded Mongol; o guião vai buscar larachas a José Paiva e Rodrigo Nogueira. A estreia aconteceu no sábado passado, às 21h, no Facebook e no YouTube, e contou com o convidado Luís Severo, cantautor-revelação da música portuguesa contemporânea, de cuja pena saíram trabalhos como *Cara d'Anjo* (2015) e *O Sol Voltou* (2019). **C.A.M.**

Música

Online In The Night

Para quem não passa sem uma manhã na companhia desta equipa, o formato do espectáculo já é familiar. Agora, a equipa das manhãs da Rádio Comercial põe os holofotes na casa de cada um e o palco no Facebook, para uma série de miniconcertos Online In The Night. O primeiro está marcado para esta terça, às 21h, e vem com a dinâmica habitual do grupo: "Alguma conversa e as músicas do Vasco Palmeirim com as vozes afinadas do Pedro Ribeiro, da Vera Fernandes, de Elsa Teixeira e do Nuno Markl". Para assistir ao programa, hoje e nas terças que se seguem, basta sintonizar o Facebook da rádio. **C.A.M.**

Actividade

Procura-se "guia por um dia»

O que faz uma empresa de actividades turísticas em tempo de #ficaremcasa? A Bello'Giro transforma cada um em guia virtual e premeia os melhores. O concurso *Guia por Um Dia* desafia todos os habitantes e naturais dos concelhos de Baião, Marco de Canaveses, Amarante, Cinfães, Mesão Frio e Resende (o "Douro Verde") a construírem um roteiro turístico por estas terras. O guia deve ter propostas realizáveis, quando a situação e as medidas de contenção do surto o possibilitarem, entre as 9h e as 18h e ter indicação de espaço de pernoita. O concurso está aberto até ao dia 30 de Abril. Mais informações em *www.bellogiro*.pt. **Andreia Marques Pereira**

JOGOS

CRUZADAS 10.940

HORIZONTAIS: 1. Graça (...), a médica que quis ser agricultora lida hoje com a pandemia que está a atormentar o mundo. Senão. **2.** Perverso. Somítico. **3.** Imposto Municipal sobre Imóveis. Conquistar. **4.** Viktor (...), primeiro-ministro da Hungria. Fita elástica para cingir a meia à perna. **5.** Érbio (s.q.). Esconder. **6.** Pedaço de madeira. Sofrer. 7. Nome da letra M. Símbolo de libra (unidade de massa). Certo ruído na respiração. **8.** Cartoon de Luís Afonso. **9.** No qual lugar. Modo de dizer. Segundo. **10.** Sadia. Entrada. **11.** Produziu som. Semelhante ao mel.

VERTICAIS: 1. Fundo Monetário Internacional. Adolescente. **2.** Redução de maior. De índole pacífica. **3.** Governador árabe. Remissão de pena (liberta presos de modo a protegê-los da COVID-19). **4.** Caminhava para lá. Benéfica. A ti. **5.** Abrigo. **6.** Organização das Nações Unidas (acrónimo). Bota de cano curto. **7.** O tio dos americanos. Long Play. Título. **8.** (...) Hugo Mãe, autor de muitas das letras das canções do músico Paulo Praça. Dez vezes cem. **9.** Fossa das (...), ao ultrapassar os onze mil metros, é o local mais profundo dos oceanos (Pacífico). «A» + «o». **10.** Atmosfera. Almofariz. Arrancou este mês a entrega deste imposto. 11. Planta do pé. Doutor da lei, entre os Judeus.

Solução do problema anterior:
HORIZONTAIS: 1. Suécia. Pra. **2.** Esse. Facial. **3.** Ca. Marrar. **4.** Ara. Noitada. **5.** COD. Pó. Ri. **6.** Nenhum Olhar. **7.** Ene. Ai. Iam. **8.** Os. Arc. Aa. **9.** Abalroar. **10.** Fiapo. Omo. **11.** Ror. Abagoar.
VERTICAIS: 1. Seca. Neo. Fr. **2.** Usar. Ensaio. **3.** És. Acne. Bar. **4.** Cem. Oh. TAP. **5.** Andua. Loa. **6.** Afro. Miar. **7.** Aripo. Roma. **8.** Católica. **9.** Pira. Ha. Roo. **10.** Ra. Drama. Ma. **11.** Altair. Apor.

BRIDGE

Dador: Sul
Vul: Todos

NORTE
♠873
♥Q7
♦A6
♣QJ10753

OESTE
♠J1092
♥9843
♦J1032
♣8

ESTE
♠A64
♥K102
♦K854
♣A64

SUL
♠KQ5
♥AJ65
♦Q97
♣K92

Oeste	Norte	Este	Sul
			1ST
passo	3ST	Todos passam	

Leilão: Qualquer forma de Bridge.

Carteio: Saída: J♠. De que lado gostaria de estar, do lado do carteador ou da defesa?

Solução: Aparentemente, o carteador parece ter vantagem. Tendo um excelente naipe de paus para desenvolver, que lhe fornecerá cinco vazas, mais duas a espadas, os dois ases vermelhos e ainda a passagem a copas que resulta, enfim uma quantidade mais do que suficiente para cumprir. Será mesmo assim?

Nem pensar, a defesa tem aqui um papel importantíssimo. Depois de fazer o seu Ás de espadas, Este pode dar cabos dos planos do carteador. Como?

Se jogar o Rei de ouros! Técnica conhecida por golpe de "Merrimac", tem como propósito eliminar uma entrada vital do morto. Assim foi apelidada por homenagem ao Barco a vapor Merrimac, que em 1898 foi afundado ao largo da baia de Santiago de Cuba para impedir que a armada espanhola avançasse, e assim garantir a segurança desse porto nessa batalha americano-espanhola.

O carteador prendeu o Rei de ouros com o Ás do morto e avançou com um pau para o Rei e outro para a Dama, enquanto Este "encolhia" o seu Ás. O carteador jogou ainda uma terceira volta de paus, mas Este fez o seu Ás e agora, só agora, jogou outra espada. O carteador fez a vaza e ainda procurou alcançar o morto através da Dama de copas, mas sem sorte, Este fez o Rei de copas e jogou uma terceira vez espadas. O carteador ficou limitado a oito vazas: duas espadas, duas copas, dois ouros e dois paus. Um cabide.

Qual foi o seu palpite?

Considere o seguinte leilão:

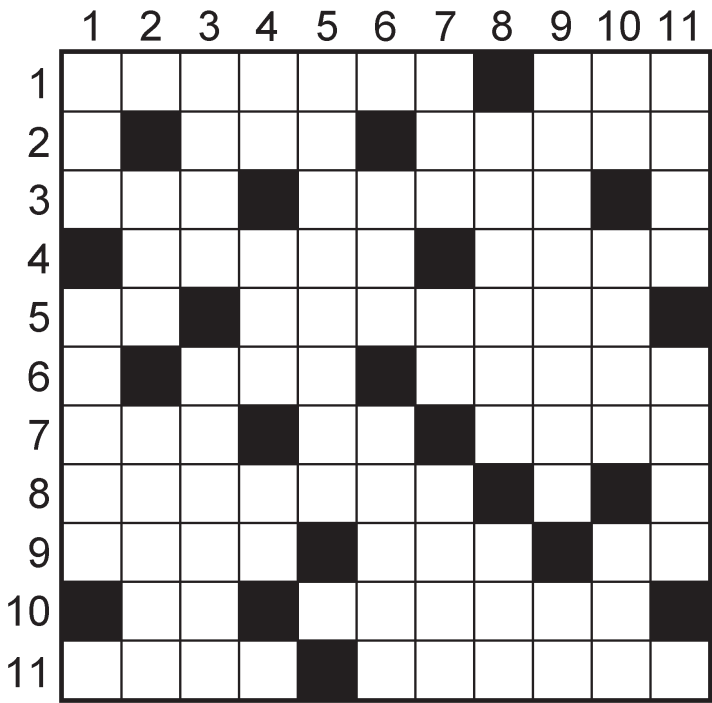
Oeste	Norte	Este	Sul
	passo	passo	?

Consideraria abrir em terceira posição, com a seguinte mão?
♠107 ♥9 ♦QJ10982 ♣J972

Resposta: Abra em três ouros. Sim, é verdade que são apenas seis cartas, mas este é o momento certo para criar pressão sobre o seu adversário em Oeste. Contando com apenas quatro pontos na sua mão, e um máximo de onze no seu parceiro, uma coisa é inequívoca: os seus adversários tem pelo menos 25 pontos em linha! E ainda não sabem...

João Fanha/Pedro Morbey
(bridgepublico@gmail.com)

SUDOKU

Problema 9654
Dificuldade: Fácil

	5					4		
				6	1		9	8
	1		4	8		2		
			6	3	8			
9	3		2		4		8	7
			9	5	7			
		3		4	9		5	
1	8		5	7				
		4					1	

Solução do problema9652

2	5	6	7	8	9	3	1	4
8	7	3	2	4	1	5	6	9
4	9	1	3	5	6	2	7	8
7	4	8	9	6	2	1	3	5
5	6	9	8	1	3	4	2	7
3	1	2	4	7	5	9	8	6
6	2	5	1	9	7	8	4	3
1	8	7	5	3	4	6	9	2
9	3	4	6	2	8	7	5	1

Problema 9655
Dificuldade: Difícil

					7		9	
7		4			6			
		8				2	6	
1	5			3				
			2		5			
				9			8	3
	9	5				4		
			4			6		1
	6		7					

Solução do problema 9653

9	7	1	6	5	8	3	4	2
4	3	6	9	7	2	1	8	5
8	2	5	3	1	4	6	9	7
3	1	9	4	2	6	7	5	8
2	5	4	7	8	1	9	6	3
7	6	8	5	3	9	4	2	1
5	9	7	2	4	3	8	1	6
1	4	2	8	6	7	5	3	9
6	8	3	1	9	5	2	7	4

TEMPO PARA HOJE

Sol
Nascente 07h13
Poente 20h05

Lua Quarto crescente
08 Abr. 03h35

Marés

	Leixões	Cascais	Faro
Preia-mar	15h29 ▲ 3,7 03h47* ▲ 3,9	15h05 ▲ 3,7 03h23* ▲ 3,9	15h10 ▲ 3,7 03h31* ▲ 3,7
Baixa-mar	09h17 ▼ 0,3 21h32 ▼ 0,3	08h52 ▼ 0,4 21h06 ▼ 0,5	08h49 ▼ 0,3 21h04 ▼ 0,3

Fonte: www.AccuWeather.com

*de amanhã

DESPORTO

Futebol preocupado com danos reputacionais do *layoff*

Sindicato dos Jogadores considera medida "oportunista" e "vergonhosa" para o futebol português e vai alertar grupos parlamentares. Belenenses SAD já formalizou o processo, Braga faz cativação parcial dos salários após acordo com jogadores

Pandemia
Paulo Curado

A iniciativa não envolve os três "grandes" do futebol nacional (FC Porto, Benfica ou Sporting), mas alguns clubes da I e II Ligas já decidiram avançar com processos de *layoff*, abrangendo parte dos seus jogadores profissionais. O Belenenses SAD foi o primeiro a formalizar o processo junto do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSS). Uma medida criticada veementemente pelo Sindicato dos Jogadores que qualifica a atitude de "oportunista" e pede para não serem tomadas medidas "que envergonhem o futebol".

Surpreendidos pela decisão dos operadores de telecomunicações de não pagarem mais nenhuma prestação relativa aos direitos de transmissão televisiva dos jogos até as competições serem retomadas, como noticiou o PÚBLICO no domingo, alguns clubes estão a reagir a esta perda de receitas com o *layoff*, para assim fazerem face à crise provocada pelo novo coronavírus.

Os operadores Altice, NOS e Sport TV decidiram na quinta-feira que ainda iriam cumprir os pagamentos relativos ao mês Março, mas a título de adiantamento, já que a suspensão das provas decretada pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional foi tomada a 12 de Março. A decisão foi transmitida aos clubes por carta, onde era sublinhado que este seria um adiantamento "excepcional", que não se repetirá esta temporada se as actuais circunstâncias se mantiverem. Já em relação aos valores avançados agora, estes seriam liquidados já esta época se as competições forem retomadas, ou, caso não seja possível, deduzidas nas dez prestações previstas para a temporada de 2020-21.

Inicialmente, os operadores não pretendiam pagar sequer a totalidade do mês de Março, tendo sido fundamental a intervenção do presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Fernando Gomes, para desbloquear o processo. Com as verbas do último mês, os clubes receberam 80% do total previsto para este ano desportivo. Mesmo assim, alguns dirigentes de clubes contactados pelo PÚBLICO não se conformam com a decisão unilateral das operadoras durante uma das maiores crises que o futebol português já enfrentou. Queixam-se de não terem sido consultados e de nem ter sido aberta qualquer porta negocial para se explorarem alternativas.

O próprio presidente do Sindicato dos Jogadores, Joaquim Evangelista, condenou a atitude dos operadores, ao mesmo tempo que critica os clubes de se aproveitarem deste pretexto. "Não se compreende que os clubes sejam rápidos a exigir cortes a jogadores e funcionários e não se incomodem com a atitude das operadoras, que beneficiam escandalosamente deste negócio há anos, e que, no momento de maior necessidade, nos abandonaram", denunciou num comunicado emitido ontem à tarde. O sindicalista disse ao PÚBLICO que vai denunciar esta situação junto de todos os grupos parlamentares.

Belenenses SAD pioneira

Pelo contrário, para alguns dirigentes, o cenário de *layoff* é a solução inevitável face às perdas de receitas. Para já, o Belenenses SAD, da I Liga, e o Desportivo de Chaves SAD, da II Liga, foram os primeiros a anunciar publicamente que vão avançar com a medida. E há outros clubes a prepararem-se para esse cenário.

No caso da sociedade lisboeta, presidida por Rui Pedro Soares, o pedido já foi formalizado junto do MTSS, como adiantou a SAD através de um lacónico comunicado. "A exemplo do que aconteceu com muitas empresas em Portugal e clubes de futebol europeu, a Belenenses SAD entrou parcialmente em *layoff*", refere o documento. O texto reforça que os apoios públicos para empresas e trabalhadores que visam minimizar os efeitos da crise de saúde pública têm o objectivo de salvaguardar os postos de trabalho e do tecido empresarial: "Foram criados para serem usados".

Uma decisão comunicada aos jogadores apenas no domingo à noite, onfirmou Evangelista, que a qualifica como "falta de respeito". "Uma atitude egoísta que lesa todos os portugueses, porquanto se pretende requerer os cortes salariais e os apoios da Segurança Social, à semelhança da esmagadora maioria das empresas portuguesas em agonia. É manifestamente um abuso de direito, uma atitude oportunista dos clubes de futebol ao colocarem-se nesta posição."

Já ao final da tarde, também o Desportivo de Chaves anunciou que vai avançar para o *layoff* com o objectivo de cortar os vencimentos dos jogadores em um terço. "Não temos outra hipótese, somos obrigados a parar a nossa actividade e se existe uma lei geral temos de a utilizar", justificou à Lusa Francisco José Carvalho, presidente da SAD. "A lei geral do *layoff* garante ordenados até aos 1905 euros, mas nós asseguramos a diferença até dois terços dos ordenados dos futebolistas", referiu o responsável pelo futebol flaviense, garantindo ao mesmo tempo que os ordenados relativos a Março serão integralmente pagos.

Já o Sp. Braga encontrou uma solução bem distinta, segundo o PÚBLICO apurou. O presidente do clube e da SAD, António Salvador, chegou a acordo com os jogadores para avançar com uma cativação parcial dos vencimentos. Os salários de Março serão processados normalmente, mas em Abril, Maio e Junho serão apenas pagos 50% dos ordenados brutos. O restante ficará cativado, a título de empréstimo. O clube compromete-se a fazer um acerto de contas até 5 de Setembro, devolvendo integralmente os restantes 50% se as competições forem retomadas e a época termine, ou 25% caso isso não se verifique.

Requisitos por preencher

Para fundamentar o *layoff*, o Belenenses SAD invoca que foi obrigado a encerrar a sua actividade por imposição governamental, após ser decretado o estado de emergência, a 18 de Março. Um requisito que estava previsto no decreto original de 30 de Março (Decreto n.º 2-A/2020), mas

Há vários clubes a preparam-se para avançar com o *layoff* dos jogadores

Vários clubes europeus avançam com *layoff* de jo

Com o futebol parado por tempo indeterminado, os clubes vão tentando reduzir os encargos com salários, mas nem todos andam à mesma velocidade. Em Itália, já há acordo para todos os clubes da Série A reduzirem os salários de jogadores e treinadores das equipas principais em um terço da remuneração anual, caso "a actividade desportiva não seja reatada esta época" ou de um sexto, se os jogos da presente temporada "forem retomados" nos próximos meses. A decisão foi tomada por unanimidade e veio na sequência da iniciativa da Juventus, que acordou uma redução salarial dos seus jogadores num montante global de 90 milhões de euros.

A decisão da Série A é, para já, única em termos de acordo para redução de salários de jogadores e equipas técnicas no futebol europeu. Tirando casos pontuais de clubes e outras acções individuais, nenhuma das grandes ligas apresentou, para já, um acordo global. Na Premier League inglesa, os clubes têm um plano concertado para reduzir os salários dos jogadores em 30%, mas não há acordo com os representantes dos jogadores. Já houve cinco clubes da Premier League a avançar para *layoff* de trabalhadores que não sejam jogadores (Newcastle,

Salvo melhor opinião, [os clubes] não encontrarão nesse requisito – o do 'encerramento total ou parcial da empresa' – guarida para requerer o *layoff* simplificado

Alexandre Miguel Mestre
jurista especialista em Direito do Desporto e antigo secretário de Estado do Desporto

ANDRÉ RODRIGUES

...jogadores, Série A italiana acorda cortes salariais

Tottenham, Bornemouth, Norwich e Liverpool), mas, pelo menos um voltou atrás perante a chuva de críticas — o Liverpool, um dos mais ricos do mundo, pediu desculpa e diz que vai procurar "formas alternativas" para pagar aos empregados.

Na Alemanha, muitos clubes da Bundesliga anunciaram reduções nos salários dos jogadores — o Bayern, por exemplo, anunciou um corte de 20%. Em França, pelo menos dois clubes, o Marselha e o Lyon, aproveitaram o regime de *layoff* para o Estado contribuir no pagamento do salário dos jogadores. Em Espanha, também não houve uma posição conjunta, mas três clubes tiveram autorização do governo espanhol para acederem à ERTE (Expediente de Regulação Temporária de Emprego): Barcelona, Espanyol e Alavés, e outros estão a ser avaliados (Atlético Madrid). Barça e Atlético anunciaram a redução de salários dos jogadores em 70%.

No resto da Europa, há relatos de outros clubes que avançaram para *layoff*. Na Bélgica, o Standard Liège foi um deles e um dos jogadores atingidos foi o português Orlando Sá. Também em Israel, Polónia e Turquia há casos, segundo o PÚBLICO apurou, de jogadores portugueses em *layoff* ou com cortes salariais. **M.V.**

que dificilmente poderá ser atendido, principalmente face às alterações introduzidas ao documento a 2 de Abril (Decreto 2-B/2020).

"O decreto inicial, de 30 de Março, que deu execução à declaração do estado de emergência, obrigava ao encerramento de 'instalações' destinadas a 'actividades desportivas', abrindo excepção para as 'actividades dos atletas de alto rendimento'", lembrou ao PÚBLICO Alexandre Miguel Mestre, jurista especialista em Direito do Desporto e antigo secretário de Estado do Desporto. "Já no decreto de 2 de Abril, que regulamenta a prorrogação do estado de emergência, o legislador alargou expressamente essa excepção à 'actividade dos praticantes desportivos profissionais' e acrescentou que essas excepções valem 'em contexto de treino'", prosseguiu. Ou seja, os jogadores que têm contratos de trabalho desportivo com clubes e SAD podem treinar-se nas suas instalações.

"Se antes podia ficar a dúvida se havia ou não 'encerramento total ou parcial' dos clubes e sociedades desportivas – até porque muitos atletas afirmam e mostram publicamente estar a treinar em casa sob prescrição das respectivas entidades empregadoras e até com equipamento por estas fornecido, o que demonstra que a actividade pode mesmo continuar apesar da determinação do encerramento da instalação –, agora já não existe essa dúvida", defende Alexandre Mestre. Em conclusão: "Salvo melhor opinião, não encontrarão nesse requisito – o do 'encerramento total ou parcial da empresa' – guarida para requerer o *layoff* simplificado."

Além dos prováveis entraves legais para os clubes acederem ao *layoff* para os seus jogadores, existe ainda uma questão de imagem que está a preocupar alguns agentes do futebol nacional, contactados pelo PÚBLICO e que optaram por não serem identificados. Referem os danos reputacionais enormes que esta situação poderá provocar à imagem do futebol português nesta altura de pandemia e de aumento exponencial do desemprego. Como reiterou ao PÚBLICO Evangelista: "É uma vergonha e um insulto aos portugueses que não têm de pagar os devaneios que os presidentes dos clubes fizeram ao longo dos anos, vivendo bem acima das suas possibilidades".

pcurado@publico.pt

Beunardeau é o primeiro jogador a rescindir com o Aves

David Andrade

O guarda-redes Quentin Beunardeau apresentou hoje "a resolução do contrato de trabalho" com o Desportivo das Aves "com efeitos imediatos" e é o primeiro jogador a rescindir com o último classificado da I Liga. O jogador francês, de 26 anos, alega não ter recebido "as prestações remuneratórias respeitantes aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2020", e, para além dos vencimentos já vencidos, pede uma indemnização de 177 mil euros pelas "retribuições vincendas" e ainda a quantia de 15 mil euros correspondente ao prémio pelo número de jogos disputados no campeonato desta época.

Numa posição muito complicada na I Liga – último lugar, a nove pontos do antepenúltimo – e a atravessar enormes dificuldades financeiras, o Aves viu na semana passada a Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP) confirmar que o clube "não cumpriu a sua obrigação de demonstrar a inexistência de dívidas a jogadores e treinadores referentes aos meses de Dezembro de 2019 e Janeiro e Fevereiro de 2020", podendo, assim, incorrer numa perda de dois a cinco pontos – o processo transitou para o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol, que irá deliberar a sanção a aplicar.

Os estragos provocados pelas ondas de choque originadas pelos problemas financeiros dos avenses já não se restringem apenas a possíveis infracções ao artigo 74.º do regulamento disciplinar da LPFP. Titular indiscutível na equipa do concelho de Santo Tirso nas duas últimas épocas, período onde somou 47 jogos no campeonato, Beunardeau apresentou hoje o pedido de rescisão de contrato.

Segundo o PÚBLICO apurou, o francês alega ter três meses de ordenados em atraso (Janeiro, Fevereiro e Março), o que, segundo o jogador, configura "um abuso inaceitável, reiterado e doloso" dos seus "direitos e garantias fundamentais", conferindo "o direito a resolver, com efeitos imediatos e com justa causa, o contrato de trabalho, nos termos da lei".

Face a este incumprimento da administração da SAD liderada pelo chinês Wei Zhao, o que, segundo o guarda-redes, tem sido recorrente – "Durante a presente temporada de 2019/20, o Desp. Aves tem-se atrasado, reiterada e significativamente, no pagamento das prestações remuneratórias, as quais têm sido pagas de forma inconstante, e invariavelmente após a data de respectivo vencimento" –, Beunardeau diz ser credor do clube, "sem prejuízo de outros danos que venham a ser demonstrados", de um total de 218 mil euros: 26 mil "a título de retribuições já vencidas"; 177 mil a "título de retribuições vincendas"; 15 mil euros a "título de prémio pelo número de jogos disputado na presente época na Liga".

Beunardeau reclama quase 220 mil euros, avançando para a resolução do contrato com efeitos imediatos

O guarda-redes, 41 vezes internacional pelos escalões jovens das selecções francesas, acusa o clube de "ter optado por pagar integralmente a alguns dos seus jogadores, e parcialmente a outros, exclusivamente para preservação do seu interesse financeiro, com claro prejuízo e em profundo detrimento dos direitos e superior interesse dos seus demais trabalhadores", o que revela que não está "em situação de absoluta incapacidade financeira", fazendo apenas "pagamentos aos jogadores que mais lhe interessa manter no plantel futuramente, impossibilitando que aqueles aleguem justa causa para rescindir".

Ao que PÚBLICO apurou, os atletas que terão a sua situação salarial regularizada, não podendo, dessa forma, avançar para a rescisão, são o português Mangas, o brasileiro Welinton Júnior e o iraniano Mohammadi.

dandrade@publico.pt

BARTOON LUÍS AFONSO

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DIZ QUE NA BANCA HÁ UM ESPÍRITO DE MOBILIZAÇÃO PARA AJUDAR A ECONOMIA PORTUGUESA.

E O ESPÍRITO DE MOBILIZAÇÃO DA BANCA TERÁ UM "SPREAD" DE QUANTOS POR CENTO?

O RESPEITINHO NÃO É BONITO

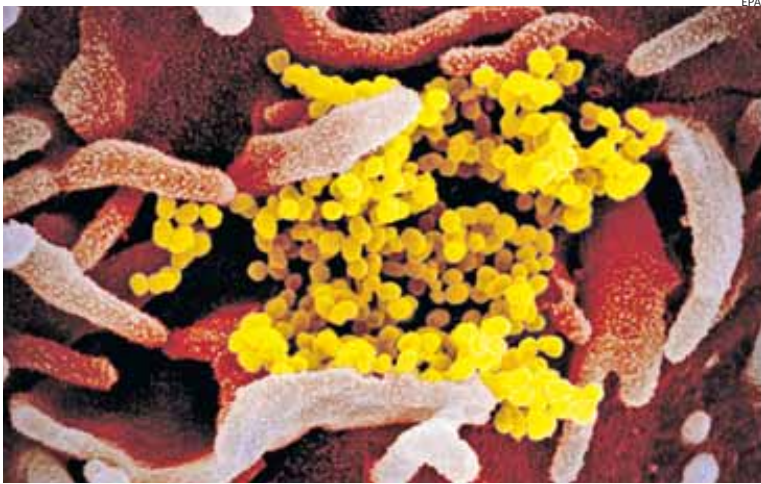
Decidir em tempos de absoluta incerteza

João Miguel Tavares

Há um ponto em que todos estamos de acordo: não há certezas absolutas sobre quase nada no que diz respeito à covid-19. Sabemos que é muito contagiosa. Sabemos que é muito letal a partir de uma certa idade. Não sabemos muito mais do que isso. Um médico ou um epidemiologista dirá que essa incerteza exige a máxima prudência – já vimos o que a epidemia fez aos países que não agiram a tempo. Um economista ou um gestor que contacte todos os dias com os efeitos brutais da quarentena na destruição do tecido social e empresarial dirá que o excesso de prudência irá matar mais do que o vírus – estamos todos a ver, pelos números do desemprego e de *layoff*, o que a contenção extrema faz em economias abertas. Cabe aos políticos ouvir os dois lados, tomar decisões e arcar com as consequências.

Os epidemiologistas podem dar-se ao luxo de dizer "não sei" durante várias semanas, tal como os economistas podem dizer "não sei" durante vários meses. Os próprios políticos podem dizer "não sei" durante alguns dias – mas, a partir de certa altura, quer saibam ou não, vão ter de decidir o que fazer quanto às medidas de contenção, não só porque essa é a natureza do seu trabalho, mas porque a passividade seria, em si mesma, uma acção. E é aqui que deixamos todos de estar de acordo: acredito que muita gente está enganada quando exige que a decisão dos políticos de ir levantando aos poucos a quarentena esteja escorada em dados científicos inabaláveis. Se tal fosse possível, seria óptimo – só que não é. Por uma dupla razão: 1) há aspectos sociais, emocionais e políticos em jogo que nada têm de científico; 2) mesmo naquilo que é especificamente científico, a ciência está neste momento aos papéis com a epidemia, como todos nós.

Para funcionar a preceito, a ciência precisa de tempo para levantar hipóteses e para as testar, para observar e verificar – e o combustível do método científico

EPA

Não espanta que os líderes dos países da pandemia estejam com a popularidade tão em alta. Vivemos tempos de absoluta incerteza, em que cada decisão é um risco e cada indecisão uma tragédia

são os dados fiáveis. Neste momento, não há nada disso. Basta olhar para a famosa taxa de letalidade, de que todos os dias ouvimos falar nas notícias.Ela obtém-se dividindo o número de mortos pelo número de infectados; parece uma conta muito simples de fazer e muito útil para comparar a evolução da pandemia nos países que vão sendo atingidos. E é simples e útil, de facto – mas só se os números forem credíveis e os dados comparáveis. Infelizmente, não são.

O denominador da taxa de letalidade – o número de infectados – é um mistério, porque está limitado não só pela quantidade de testes disponíveis, mas também pela existência de uma percentagem que se supõe significativa de assintomáticos. O mistério é tão grande que tanto é possível (embora improvável) que parte significativa da população esteja imunizada como que 99,9% esteja ainda por imunizar. A solidez do numerador – o número de mortos – pode parecer muito superior à do denominador, mas até aí a susceptibilidade ao erro é enorme, na medida em que há uma diferença radical entre morrer com covid-19 e morrer de covid-19. Tão radical, aliás, que muitos estimam ser essa a razão pela qual a Alemanha mantém uma taxa de letalidade tão baixa – não porque os seus hospitais façam milagres, mas porque as causas de morte obedecem a critérios distintos.

Perante isto, não espanta que os líderes dos países da pandemia estejam com a popularidade tão em alta – quem quereria estar na sua pele? Vivemos tempos de absoluta incerteza, em que cada decisão é um risco e cada indecisão uma tragédia.

Jornalista
jmtavares@outlook.com

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Lotaria clássica   2 3 8 0 1 **1.º Prémio** 600.000€

Contribuinte n.º 502265094 | **Depósito legal n.º 45458/91** | **Registo ERC n.º 114410** | 6D11D818-076A-47D9-807E-424C9B604F0B: Ângelo Paupério **Vogais:** Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral **E-mail** publico@publico.pt **Estatuto Editorial** publico.pt/nos/estatuto-editorial **Lisboa** Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.:210111000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 210111015; Dir. Editorial 210111006; Redacção 210111008; Publicidade 210111013/210111014 **Porto** Rua Júlio Dinis, n.º270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 **Madeira** Telef.: 963388260 e/ou 291639102 **Proprietário** PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia. Capital Social €4.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. **Impressão** Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Telef.: 227537030; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa senhora da Conceição, nº. 50- Morelena – 2715-029 Pêro Pinheiro Telf.: 219677450 **Distribuição** VASP – Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Agualva Cacém, Telef.: 214 337 000 Fax : 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt **Assinaturas** 808200095 Tiragem média total de Março **26.671 exemplares Membro da APCT**